

826

Revista Municipal



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA: Mosteiro dos Jerónimos — Claustros



VISTA DO TERREIRO DO PAÇO
—DESENHO À PENA AGUARELADO
A NANKIN, ATRIBUÍDO A ZUZARTE

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRÁFICO
ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE
BRAVO
G. PROSPERI
JULIO GIL
LUIZ OSÓRIO
MENDONÇA



ANO XXVII—NÚMEROS 108/109—1.º E 2.º TRIMESTRES DE 1966

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

REVISTA
MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

REVISTA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

REVISTA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

REVISTA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



SUMÁRIO

HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS—IV
IRISALVA MOITA

QUEM NÃO VIU LISBOA, NÃO VIU COISA BOA
ALFREDO DA CUNHA

ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA
NO SÉCULO XV
MARIA TERESA CAMPOS RODRIGUES

SÃO VICENTE O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA
P.^{re} JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

PRESENÇA E AUSENCIA DE JOÃO DE DEUS
MIGUEL TRIGUEIROS

EXTRATEXTO—JOÃO DE DEUS ENSINA O SEU METODO
A GENTE DO CAMPO
COMENDADOR RODRIGO SOARES

WILLIAM WITHERING E AS CALDAS DA RAINHA
—A PROPOSITO DE UMA INTERESSANTE GRAVURA
NICOLAU DE BETTENCOURT

ACONTECIMENTOS CIDADINOS



IRISALVA MOITA

HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS-IV

RELATÓRIO DAS ESCAVAÇÕES A QUE MANDOU PROCEDER
A C. M. L., DE 22 DE AGOSTO A 24 DE SETEMBRO DE 1960

Estampa LXV:

Fragmento de lápide sepulcral que tapava uma sarjeta aberta no pavimento da Ermida de Nossa Senhora do Amparo, com a seguinte inscrição:

SDESCEN
ESTAS HE DE
OBRIGACAO
DE PE LA EM
VAOTO O VVD
DRA RTE MCA

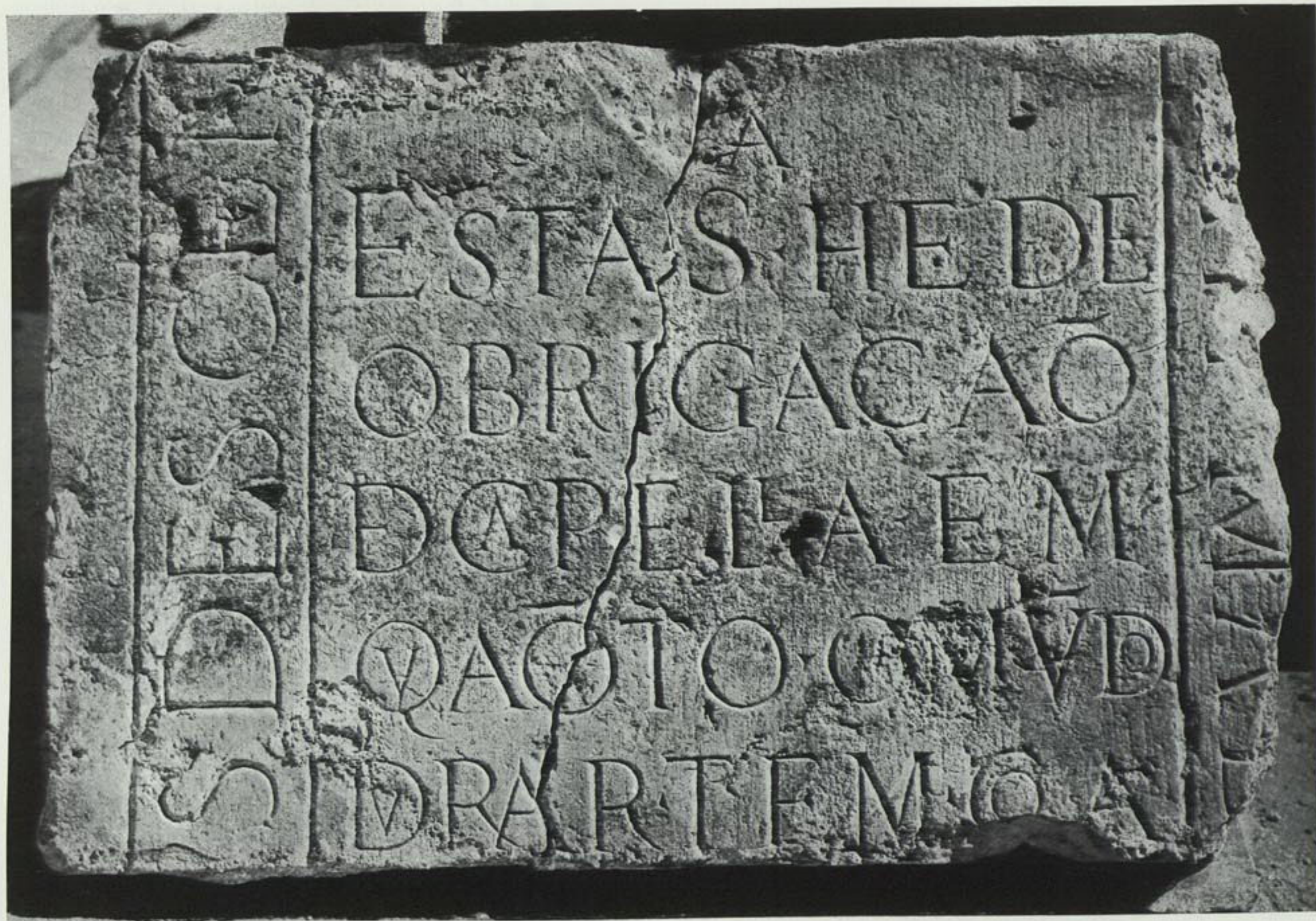
Leitura:

Esta sepultura he de
obrigação
de capella em
qvãoto o mvndo
dvrar tem.....

Transversalmente:

[seu]s descen(dentes)

Dimensõs: 0,78 x 0,52.

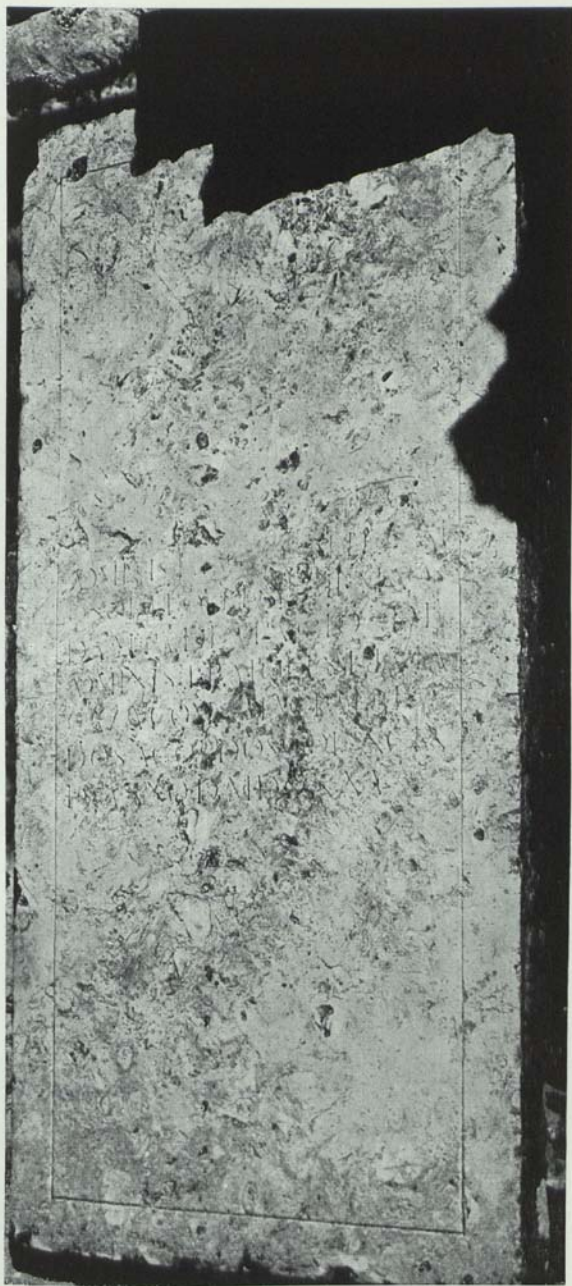


Estampa LXVI:

Lápide sepulcral com inscrição muito gasta que cobria uma sepultura situada na nave da Ermida de Nossa Senhora do Amparo. Com o auxílio do epigrafista, Sr. Cordeiro de Sousa, conseguimos ler apenas:

S^A D.....
.....
.....
ADMINISTR[A].....
OSO.....
DA..... DESTACIDADE...
ADMINISTRAD[O]RES.....
OA..... AC OV.... DO...
DOS ACORDOS..... DE A...
DO ANNO D MDC XXV....

Dimensões: 1,93 x 0,975.



Estampa LXVII:

Diversas peças encontradas nos entulhos da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.

1 e 2 — Pia e fragmentos de pia de água benta de mármore da Arrábida.

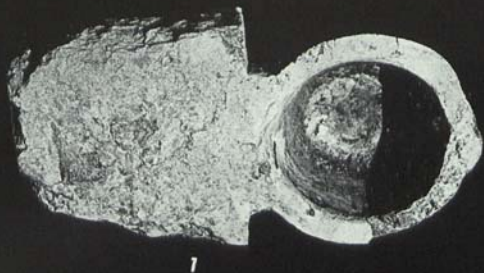
Dims.: 0,49 × 0,25, 25 × 0,155; 0,268 × 0,145.

3 e 4 — Elementos de pilares octogonais.

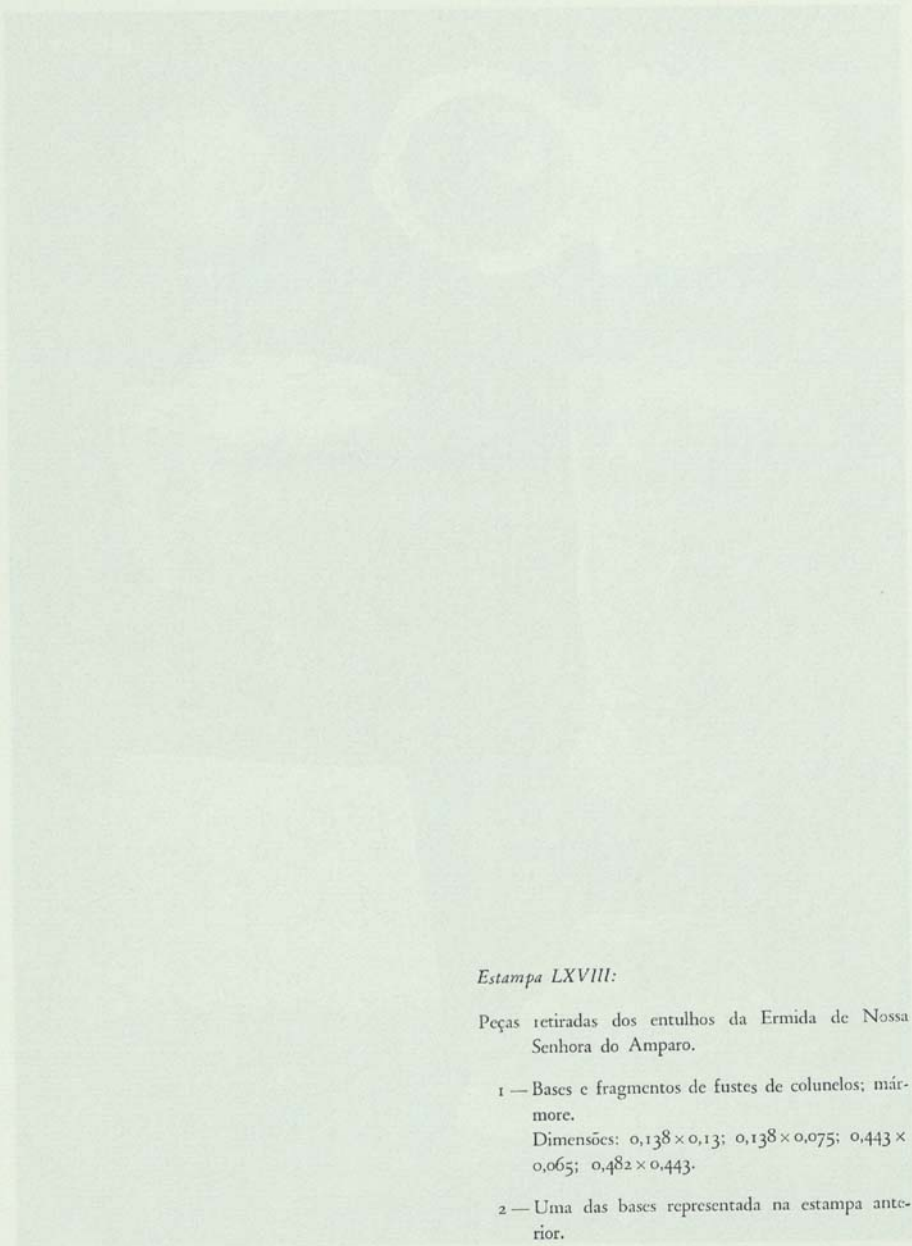
5 — Fragmentos de lápide, em calcário, com inscrição:

· · DONA . . .
· · MACEDO . . .
· · /CVAFA7 . . .
 DA

6 — Base de coluna cilíndrica em granito (restos da galeria do pequeno claustro situado a norte da Ermida e já pertença de S. Domingos).



6



Estampa LXVIII:

Peças retiradas dos entulhos da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.

- 1 — Bases e fragmentos de fustes de colunelos; mármore.
Dimensões: 0,138 × 0,13; 0,138 × 0,075; 0,443 × 0,065; 0,482 × 0,443.
- 2 — Uma das bases representada na estampa anterior.



1



2

Estampa LXIX:

Elementos retirados do claustro NO:

- 1 — Base de coluna; mármore.
Dimensões: 0,54 × 0,54 × 0,47.
- 2 — Base de coluna; mármore.
Dimensões: 0,54 × 0,54 × 0,47.
- 3 — Parte inferior do cunhal do ângulo NO; calcário.
Dimensões: 0,835 × 1,06 × 1,43.
- 4 — Soco do cunhal do ângulo SO; calcário.
Dimensões: 0,835 × 1,06 × 1,43.
- 5 — Boca e gola de cisterna que ocupava o centro do claustro.
- 6 — Amostra da calçada de basalto que revestia o pavimento do claustro.



1



2



3



4



5



6

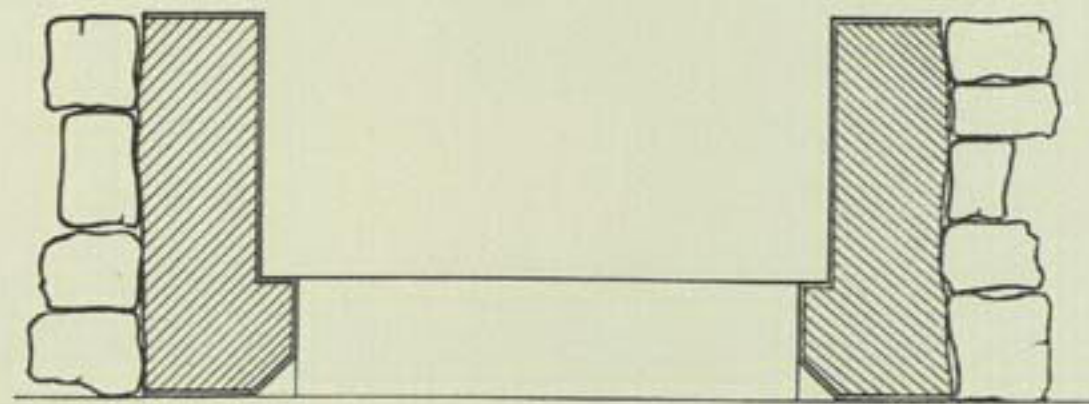
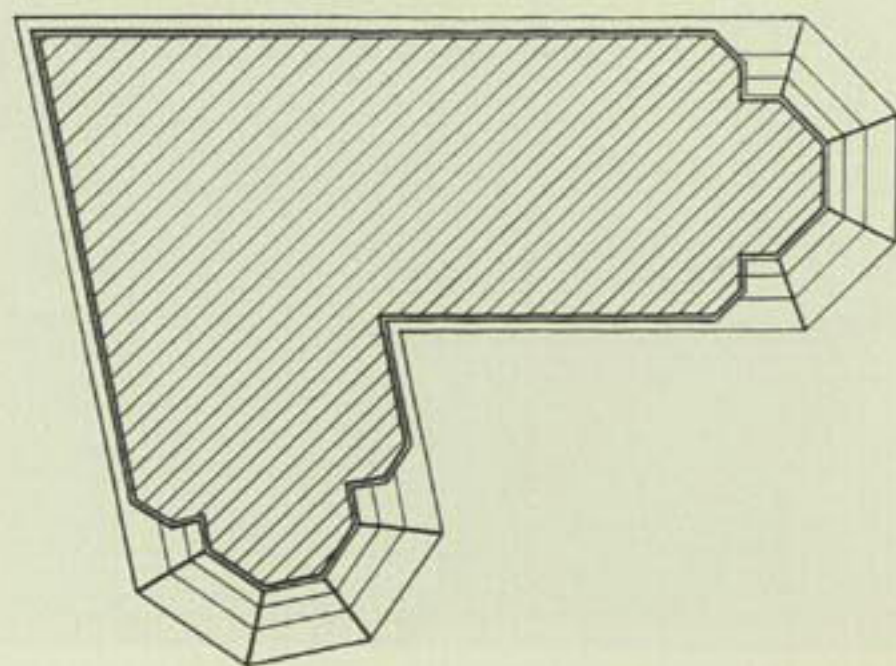
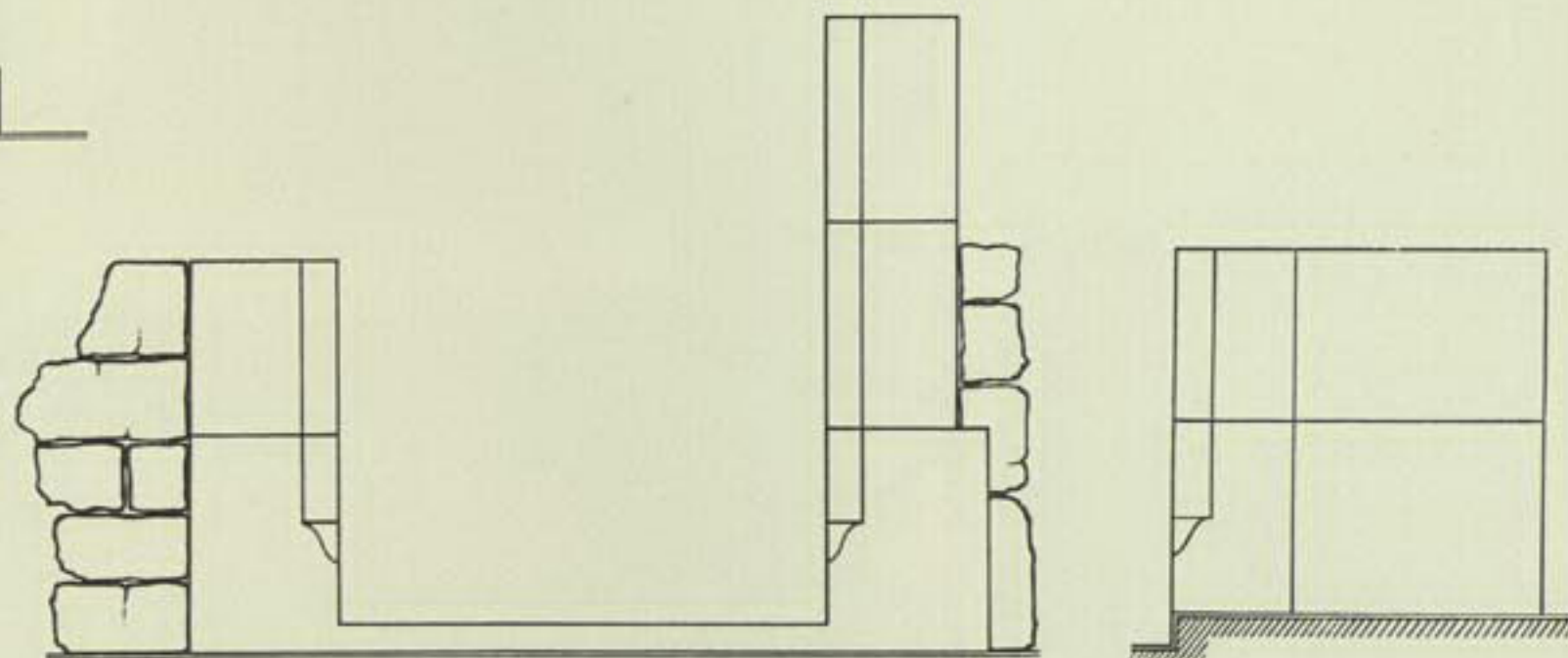
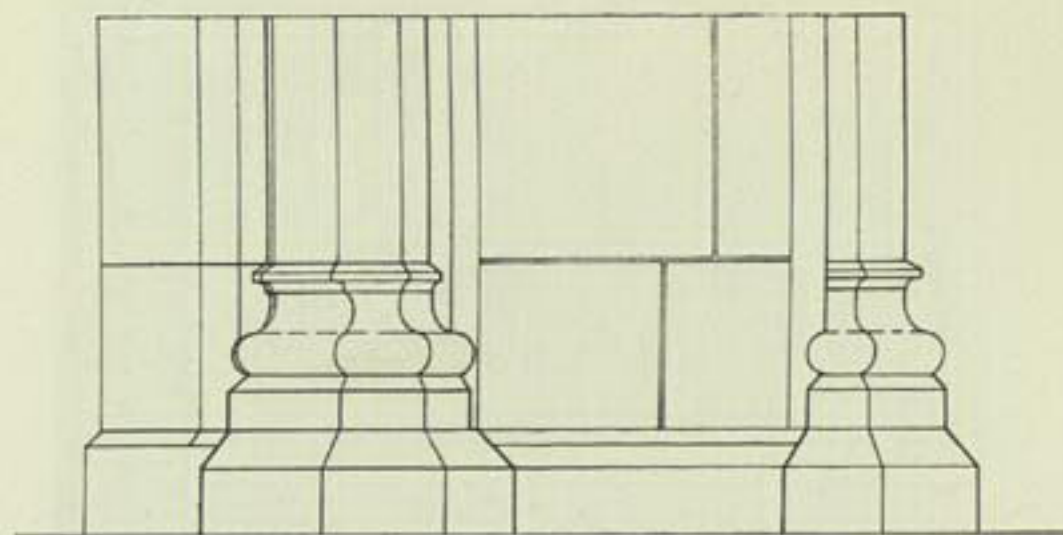
Estampa LXX:

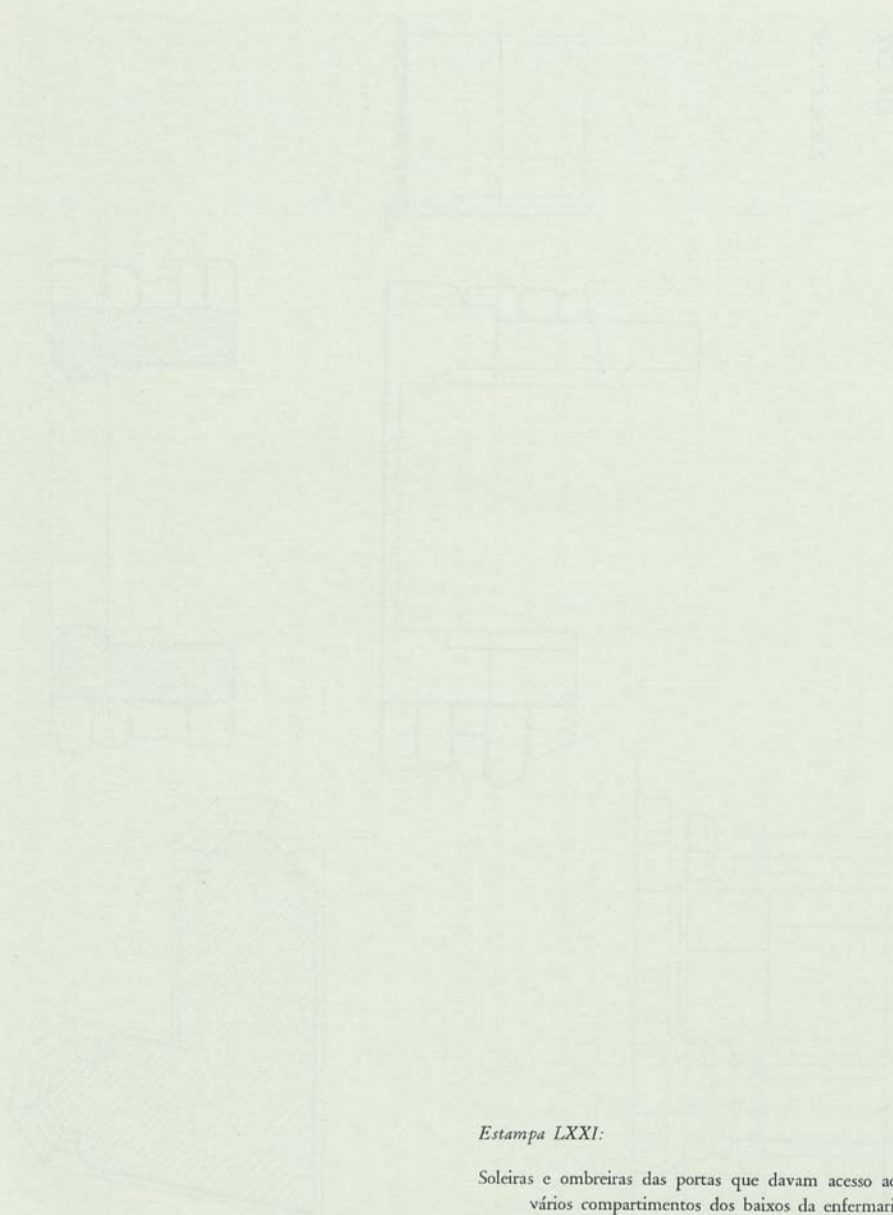
Planta e alçados do cunhal do ângulo NO do claustro
e duma das portas dos baixos da enfermaria de
Santa Clara

(Colaboração da Direcção-Geral dos Edifícios e Mo-
numentos Nacionais).

EST. LXX

ESCALA 1:20





Estampa LXXI:

Soleiras e ombreiras das portas que davam acesso aos vários compartimentos dos baixos da enfermaria de Santa Clara.



1



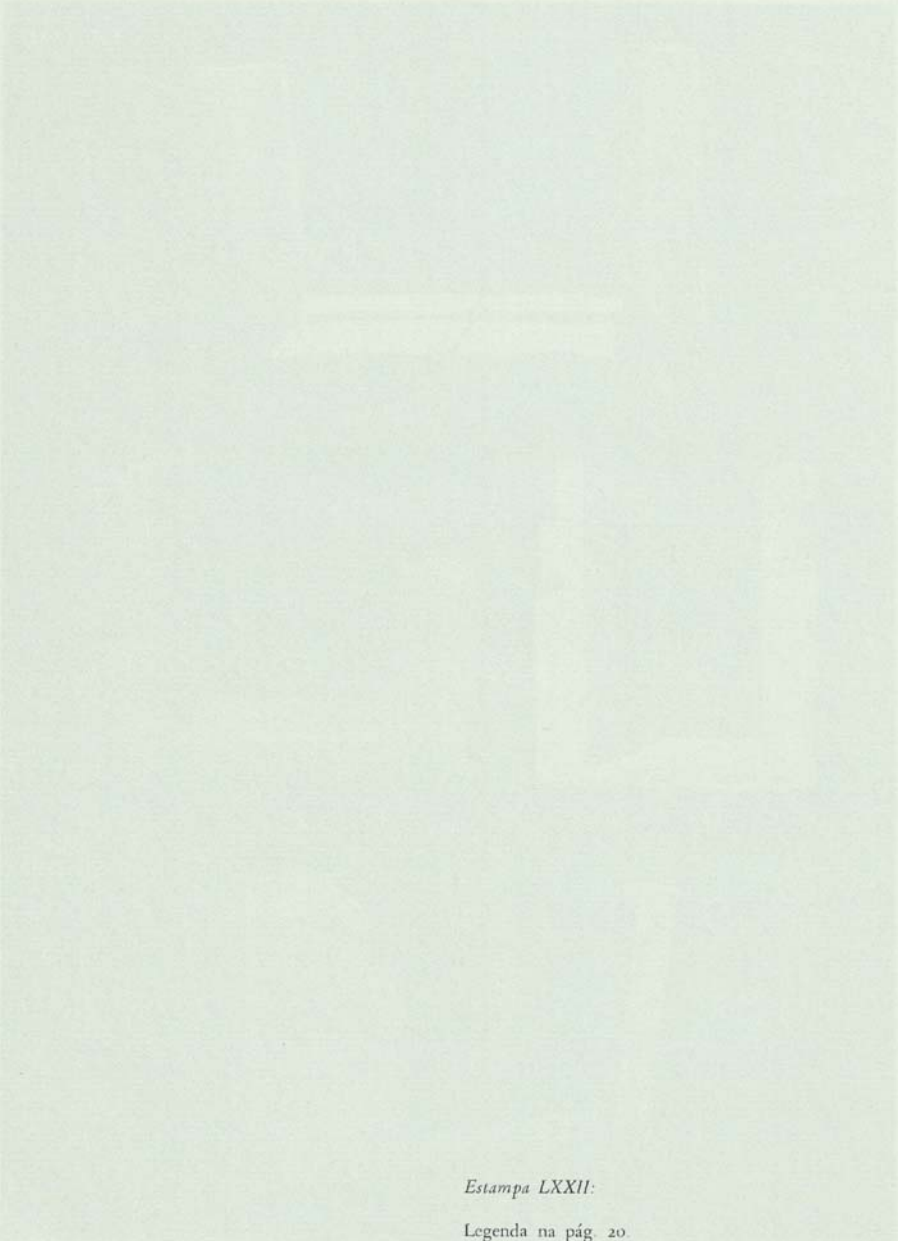
2



3



4

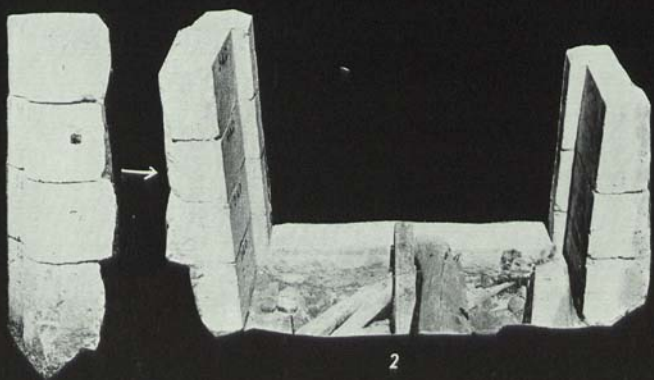


Estampa LXXII:

Legenda na pág. 20.



1



2

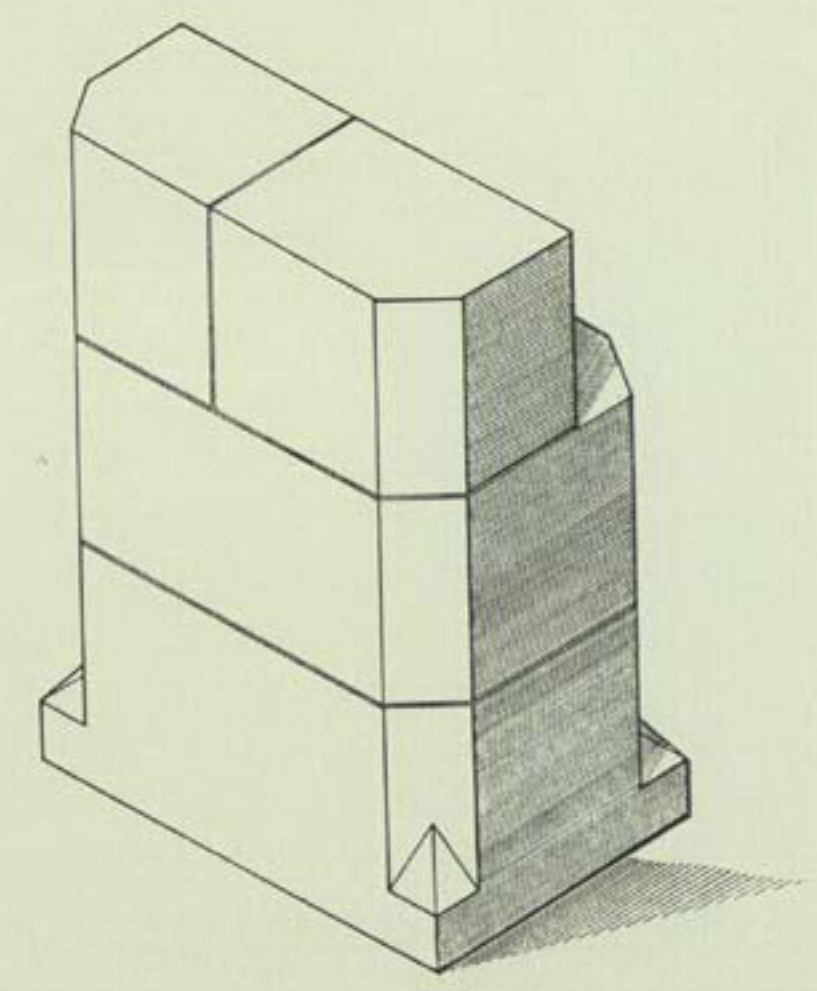
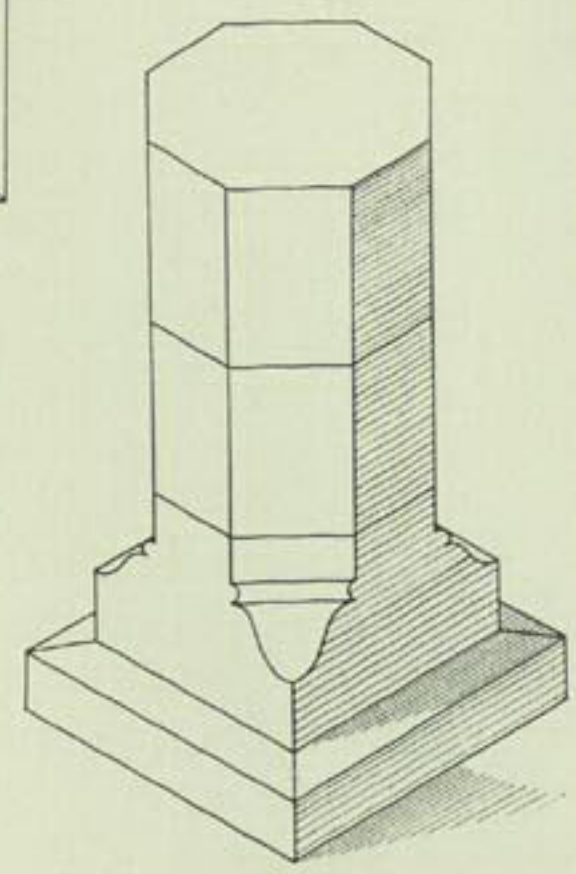
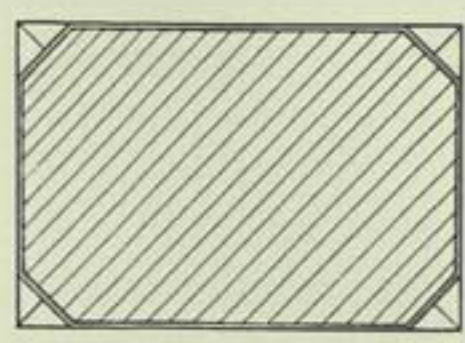
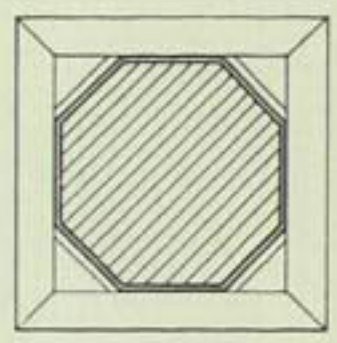
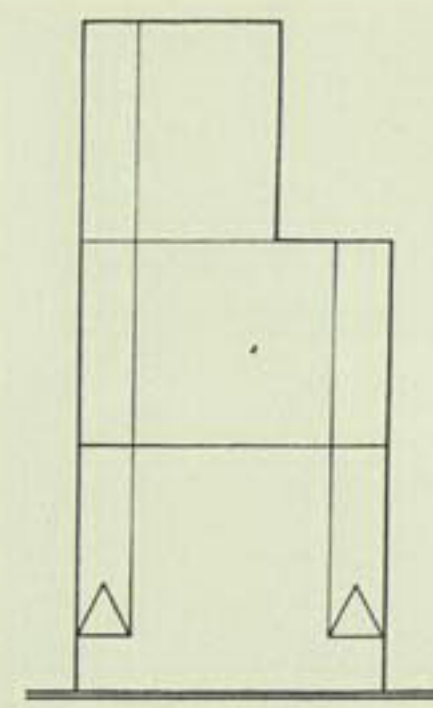
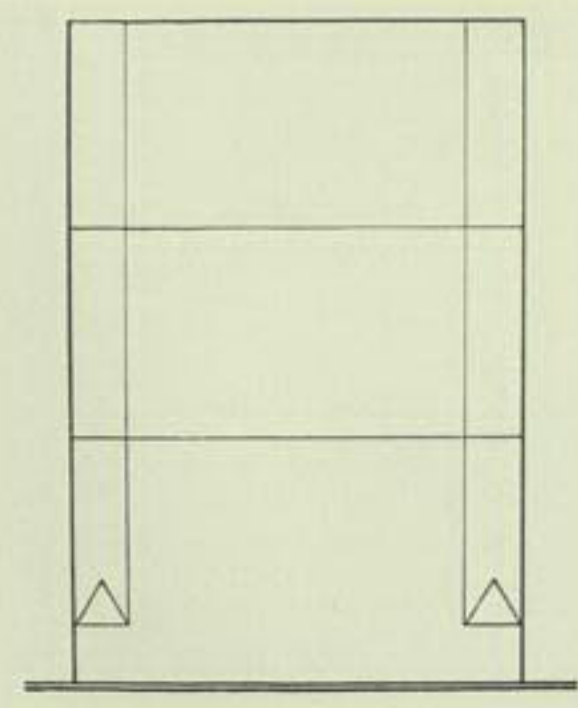
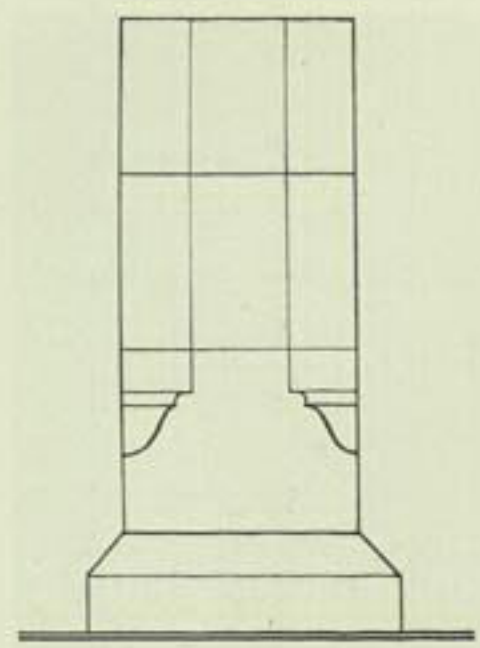
Estampa LXXIII:

Planta e alçado de alguns elementos do átrio situado nas traseiras da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.

(Colaboração da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

EST. LXXIII

ESCALA 1:20





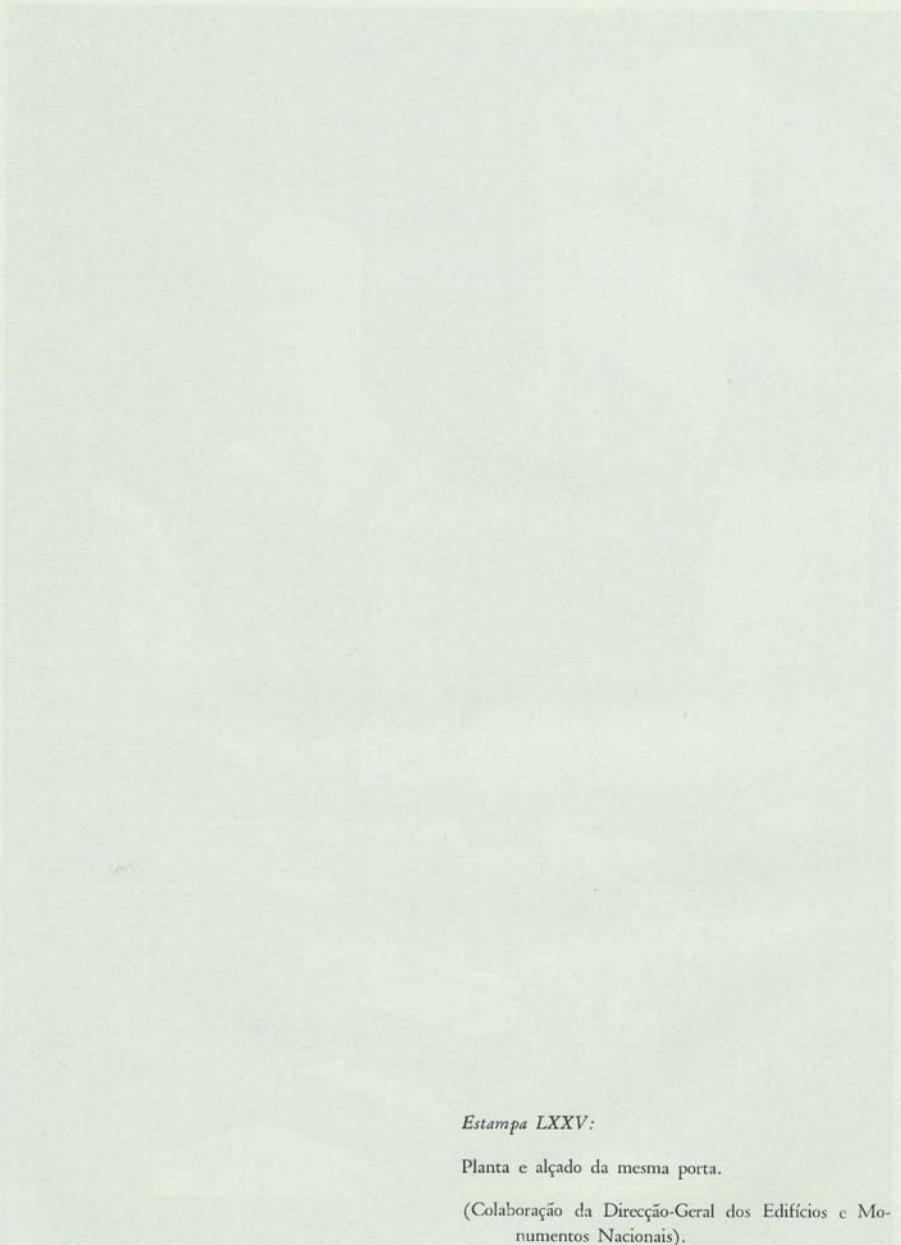
Estampa LXXIV:

Alguns elementos retirados do mesmo átrio:

- 1 — Parte inferior do pilar que separava o átrio dos anexos da Ermida; calcário.
- 2 e 4 — Parte inferior dos dois pilares octogonais que ocupavam o centro do átrio; calcário.
Dims.: $0,53 \times 0,53 \times 1,045$; $0,53 \times 0,53 \times 0,80$.
- 3 e 5 — Dois aspectos da porta de comunicação do átrio com o exterior; calcário.



5



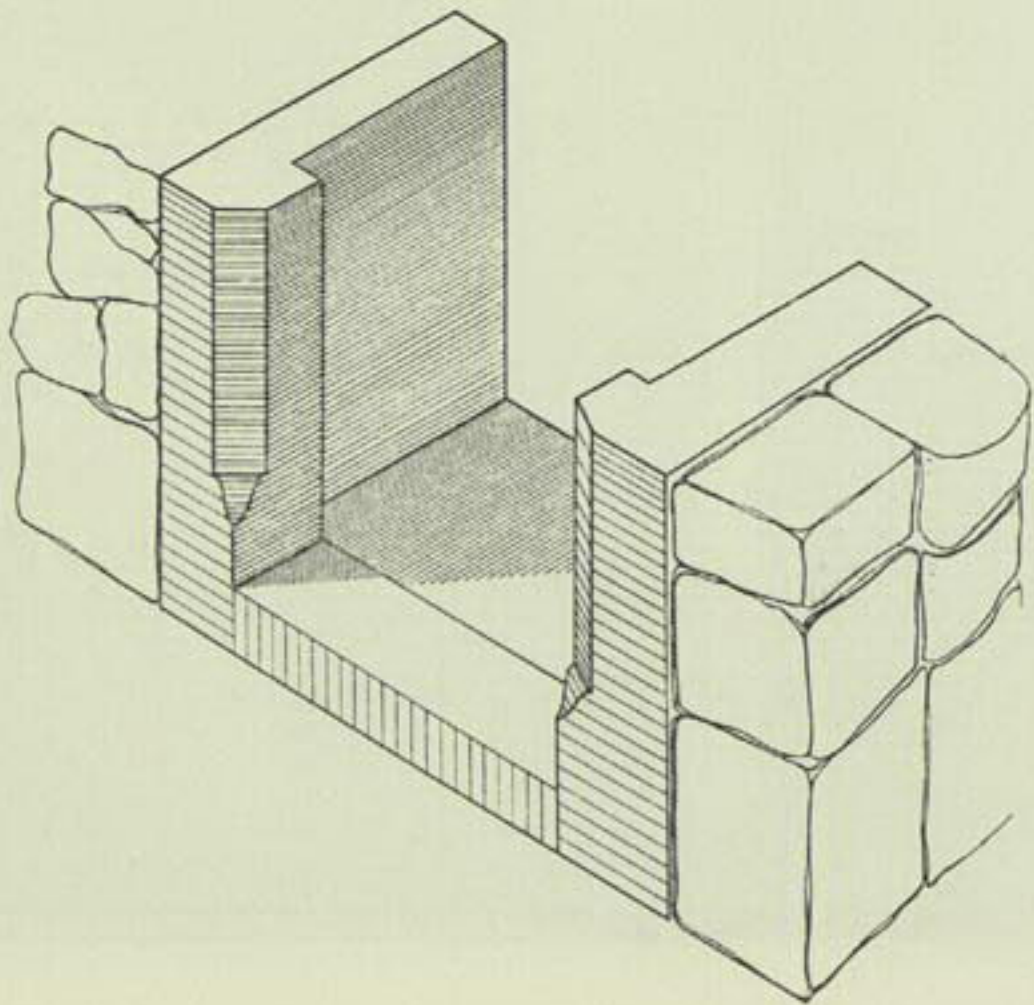
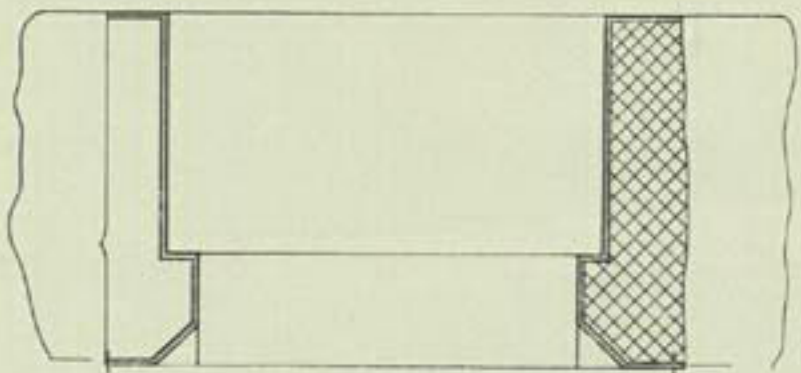
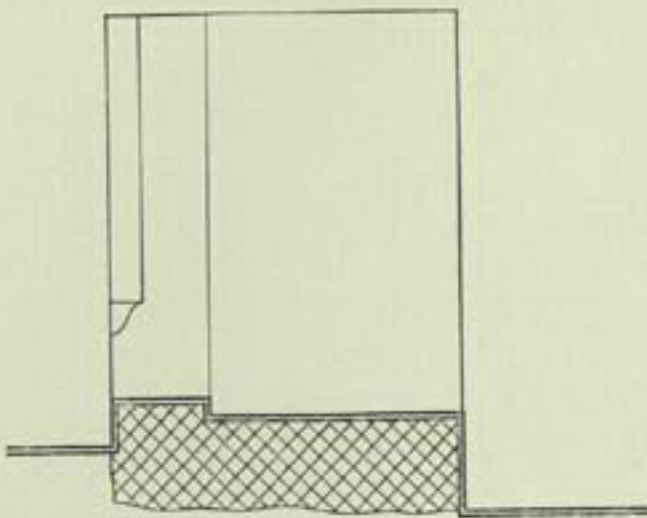
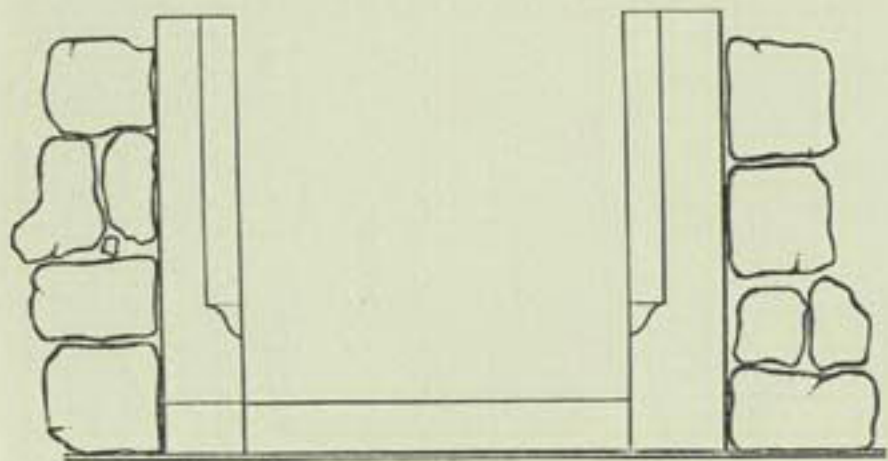
Estampa LXXV:

Planta e alçado da mesma porta.

(Colaboração da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

EST. LXXV

ESCALA 1:20



Estampa LXXVI:

Alguns elementos pertencentes à arcada:

1 e 4 — Parte inferior de dois pilares; calcário.

Dims.: $1,31 \times 0,65 \times 0,32$; $0,655 \times 0,325$.

2 — Conjunto constituído por duas cantarias colocadas uma sobre a outra, formando um diedro; calcário.

Dimensões: $0,43 \times 0,64 \times 0,20$.

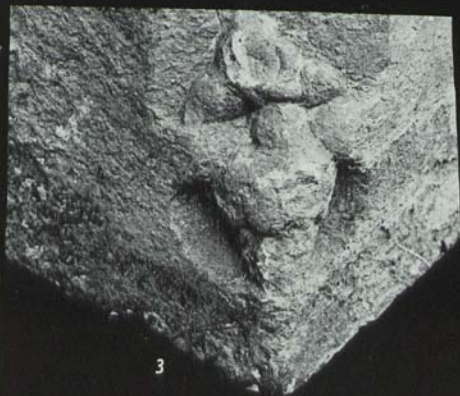
3 — Pormenor do pilar n.º 1.



1



2



3



4

Estampa LXXVII:

- 1 — Base de pilar octogonal; calcário.
Dimensões: 0,46 × 0,53 × 0,49.
- 2 — Elementos de base de pilar octogonal.
Dimensões: 0,51 × 0,32.
- 3 — Ombreira de porta constituída por 4 elementos.
Calcário.
Dimensões: 0,60 × 0,61.
- 4 — Base de coluna cilíndrica com lavores; calcário.
Dimensões: 0,415 × 0,373 × 0,275.
- 5 e 6 — Cabeceiras de sepultura medievais; calcário.
Dims.: 0,40 × 0,395 × 0,135; 0,66 × 0,38 × 0,12.



1



2



3



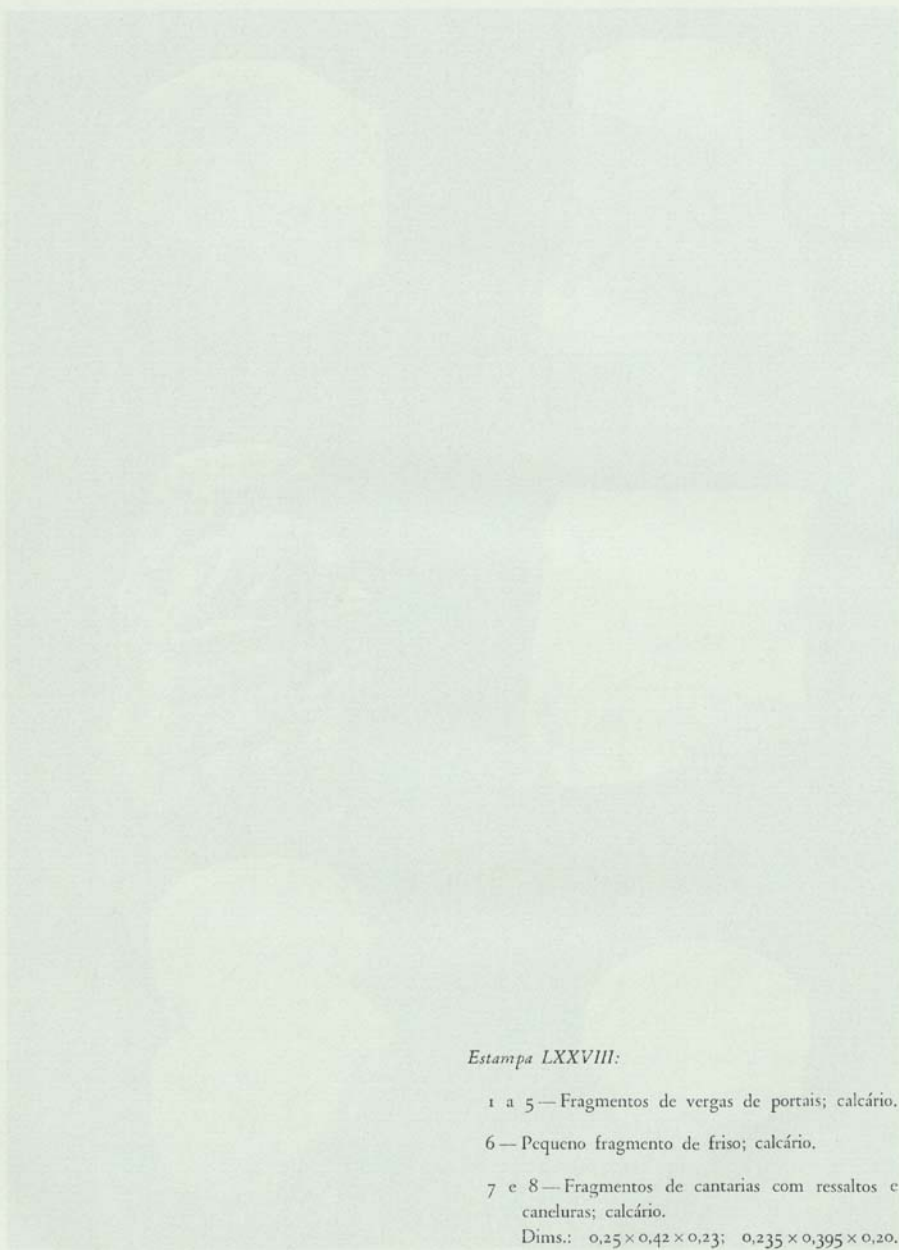
4



5

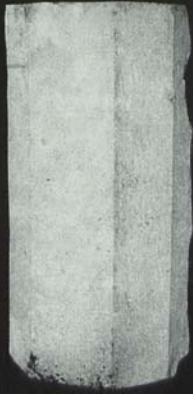


6



Estampa LXXVIII:

- 1 a 5—Fragmentos de vergas de portais; calcário.
6—Pequeno fragmento de friso; calcário.
7 e 8—Fragmentos de cantarias com ressaltos e caneluras; calcário.
Dims.: 0,25 × 0,42 × 0,23; 0,235 × 0,395 × 0,20.



1



2



3



4



5



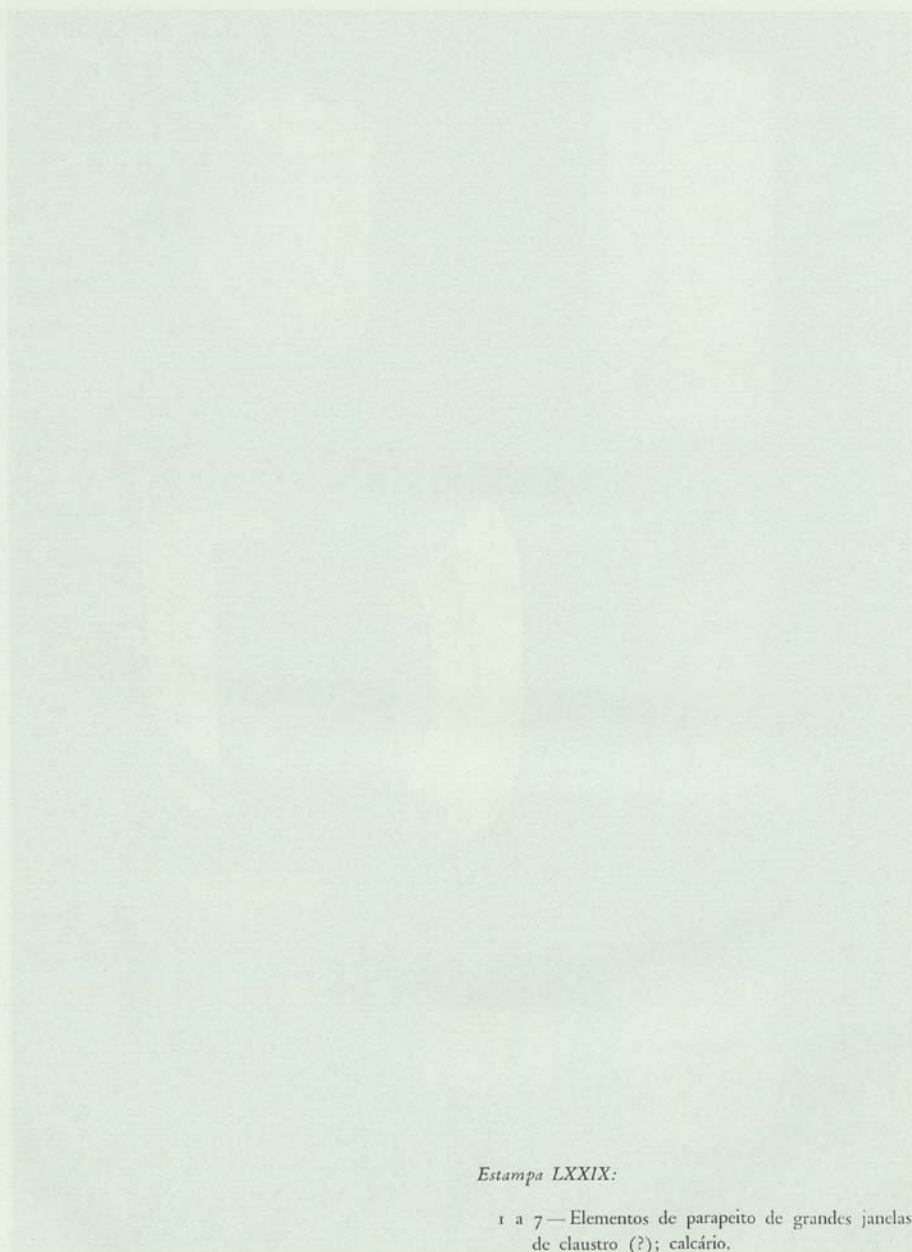
6



7



8



Estampa LXXIX:

1 a 7— Elementos de parapeito de grandes janelas
de claustro (?); calcário.



1



2



3



4



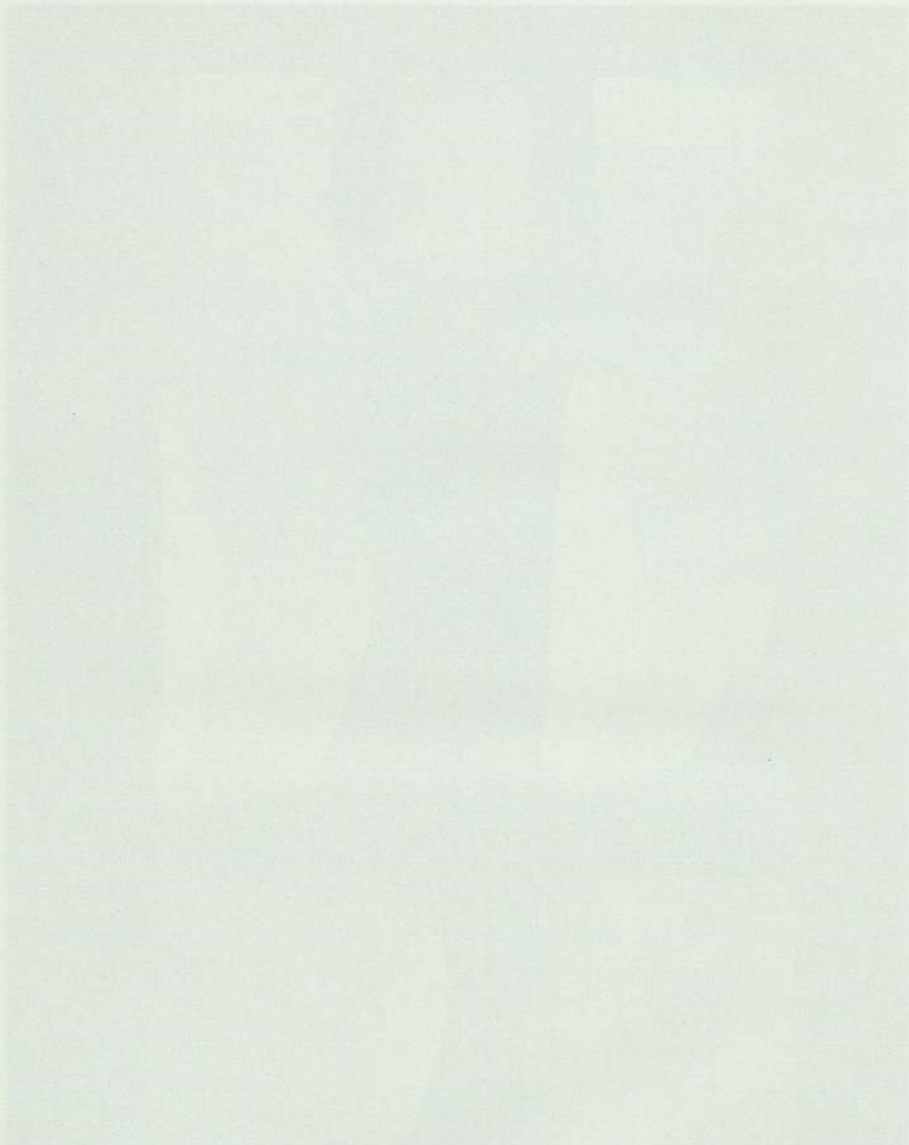
5



6

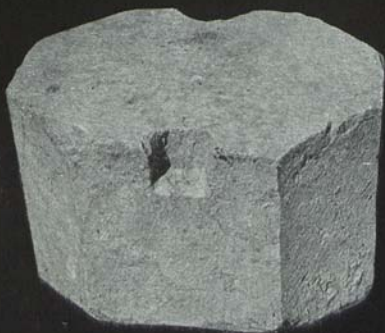


7



Estampa LXXX:

1 a 6 — Elementos de pilastras e arranques de arco;
calcário.



1



2



3



4



5



6

Estampa LXXXI:

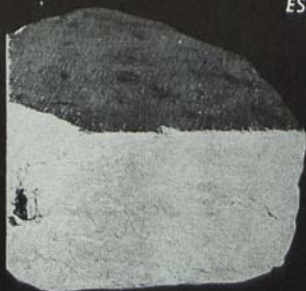
1 a 6—Elementos de ombreiras; calcário.

7—Fragmento de ombreira notando-se o ressalto do batente; calcário.

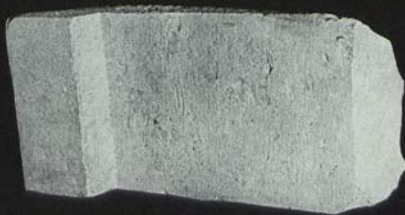
8—Fragmento de cunhal de mármore rosado.



1



2



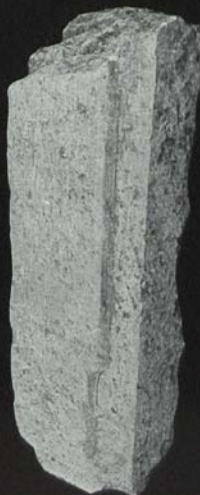
3



4



5



7



8



6

Estampa LXXXII:

- 1 e 3—Fragmentos de soleira de porta.
- 2—Fragmento de degrau pertencente à escadaria principal do Hospital Real de Todos-os-Santos encontrados quando das obras dos «Irmãos Unidos»; mármore.
- 4 e 5—Fragmentos de vergas de porta de secção semi-circular; calcário.



1



2



3



4



5

Estampa LXXXIII:

- 1 e 2 — Fragmentos de fuste de colunas com a face decorada com caneluras em espiral; mármore.
Dimensões: 0,25 × 0,27; 0,145 × 0,095.
- 3 — Fragmento de ornato de calcário.
- 4 — Coroa real (manuelina); calcário.
Dimensões: 0,725 × 0,31 × 0,39.
- 5 — Fragmento de coroa; mármore.
Dimensões 0,143 × 0,145.
- 6 — Fragmento de cantaria lavrada; calcário.
Dimensões: 0,255 × 0,17 × 0,19.
- 7 — Fragmento de cantaria com uma rosácea em baixo relevo; calcário.
Dimensões: 0,54 × 0,375 × 0,31.



1



2



3



4



5



6



7

Estampa LXXXIV:

1 — Capítel de coluna com lavores: cabeças humanas e de animais; mármore.

Dimensões: 0,333 × 0,333 × 0,335.

4 e 8 — Bases de colunas com lavores (cabeças de animais); mármore.

5, 6, 7, 9, 10 e 12 — Fragmentos de fuste de colunas de secção circular; mármore.

11 — Base de coluna; calcário.



1



2



3



4



5



6



7



9



8



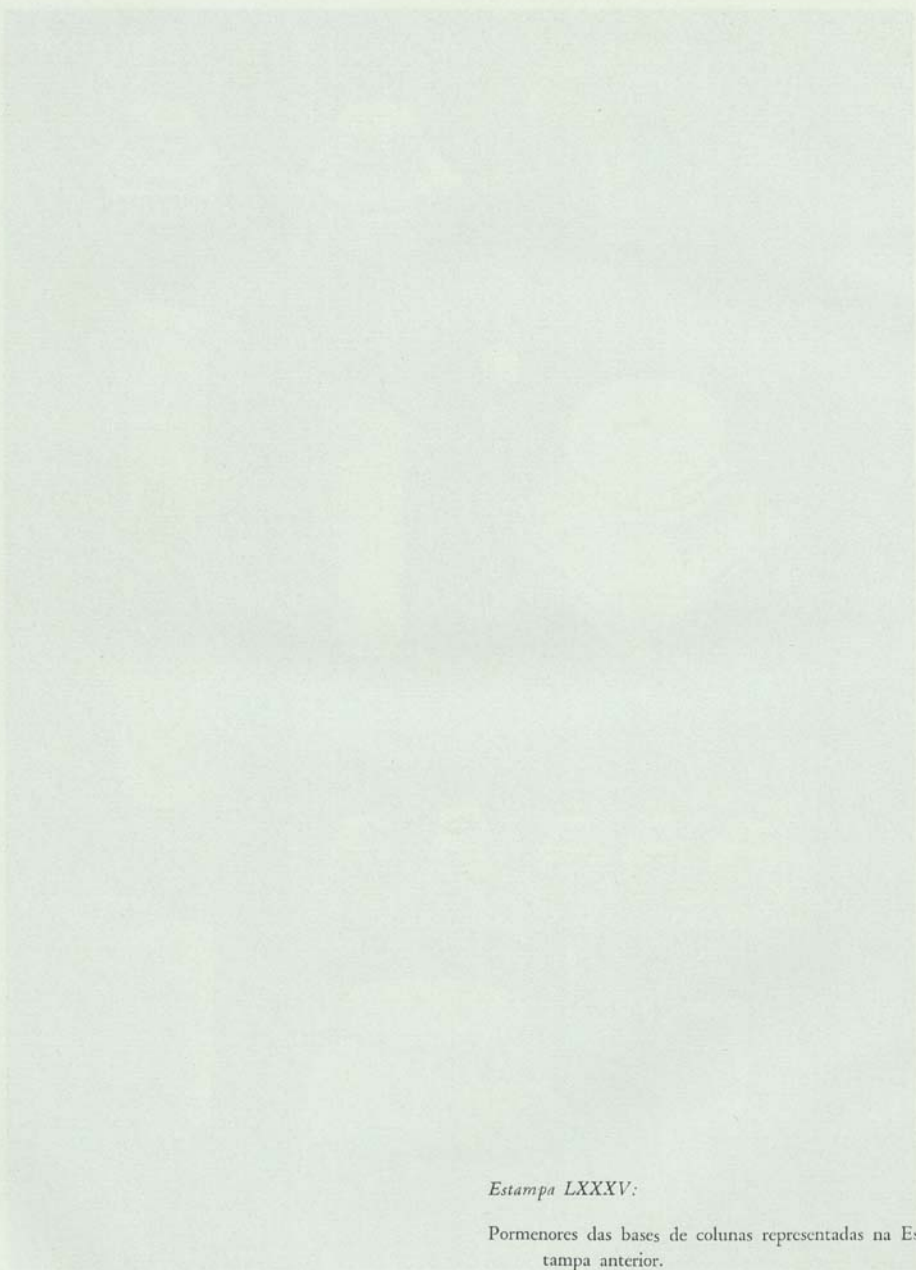
10



11

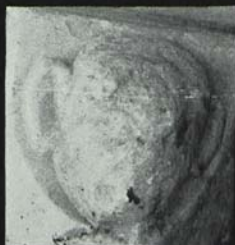


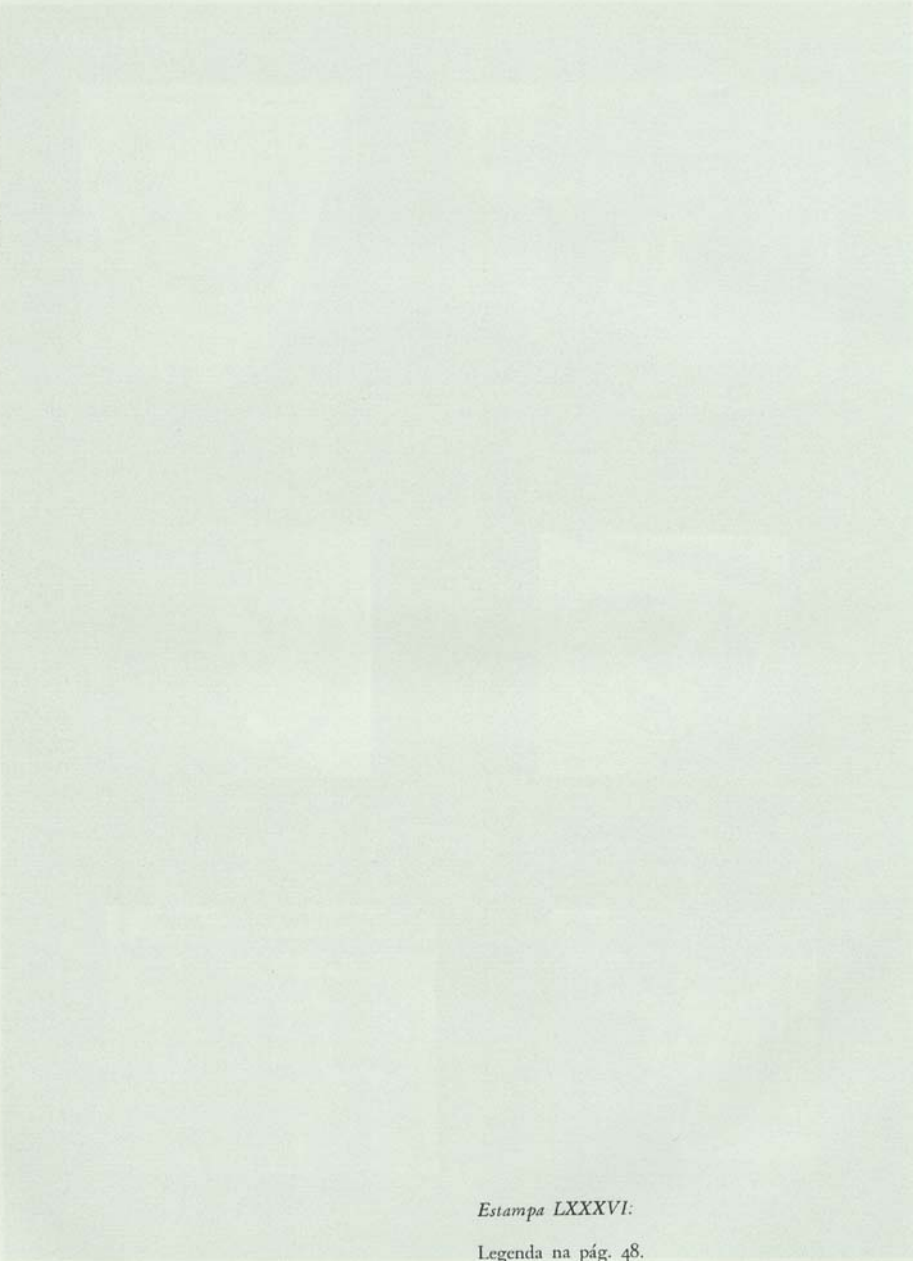
12



Estampa LXXXV:

Pormenores das bases de colunas representadas na Estampa anterior.





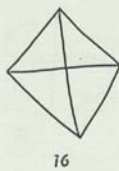
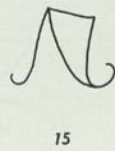
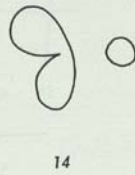
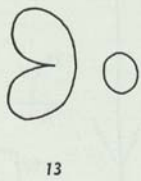
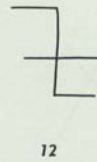
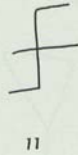
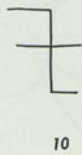
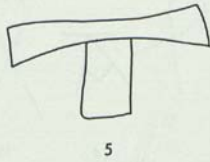
Estampa LXXXVI:

Legenda na pág. 48.



Estampas LXXXVII, LXXXVIII e LXXXIX:

Síglas gravadas em cantarias do Hospital de Todos-
-os-Santos.





19



20



21



22



23



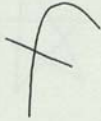
24



25



26



27



28



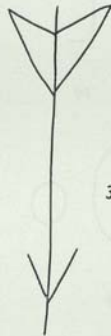
29



30



31



32



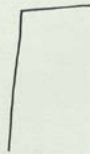
33



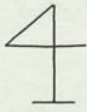
34



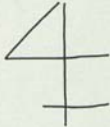
35



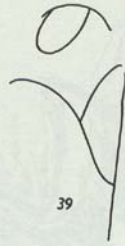
36



37



38



39



40



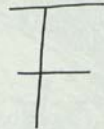
41



42



43



44



45



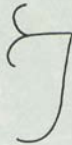
46



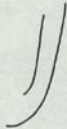
47



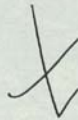
48



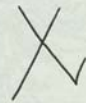
49



50



51



52



53



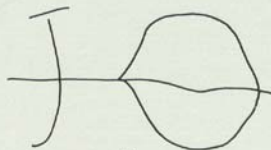
54



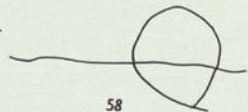
55



56



57



58



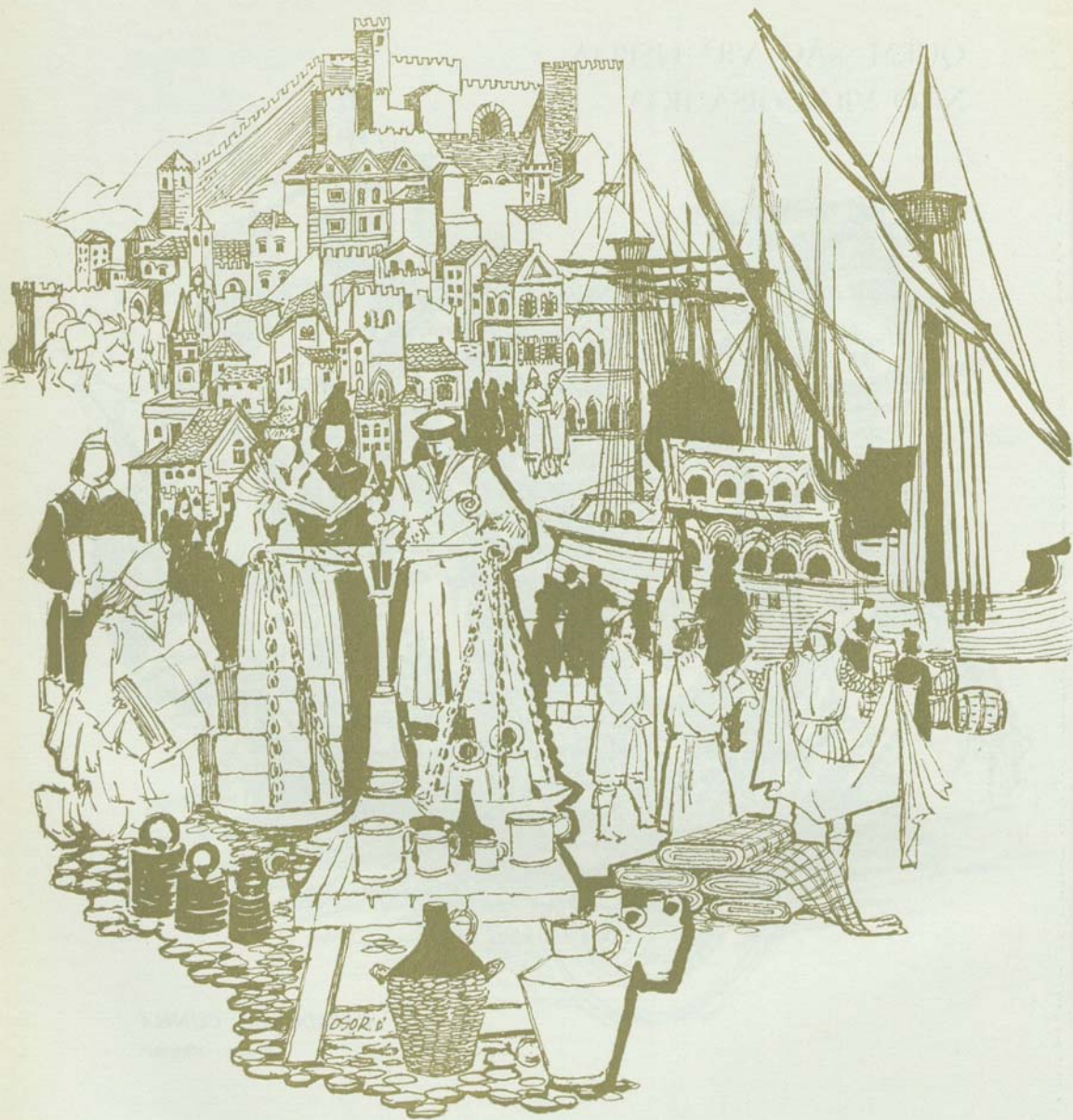
QUEM NÃO VIU LISBOA,
NÃO VIU COISA BOA

*Ninfas do Tejo! Cantai
A vossa pátria formosa
Lisboa dos sete montes
Que em doirados horizontes
Recortam a linha airosa,
E onde a luz do céu radiosa
Sobre a terra em jorros cai!
Tágides! Cantai:
— Quem não viu Lisboa,
Não viu coisa boa.*

*Ninfas do Tejo! Cantai
Este País de cantares,
Donde outrora as caravelas,
Ruflando as arfantes velas,
Em busca de outros lugares,
Foram longe a outros mares,
Aonde o Tejo não vai!
Tágides! Cantai:
— Quem não viu Lisboa,
Não viu coisa boa.*

ALFREDO DA CUNHA

Fundão — 1863-1941



ASPECTOS
DA
ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL
DE
LISBOA
NO
SÉCULO
XV

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

MARIA TERESA CAMPOS RODRIGUES

CORREGEDORES

- 1385
1386 Rodrigo Esteves.
1387 Rodrigo Esteves.
1388
1389 Rodrigo Esteves.
1390 Rodrigo Esteves.
1391 Afonso Martins Alvarnaz.
1392 Afonso Martins Alvarnaz.
1393
1394 Afonso Martins Alvarnaz.
1395
1396 Afonso Martins Alvarnaz.
1397 Afonso Martins Alvarnaz.
De 1398 a 1400 não encontramos referências a corregedores.
1401 Afonso Martins Alvarnaz.
1402 João Afonso Fuscuro.
1403 João Afonso Fuscuro.
1404
1405
1406 João Afonso Fuscuro.

- De 1407 a 1409 não encontramos referências a corregedores.
1410 João Afonso Fuscuro.
1411
1412
1413 João Afonso Fuscuro.
1414 João Afonso Fuscuro.
1415
1416 João Mendes.
1417
1418
1419 Vasco Esteves de Santarém.
1420 João Afonso Fuscuro.
1421 João Afonso Fuscuro.
1422 João Afonso Fuscuro
De 1423 a 1425 não encontramos referências a corregedores.
1426 João Afonso Fuscuro.
1427 João Afonso Fuscuro.
1428
1429 João Afonso (Fuscuro (?)).
1430
1431
1432 Lopo Gonçalves, cavaleiro.
1433 João Afonso Fuscuro e em Março de 1434 Lopo Gonçalves.
De 1434 a 1447 não encontramos referências a corregedores.
1448 Pero Falcuro.
1449
1450 Pero Falcuro.
1451
1452
1453 Diogo Gonçalves Lobo.
De 1454 a 1456 não encontramos referências a corregedores.
1457 Diogo Gonçalves Lobo.
1458
1459
1460 Alvaro Pires Vieira.
1461 Diogo Gonçalves Lobo.
1462 Diogo Gonçalves Lobo.
1463 Diogo Gonçalves Lobo.
1464
1465 Diogo Gonçalves Lobo.
1466 Rui Lobo.
1467
1468
1469 Rui Lobo.
1470 Rui Lobo (?), do desembargo do rei.
1471 Rui Lobo.
De 1472 a 1476 não encontramos referências a corregedores.

- 1477 Brás Afonso.
 1478 Brás Afonso.
 1479
 1480 Rui Davila, escudeiro.
 1481 Rui Lobo, fidalgo e vedor da casa do rei, do seu conselho e desembargo.
 1482
 1483
 1484 Lopo da Fonseca, licenciado.
 1485 Lopo da Fonseca, licenciado.
 De 1486 a 1488 não encontramos referências a corregedores.
 1489 Lopo da Fonseca.
 1490 Fernando Alves Rebelo, bacharel.
 1491
 1492 Rui Lobo.
 1493 Rui Lobo, fidalgo da casa do Rei.
 1494
 1495 Álvaro Vaz, cavaleiro.

VEREADORES

- 1385 Gil Martins da Patameira.
 Gonçalo Vasques Carregueiro.
 1386
 1387 João Pires Canelas.
 1388
 1389 Gonçalo Domingues de Santo Antoninho.
 Lourenço Anes.
 Gonçalo Vasques Carregueiro.
 De 1390 a 1393 não encontramos referências a vereadores.
 1394 Rui Garcia.
 João Vicente.
 Vasco da Veiga.
 De 1395 a 1416 não encontramos referências a vereadores.
 1417 Fernando Alvares (da Escada de Pedra).
 Rodrigo Anes.
 Giraldo Anes.
 1418
 1419 Gonçalo Vaz Carregueiro.
 Álvaro Gonçalves Machado.
 João Afonso de Óbidos.
 1420 Fernando Alvares (da Escada de Pedra).
 Giraldo Anes.
 1421 Afonso Roiz Portela.
 Álvaro Gonçalves Machado.
 Francisco Domingues de Beja.
 1422 João Esteves.
 Rui Gomes.
- 1423 Gil Martins.
 1424 Afonso Rodrigues Portela.
 Álvaro Gonçalves Machado.
 Rodrigo Anes.
 1425
 1426 Martim Afonso, mercador.
 Martim de Santarém.
 Vicente Domingues.
 1427 João Esteves de S. Cristóvão.
 Álvaro Gonçalves de Santo António.
 Rui Gomes.
 De 1428 a 1431 não encontramos referências a vereadores.
 1432 Pero Lopes do Carvalhal.
 Manuel Pestana.
 João Vaz de Alvalade.
 1433 Vicente Domingues.
 Rui Gomes.
 Filipe Daniel.
 De 1434 a 1436 não encontramos referências a vereadores.
 1437 João Teixeira.
 Pero de Serpa.
 1438
 1439
 1440 João Lourenço Farinha, escudeiro.
 Lopo Vasques de Alvalade.
 1441 Pero Gonçalves Teixeira.
 Álvaro Gonçalves.
 De 1442 a 1447 não encontramos referências a vereadores.
 1448 Tristão Vaz da Veiga.
 Lopo Vaz de Alvalade.
 1449
 1450 Gonçalo Vasques Carregueiro.
 1451
 1452 Lopo Vasques de Alvalade.
 Luís Anes.
 Lourenço Anes.
 1453 Tristão Vasques da Veiga.
 Gomes Martins Teixeira.
 Gonçalo Nunes da Pedreira.
 1454
 1455 Álvaro Lopes de Frielas.
 João Roiz Teixeira.
 Afonso Roiz.
 De 1456 a 1458 não encontramos referências a vereadores.
 1459 Pero de Barcelos.
 Gonçalo Nunes da Pedreira.
 Gonçalo Garcia.

- 1460 Luís Eanes.
João Vaz.
Gomes Eanes do Batel.
- 1461 João de Lisboa.
Aires Gomes.
Gonçalo Garcia.
- 1462 Lopo Vaz de Alvalade.
Lopo Dias do Pao.
João Roiz Vilela.
- 1463 Álvaro Lopes de Trelas.
Fernão Roiz de Brito.
Gomes Eanes, o Rico.
- 1464 Gonçalo Anes de Óbidos.
João Vaz Rebelo.
Aires da Fonseca.
- 1465 João de Lisboa.
Aires Gomes.
Gonçalo Garcia.
- 1466 Lopo Dias do Pao.
Amador de Alpoim.
- 1467 Fernão Roiz de Brito.
Gomes Anes, o Rico.
Fernão Nunes.
- 1468 Pero Lopes do Carvalhal.
Gomes Anes de Óbidos.
Miçer Trope.
- 1469 João Correia.
João Vaz Rebelo.
Pero de Abreu.
- 1470 Tomás Luís de Chaves.
Rui Mendes de Brito.
Manuel Pestana.
- 1471 João Lopes, cavaleiro.
Gomes Anes, o rico.
Aires Gomes.
- 1472
- 1473
- 1474 Rui Mendes de Brito.
Estêvão Vasques.
Fernão Gomes.
- 1475 Fernão Esteves.
Aires Gomes.
Miçer Trope.
- 1476
- 1477 João Lopes Bulhão.
Pero Lopes do Carvalhal.
- 1478 Diogo de Lemos.
Aires Gomes.
Gomes Anes de Óbidos.
- 1479 Rui Mendes de Brito.
Estêvão Vasques.
Fernão Gomes da Mina (do conselho do rei).
- 1480 Rui Davila.
Vasco Martins.
Álvaro do Casal.
- 1481 Diogo (ou Pero) Vaz da Veiga.
Luís Fogaça.
Lopo Dias.
- 1482
- 1483 João Álvares Porto Carreiro.
Manuel Pestana.
Afonso Roiz.
- 1484 Luís Fogaça.
Gil Anes
Manuel Pestana.
- 1485 Luís Fogaça.
Manuel Pestana.
- 1486
- 1487 Diogo Vaz da Veiga.
Manuel Pestana.
Lopo de Figueiredo.
- 1488
- 1489
- 1490 Afonso Roiz de Castel-Branco.
Afonso Lopes Bulhão.
Álvaro Vaz.
(Em Março de 1491 Afonso Lopes Bulhão morre e é substituído pelo bacharel Areque (?) Vaz então juiz do cível).
- 1491 Diogo Vaz da Veiga.
Rui Mendes de Brito.
Afonso Leitão.
- 1492 Gil Vaz da Cunha, do conselho do rei.
Lopo de Abreu, fidalgo da casa do rei.
Vicente Gil.
- 1493 Álvaro Vaz.
Pero Lopes do Carvalhal.
Afonso Leitão.
- 1494 Pero Vaz da Veiga.
Rui Gomes da Grã.
João de Albuquerque.
- 1495 Duarte de Azevedo.
Rui Mendes de Brito.
Diogo de Lemos.

PROCURADORES

- 1385 Vasco Lourenço.
1386 Gonçalo Vasques Carregueiro.
1387 Diogo Álvares.
1388
1389 Gonçalo Esteves.
De 1390 a 1392 não encontramos referências a procuradores.

1393 Vasco Martins.
1394 Gonçalo Vaz Cargueiro.
De 1395 a 1405 não encontramos referências a procuradores.
1406 João Esteves.
1407
1408
1409 Diogo Roiz.
De 1410 a 1416 não encontramos referências a procuradores.
1417 João Esteves.
1418
1419 Afonso Anes.
1420
1421 Gonçalo Álvares de Carnide.
1422 Rui Pires.
1423 Álvaro Martins, escolar em leis.
1424 Pero Sanches, mercador.
1425
1426 João Velho.
1427 João Afonso.
1428 Fernão Pires.
1429 João de Bessa, escudeiro.
1430 João Aires.
1431
1432
1433 Rodrigo Álvares.
1434 João Gomes.
1435 Diogo Álvares.
De 1436 a 1438 não encontramos referências a procuradores.
1439 João Gonçalves.
1440 Rodrigo Álvares, escudeiro.
1441 Pero Vasques.
De 1442 a 1447 não encontramos referências a procuradores.
1448 Pero de Magos.
1449 Pero Anes.
1450 João Esteves.
1451
1452 João Afonso Belo.
1453 Heitor Álvares.
1454
1455 Álvaro Gonçalves Cordeiro.
De 1456 a 1458 não encontramos referências a procuradores.
1459 Diogo Roiz.
1460 Estêvão Álvares.
1461 Álvaro Pires Cidreira.
1462 Álvaro Gonçalves da Porta do Mar.
1463 Álvaro Gonçalves da Porta do Mar.
1464 Manuel Roiz.

1465 Álvaro Pires Cidreira.
1466 Gonçalo Vaz.
1467 Álvaro Gonçalves da Porta do Mar.
1468 Lançarote Dias.
1469 Álvaro Gil.
1470 Vasco Gomes.
1471 Lopo Roiz.
1472
1473
1474 Valentim Lopes.
1475 Martim da Silveira.
1476
1477
1478 Valentim Lopes.
1479 Valentim Lopes.
1480 Vasco Cinza.
1481 Fernando Afonso.
1482
1483 Martim Gonçalves.
1484 Álvaro Pires.
1485 Martim Gonçalves.
1486
1487 Álvaro Roiz de Arruela.
1488 Diogo Brandão.
1489
1490 Gonçalo (ou Gil) Roiz.
1491 Lopo Roiz.
1492 Diogo Martins Alho.
1493 Diogo Lopes.
1494 Álvaro Pires.
1495 Diogo Vieira.

JUIZES DO CIVEL

1385
1386
1387 Fernão Gonçalves, licenciado em leis.
1388
1389 João Afonso Fúseiro.
Gil Martins.
De 1390 a 1392 não encontramos referências a juizes do civil.
1393 João Afonso Fúseiro.
João Vicente.
De 1394 a 1399 não encontramos referências a juizes do civil.
1400 Gonçalo Vasques Carregueiro.
Donningos Anes, mercador.
1401
1402 João Martins.
Bartolomeu Anes.
De 1403 a 1405 não encontramos referências a juizes do civil.

- 1406 Sancho Gomes de Avelar.
Domingos Anes, mercador.
- 1407
1408
- 1409 Álvaro Gonçalves Maio, cidadão.
Palamades Vasques, cavaleiro.
- De 1410 a 1421 não encontramos referências a juizes do cível.
- 1422 Vicente Roiz.
Mem Roiz, escudeiro.
- 1423 Gomes Eanes.
- 1424 Gomes Anes, escolar em direito.
- 1425
- 1426 Egas Lourenço.
- 1427 Afonso Anes.
Aires Afonso Valente, cavaleiro.
- 1428 Mem Roiz.
- 1429
1430
- 1431 Afonso Fernandes.
- 1432
- 1433 Pero Lopes de Frielas.
- 1434 Tristão Vasques.
Vicente Egas.
- 1435 João Aires, cavaleiro.
Luís Anes, cidadão.
- 1436 Fernão de Gralhas, escudeiro.
Afonso Anes de Santa Marinha, escolar em direito.
- 1437
1438 Vicente Domingues.
- 1439 Huel Xira, cavaleiro.
Pero de Barcelos.
- 1440 Vicente Egas, cidadão.
Álvaro Borges.
- De 1441 a 1448 não encontramos referências a juizes do cível.
- 1449 Palamades Vaz, cavaleiro.
Vasco Gil, conservador do «studio».
- De 1450 a 1452 não encontramos referências a juizes do cível.
- 1453 Palamades Vaz, cavaleiro.
- 1454 Palamades Vaz da Veiga.
João Pacheco.
- De 1455 a 1462 não encontramos referências.
- 1463 Afonso de Almada.
- 1464
- 1465 Álvaro de Almada.
- De 1466 a 1470 não encontramos referências.
- 1471 Álvaro de Castro, cavaleiro.
Lopo Vaz, bacharel.

- 1472 Lopo Vaz.
João Alves Porto Carreiro.
- 1473 Luís Dias do Pao, bacharel.
- 1474
- 1475 Diogo Rebelo, cavaleiro.
Fernão Martins, escudeiro.
- 1476
- 1477 João Alves do Porte Carreiro.
- 1478
- 1479
- 1480 Dr. João Vasques da Porta Nova.
- 1481 João Vaz de Alvalade.
- 1482
- 1483 Lopo Vaz.
Diogo Rebelo, cavaleiro.
- De 1484 a 1487 não encontramos referências.
- 1488 João Vaz de Alvalade.
João Álvares, bacharel.
- 1489
- 1490 Areque (?) Vaz, bacharel.
- 1491 Álvaro Botelho, cavaleiro.
Henrique Vaz.
- 1492 João Roiz Cordeiro.
Diogo Alves Vieira.
- De 1493 a 1495 não encontramos referências.

JUIZES DO CRIME

- De 1385 a 1399 não encontramos referências a juizes do crime.
- 1400 Vicente Domingues, escolar.
Gonçalo Martins de Pombal.
- De 1401 a 1406 não encontramos referências.
- 1407 Álvaro Gonçalves Machado.
- De 1408 a 1415 não encontramos referências.
- 1416 Francisco Domingues de Beja.
- De 1417 a 1421 não encontramos referências.
- 1422 Fernão da Veiga.
- 1423 João Afonso.
- De 1424 a 1426 não encontramos referências.
- 1427 Álvaro Lopes.
- De 1428 a 1439 não encontramos referências.
- 1440 João Aires Bambodete, cavaleiro.
- De 1441 a 1447 não encontramos referências.
- 1448 Rui Vaz.
- De 1449 a 1464 não encontramos referências.
- 1465 João Cotrim.
- De 1466 a 1470 não encontramos referências.
- 1471 Gonçalo Mendes, cavaleiro.
Fernão Martins.

De 1472 a 1480 não encontramos referências.
 1481 Estêvão Afonso.
 De 1482 a 1489 não encontramos referências.
 1490 João Afonso de Aguiar.
 1491 Talamor Fernandes.
 Diogo Brandão.
 De 1492 a 1494 não encontramos referências.
 1495 António Fernandes Moreira.
 Diogo Homem.

ALGUNS VENCIMENTOS ANUAIS, ESTABELECIDOS EM 1471, PAGOS PELOS RENDIMENTOS DA CIDADE (1)

Vereadores (cada um)	2.000 reais e 2 moios de trigo
Procurador	2.000 reais e 2 moios de trigo
Juízes do Cível (cada um)	2.000 reais e 2 moios de trigo
Juízes do Crime (cada um)	2.000 reais e 2 moios de trigo
Escrivão da Câmara	5.553 reais e 3 moios de trigo
Porteiro da Câmara	2.700 reais e 1 moio de trigo
4 Homens da Câmara (cada um)	1.757 reais e 1 moio de trigo
Juiz dos Órfãos	2.000 reais
Contador	7.709 reais e 2 moios de trigo
Escrivão dos Contos	7.000 reais e 2 moios de trigo
Tesoureiro	4.000 reais e 2 moios de trigo
Escrivão do Tesouro	2.142 reais e 2 moios de trigo
Vedor das Obras	2.582 reais e 2 moios de trigo
Escrivão das Obras	2.282 reais e 2 moios de trigo
Sacador	1.772 reais e 1 moio de trigo
Tesoureiro da Imposição de Vila Nova	7.200 reais
Aposentador	9.600 reais e 1 moio de cevada
Escrivão da Aposentadoria	4.800 reais
Escrivão da Almotaxaria	6.000 reais
Procurador dos Negócios	2.000 reais e 2 moios de trigo

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES

I

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Chancelaria da Cidade:

Livro 4.º de Vereação (cod. 181).
 Livro de Posturas Antigas (cod. 390).
 Livro 1.º de Posturas (cod. 391).
 Livro 1.º do Provimto de Offícios (cod. 474).

Casa de Santo António:

Livro 1.º do Alqueidão (cod. 1).
 Livro 1.º do Hospital de S. Lázaro (cod. 80).
 Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro (cod. 100).
 Livro 1.º do Hospital de D. Maria de Boim (cod. 102).
 Livro 1.º de Compras e Vendas (cod. 14/256).
 Livros 1.º e 2.º de Sentenças (cods. 14/292 e 14/293).

Administração — Propriedades:

Livro 1.º de Emprazamentos (cod. 32/1).
 Livros 1.º, 2.º e 3.º de Escrituras de Aforamentos (cods. 32/3, 32/4 e 32/5).

Provimto do Pão:

Livros 1.º e 2.º do Provimto do Pão (cods. 1 e 2).
 Livro 1.º de Taxas (cod. 34).

Provimto da Água:

Livro 1.º do Provimto da Água (cod. 20/1).

Provimto da Saúde:

Livro 1.º do Provimto da Saúde (cod. 1).
 Livro dos Pregos (cod. 45).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Chancelaria de D. João I:

Livros 1, 2 e 5.

(1) A. H. C. M. L., Livro dos Pregos, fl. 311-v.; *Livro Vermelho do senhor Rey D. Affonso V.*, in «Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza», T. III, págs. 422 a 425. Lisboa, 1763; ref. em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pag. 7.

- Chancelaria de D. Duarte:
Livros 1 e 2.
- Chancelaria de D. Afonso V:
Livros 5, 10, 15, 16, 20, 23, 24, 26, 27, 31, 32, 33, 34 e 37.
- Chancelaria de D. João II.
Livros 3, 10 e 25.
- Estremadura (Leitura Nova):
Livros 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11.
- Colecção de «Cortes»:
Vols. 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º.
- Forais Antigos:
Maço 2, n.º 2 e 3.
Maço 12, n.º 3.
- Reforma dos Forais Antigos.

I I

FONTES IMPRESSAS

- BASTO, Artur de Magalhães — *Alguns Documentos do Arquivo Municipal do Porto que fornecem subsídios para a história da cidade de Lisboa. Documentos e Memórias para a História do Porto — XVII*, Porto, 1947.
- CARNEIRO, Manoel Borges — *Resumo chronologico das leis mais uteis no foro e uso da vida civil, publicadas até o presente anno de 1818*, Tomo I — até 1613, Lisboa, 1818.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*, vols. I, II e III, Lisboa, 1957, 58 e 59.
- Foral (O) de Lisboa (Foral de Lisboa de 1500)*, Lisboa, 1790.
- LANGHANS, Franz-Paul — *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa — Subsídios para a sua história*, Lisboa, 1948.
- Livro Vermelho do senhor rey D. Affonso V*, in «Collecção de Livros Ineditos de Historia Portuguesa», Tomo III, Lisboa, 1793.
- LOPES, Fernão — *Crónica de D. João I*, ed. Livraria Civilização, série régia, vol. I, Porto, 1945.
- MARQUES, João Martins da Silva — *Descobrimientos Portugueses*, vol. I e Suplemento ao vol. I, Lisboa, 1944 — [45].
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de — *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomos I (1.ª ed.), II, V, VI, X, XII, XIII, XIV e XV, Lisboa, 1882, 1885, 1891, 1893, 1899, 1901, 1903 e 1906.
- Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, Livro I, Coimbra, 1792.
- Portugalia Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1856.
- RAMALHO, António Gomes — *Legislação Agrícola ou Collecção de Leis, Decretos, Cartas e outros documentos officiaes de interesse agrícola promulgados desde a fundação da monarchia até 1820*, in «Boletim da Direcção-Geral da Agricultura», Lisboa, 1905-1907.
- RIBEIRO, João Pedro — *Additamentos e retoques à Synopse Chronologica*, Lisboa, 1829.
- SANTAREM, Visconde de — *Memórias e alguns documentos para a História e Theoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebrarão pelos Tres Estados do Reino*, 2.ª ed., Lisboa, 1924.
- *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*, Tomo I, Paris, 1842.
- SOUSA, Jozé Roberto Monteiro de Campos Coelho e — *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo V, Lisboa, 1789.

B) ESTUDOS

- ALMEIDA, Fortunato de — *História de Portugal*, Tomo III, Coimbra, 1925.
- ARAÚJO, Norberto de e MACEDO, Luís Pastor de — *Casas da Câmara de Lisboa (do século XII à actualidade)*, Lisboa, 1951.
- BAQUERO MORENO, Humberto Carlos — *Subsídios para o estudo da sociedade medieval portuguesa (Moralidade e Costumes)*, diss. doct., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1961.
- BARROS, Henrique da Gama — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., Tomos III, V, VI, VIII, IX, X e XI, Lisboa, s/d [1946 a 1954].

- CAETANO, Marcelo — *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia* — (1179-1383), Separata da «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», vol. VII, Lisboa, 1951.
- *A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa*, prefácio da colectânea *As corporações dos ofícios mecânicos*, vol. I, Lisboa, 1943.
- *O Concelho de Lisboa na crise de 1383-1385*, Separata dos «Anais da Academia Portuguesa de História», II série, vol. IV, Lisboa, 1953.
- CARVALHO, Augusto da Silva — *História da Lepra em Portugal*, Porto, 1932.
- CASTILHO, Júlio de — *Lisboa Antiga*, 2.ª ed., vols. V e X, Lisboa, 1936 e 1937.
- *A Ribeira de Lisboa*, vol. II, 2.ª ed., Lisboa, 1941.
- CORREA, José do Nascimento Gonçalves e Jordão Levy Maria — *História da Real Casa de Santo António*, Lisboa 1857.
- CORREIA, Fernando da Silva — *Esboço da História da Higiene em Portugal*, Separata de «Portugal Sanitário», Lisboa, 1938.
- *Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, 1944.
- *Os Velhos Hospitais da Lisboa Antiga*, in «Revista Municipal», Ano II, 1941, n.º 10.
- GOMES, João Rodrigues da Costa — *A aferição dos pesos e balanças da cidade de Lisboa e seu termo — Subsídios para a história dos Pesos e Medidas em Portugal*, in «Anuário de Pesos e Medidas», ano de 1942, n.º 3.
- HERCULANO, Alexandre — *História de Portugal*, 9.ª ed., Tomo VII, Lisboa, s/d.
- *Opúsculos*, Tomo VI, Controversias e Estudos Históricos (Tomo III), 5.ª ed., Lisboa, s/d.
- História da Polícia de Lisboa — Desde os tempos mais remotos ao reinado de D. José I*, Lisboa, 1942.
- História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. II, Barcelos, 1929.
- JORDÃO, Levy Maria e CORREA, José do Nascimento Gonçalves — Vide Correa.
- LEMOS, Maximiano — *Historia da Medicina em Portugal — Doutrinas e Instituições*, vol. I, Lisboa, 1899.
- LENCASTRE, F. Salles — *Estudo sobre as portagens e as alfândegas em Portugal (séculos XII e XVI)*, Lisboa, 1891.
- MACEDO, Luís Pastor de e ARAÚJO, Norberto de — Vide Araújo.
- MEIRELES, António da Cunha Vieira de — *Memórias de Epidemiologia Portuguesa*, Coimbra, 1866.
- NOGUEIRA, José Maria António — *Esparsos*, Coimbra, 1934.
- PRADALIÉ, G. — *Lisbonne de la reconquête à la fin du XIII^e siècle*, diss. dact., Université de Toulouse, 1961.
- RAU, Virgínia — *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1951.
- SÁ, Artur Moreira de — *A «Carta de Bruges» do Infante D. Pedro*, Separata da Revista «Biblos», vol. XXVIII, Coimbra, 1952.
- SILVA, Augusto Vieira da — *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, Lisboa, 1948.
- *A evolução paroquial de Lisboa*, in «Revista Municipal», Ano III, 1942, n.º 13-14.
- *Os limites de Lisboa — Notícia Histórica*, in «Revista Municipal», Ano II, 1941, n.º 5.
- *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2.ª ed., vol. I, Lisboa, 1940.
- *O Termo de Lisboa*, in «Revista Municipal», Ano I, 1939-1940, n.º 4.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa — *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935.

ÍNDICE DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS

- A. H. C. M. L. — Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.
- A. N. T. T. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- D. A. H. C. M. L. — Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.

SÃO VICENTE

O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

POR

PADRE JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

CONTINUAÇÃO DOS N.º 101/102



5 — *Santa Maria Madalena:*

Quem, da Biblioteca Nacional, situada no alto do velho cerro do Monte Frago, desce pela encosta hoje conhecida por Calçada de São Francisco, muito raramente se poderá recordar que caminha para o local onde, em épocas recuadas, se espriava o célebre esteiro do Tejo e raramente poderá evocar essa graciosa linha de água, porque alinhamentos de ruas e prédios a ocultam por completo.

Passando para além do local onde outrora existira essa linha de água, encontramos sem dar por tal, no sopé do Monte do Castelo e é ao nascer desse sopé que se nos depara uma linda igreja, com seus pergaminhos de fidalguia lisboeta e descendência real, a IGREJA DE SANTA MARIA MADALENA, que não me posso deter a analisar em pormenor mas da qual eu devo marcar a sua presença, dada a hipótese, hoje muito admitida, de terem passado por ali as venerandas relíquias de S. Vicente em virtude de ser a igreja mais próxima da Sé e de já existir no tempo do 1.º Rei de Portugal; assim argumentam...

É certo que tal não consta da discutida narração de Mestre Estevam, nem tudo lá podia estar, no entanto é de calcular que se uma igreja já existia ao tempo, como está provado, por lá tivessem passado as relíquias embora o ancoradouro ficasse mais perto de Santa Justa⁽⁴⁸⁾.

⁽⁴⁸⁾ Para completar o estudo algo interessante desta hipótese é de indicar a leitura e ponderação da cuidada monografia de Luís Pastor de Macedo: «A Igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa — 1930».



Facada da Igreja da Madalena

Só a documentação da igreja poderia esclarecer o caso devidamente, mas, por infelicidade no ano de 1600, um violento furacão que soprara sobre Lisboa, além de vários prejuízos na modesta cidade, arruinou o edifício da Igreja da Madalena perdendo-se a maioria dos documentos do seu cartório que tinham escapado ao incêndio de 1372⁽⁴⁹⁾.

Esta perda foi em parte irreparável pois com o desaparecimento da documentação se sumiu a possibilidade de ser organizada a história da paróquia, no entanto sabe-se que em 1164 morria D. Fuas «prior» dessa freguesia e como tal já podemos concluir que já a esse tempo era paróquia; estávamos a dezassete anos da Reconquista de Lisboa e por isso ainda no tempo de D. Gilberto (1147-1166).

Pensa-se, e com fundamento, que D. Gilberto pouco depois de ter instituído a paróquia de Santa Maria (da Sé), São Vicente, Mártires e Santa Justa, também instituíra esta, é certo porém que costumam afirmar os arguentes: «a posse ad esse non datur ilatio», temos que nos conformar com eles pois que «do poder ser, ao ser» poderá ir longa distância. Parece, porém que esta hipótese dificilmente poderá ser destruída.

Do pouco que sabemos podemos afirmar também que a igreja paroquial, «ab origine», não era precisamente no mesmo local à semelhança com o que se passara com a Igreja da Sé. A acção dos homens, dos elementos e dos abalos telúricos, teriam constituído facto importante nas modificações havidas.

Anotemos em resumo:

- 1.º — Em 1164 já devia estar fundada a paróquia pois nesse ano (se não houve erro na data) falecia D. Fuas seu «prior» o qual legara à paróquia as suas terras do Murganhal.
- 2.º — A 1.ª reedificação teve lugar em 1262, no tempo do Bispo D. Mateus, sendo prior João Pelágio.
- 3.º — Em 1372, o incêndio que destruiu toda a Judiaria, também a atingiu.
- 4.º — A 2.ª reedificação não se pode datar.
- 5.º — Em 1512 restaurou-se a capela-mor.

6.º — Em 1600, um furacão voltou a destruí-la, como já foi anotado.

7.º — A 3.ª reedificação também não se pode datar.

8.º — Sabe-se que em 1755 foi também destruída em parte.

9.º — O pórtico manuelino que ostenta na sua frontaria, era pertença da Igreja da Conceição dos Freires (Conceição Velha) e já lá existia em 1755.

10.º — A 4.ª reedificação também não se pode datar.

11.º — O seu adro sofreu através dos tempos várias modificações, desaparecendo quase por completo em nossos dias, reduzido como está a uma pequena faixa junto da via pública que passa em frente do templo.

12.º — A visita que fizemos em Março de 1965 fornece uma prova negativa sobre o culto de S. Vicente nesse templo, pois que a par de imagens traduzindo devoções antiquíssimas na paróquia e distribuídas por seus altares não foi encontrada qualquer imagem de S. Vicente ou vestígios do seu culto.

13.º — Da mesma visita tira-se uma outra conclusão: A par das notas da Colegiada que existiu na paróquia e das várias e antiquíssimas irmandades e confrarias, não se encontra qualquer referência ao Mártir, padroeiro de Lisboa. Teriam passado por lá as suas relíquias? . . .

Ainda sobre a sua população: Afirma-se que no século XVI (1561) as paróquias mais populosas de Lisboa eram, além desta, as de Santa Justa e Mártires e então a divisão territorial já constatada nessa época⁽⁵⁰⁾.

⁽⁴⁹⁾ Castro—Mapa—Edição de 1736. Tomo III. Pag. 361.

⁽⁵⁰⁾ A primeira foi desdobrada com a criação da paróquia da Conceição Nova.

Quanto à segunda o seu território foi dividido para dar origem às paróquias dos Anjos, São José e São Sebastião da Mouraria (mais tarde Nossa Senhora do Socorro) a qual não se deve confundir com São Sebastião da Pedreira organizada no século XVII.

Quanto à dos Mártires, recordemos que foi desmembrada em Nossa Senhora do Loreto, Santa Catarina, São Paulo e Santos-o-Velho.



Altar-mor da Igreja da Madalena

Imagem da Padroeira do templo e retábulo

Feita a devida referência a esta paróquia tão antiga da nossa Lisboa a propósito das relíquias de São Vicente e não tendo encontrado provas cabais a favor ou desfavor dessa passagem (assunto a estudar), é tempo de voltar a nossa atenção para o vetusto templo de Santa Maria Maior, actualmente Sé da diocese de Lisboa.

6 — A Sé:

Longe de mim a intenção de abordar os assuntos de ordem arqueológica e arquitectónica que como coroa cercam este notável edifício; longe de mim entrar na discussão dos que viram nessa igreja-mãe, um velho templo bizantino, uma mesquita da mourama ou uma edificação do nosso primeiro Rei; longe de mim também o abordar a hipótese de a velha «See» ser mais acima ou mais abaixo, mais ao norte ou mais ao sul; todos esses assuntos têm sido tratados por insígnies mestres nacionais e estrangeiros, cujo saber e clarividência ficaram devidamente comprovados em seus preciosos escritos; perante eles me curvo respeitosamente.

Para mim, lisboeta, a Sé não pode deixar de não ser motivo de justo orgulho; as suas linhas são belas, o seu claustro um evocador de sonhos dum passado de glórias, e, o interior do templo propriamente dito, um local privilegiado de bênção e oração.

Como fiz, quando escrevi sobre Santa Justa, os Mártires e SÃO VICENTE DE FORA, eu irei encarar neste templo não tanto a sua beleza material como a sua vida espiritual, pois estou convencido de que por mais bela que uma igreja possa ser, se dela não partir aquela súplica e aquele louvor próprios do coração humano, essa igreja poderá ser um museu, um tesouro, mas não «Domus Dei et porta coeli» (Casa de Deus e porta do Céu). O que dá vida àquelas pedras mortas, o que faz vibrar aquele ambiente religioso, o que aquece aquela algidez é o calor do encontro entre Deus e o homem, é... a vida religiosa; sem ela o mais belo templo seria um Paraíso deserto, árvore sem fruto, coração sem pulsações.

Não quero com estas palavras repelir os primores da arte que superabundam na formosa Sé da minha querida Lisboa, arte que por si mesma

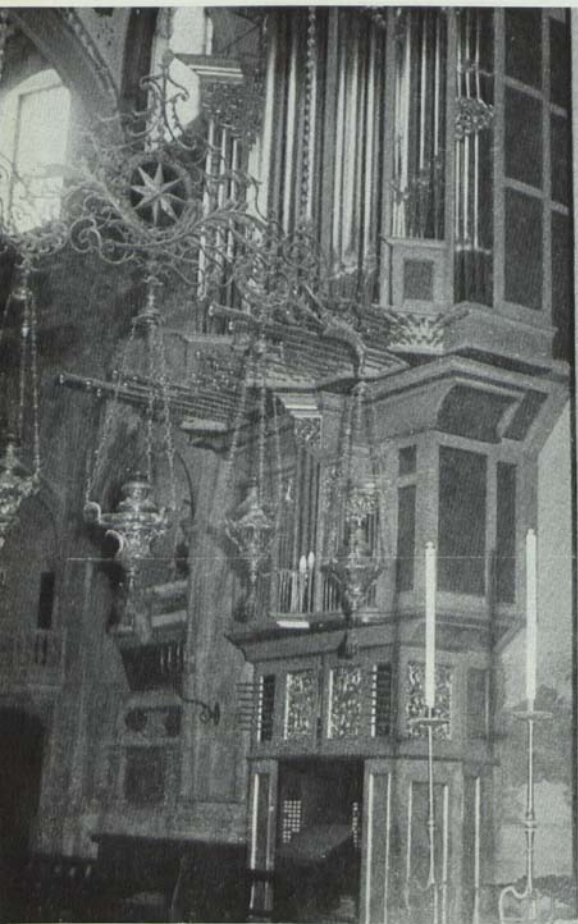


Igreja da Sé

canta as glórias do Altíssimo; pelo contrário, no meu amor a essa beleza que fascina o meu espírito eu quereria que essas pedras bem longe de plácida e ornamentarem uma necrópole, fossem um sinal vivo da própria vida, duma intensa vida religiosa, por que no final a Sé «não é nem pode ser uma igreja como qualquer outra».

Para além dessa beleza e dos primores de arte, para além de ser o centro, a cátedra do poder episcopal, que aliás nem sempre o foi, a «See» é para mim o precioso escrínio que encerra uma tradição lusíada, a presença das relíquias do Mártir São Vicente, tornado padroeiro da ínclita Lisboa, essa tradição sagrada que une dois povos peninsulares, o de Portugal e o de Espanha, os filhos de Lisboa e os filhos de Valença.

Seja-me lícito recordar, em breves linhas, o que se passou a quando da saagração do templo de Santa Maria Maior em que pontificaram os



Capela-mor da Sé. A direita o novo órgão

Bispos do Porto, Lamego e Viseu assim como o Arcebispo de Braga. Essa primeira festa da tão celebrada Lisboa cristã era a precursora duma outra que passados anos se havia de realizar ali, festa que teria o condão de entusiasmar as turbas, de congregar as multidões e de movimentar toda a cidade.

A festa da «TRASLADAÇÃO DAS RELÍQUIAS DE SÃO VICENTE» da Igreja de Santa Justa para a Sé constituiu um acontecimento citadino que teve larga projecção, séculos em fora, até nossos dias.

É depois da entrada das relíquias naquele templo que nele cresce, como árvore frondosa, o entusiasmo do culto, culto que de espaço a espaço de tempo é interrompido por esses tremores de terra ou fenómenos naturais que têm feito oscilar as casas e até as ruas da esbelta Lisboa, mas nunca por falta de entusiasmo da alma popular.

Como consequência de tais fenómenos altamente desagradáveis o culto foi de facto interrompido por em 1321 (9 de Dezembro) a capela ter ruído em virtude dum terramoto como se depreende da leitura de D. Rodrigo da Cunha; foi também interrompido pelo terramoto de 1344 em virtude do referido sismo ter aluído a capela-mor e a charola; seguidamente foi interrompido pelo terramoto de 1347 e logo de novo sofreu outra interrupção em 1356 por virtude de a referida capela-mor voltar a ruir sacudida por mais dois tremores de terra (11 de Junho de 1345 e 24 de Agosto de 1356); depois dessa data teria havido pequena interrupção por virtude do medonho vendaval que soprou em Lisboa em 23 de Fevereiro de 1370 que no dizer de Fernão Lopes, cronista de el-rei D. Fernando, matou muita gente e fez voar as telhas como penas (não confundir este vendaval com o de 19 de Novembro de 1724 que causou estragos consideráveis em SÃO VICENTE DE FORA); para cúmulo da infelicidade caiu, no tempo do rei D. João I, um raio que ali causou imensos estragos, sobrevindo novo tremor de terra em 1404.

Que se saiba, a tantas calamidades há a acrescentar mais uma: o terramoto de 1 de Novembro de 1755, terramoto acompanhado de pavoroso incêndio, no qual se sumiram os pre-

ciosos elementos que hoje seriam motivo de justa alegria assim como uma parte das relíquias do SANTO, pois o fogo queimou precisamente a Capela de SÃO VICENTE e devorou quanto encontrou no cartório que fora situado na capela da abside, nas costas do altar-mor, tendo quase chegado ao altar de N.ª Sr.ª a Grande ou de Bettencourt, situada no transepto à entrada da capela-mor e do lado do Evangelho. Comunicou-se também ao claustro e ao Paço Episcopal.

Ao ruir a torre do lado do Tejo, fendeu a nave central, que teve de ser reedificada o que também deu origem à interrupção do culto.

Também por duas vezes (1773 e 1858), pelo menos, por virtude de obras, a Sé foi transferida para SÃO VICENTE de Fora.

Podereis calcular que bastavam tantas desditas para os fíéis esquecerem a Sé e as preciosas relíquias de SÃO VICENTE, mas tende a certeza de que tal não sucedeu, como se poderá verificar mais adiante, quando se referir que o povo de Lisboa manifestou a sua alegria máxima nos festejos de 1614. É que a cidade de Lisboa não podia esquecer o seu SÃO VICENTE, cujas relíquias repousavam na sua Sé, que também lhe era muito querida, querida dos reis e querida da alma popular, como se pode observar da seguinte nota que preparei com os dados ao alcance da minha boa vontade em esclarecer este assunto:

.....
Segundo reza o manuscrito de Douai (estão lembrados dele?) quando as relíquias foram para a Sé, preparou-se ali um altar dedicado ao SANTO na trazeira do qual se pôs uma pequena urna de pedra, que (para maior cautela) ficou presa à parede com umas correntes de ferro.

Não tardou que o rei D. Afonso Henriques ali fosse, chamado à pressa da sua cidade de Coimbra como já foi referido, e ao ver aquelas correntes que tanto destoavam da piedade do lugar, ordenou que as mesmas fossem substituídas por outras de ouro e prata, e cravejadas de pedras preciosas. Desta opinião também partilhou sua filha Mafalda, que certamente acompanhou seu querido pai.

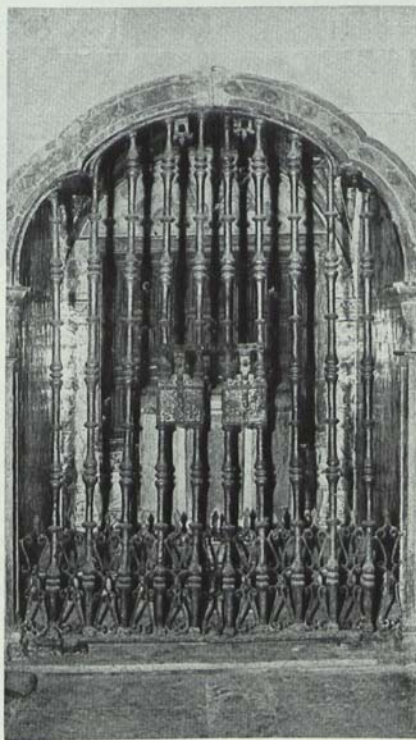
Passados anos sua filha D. Teresa casara com Filipe, conde de Flandres, sobrevivendo nessa altura (1184) grande perigo para o reino, pois

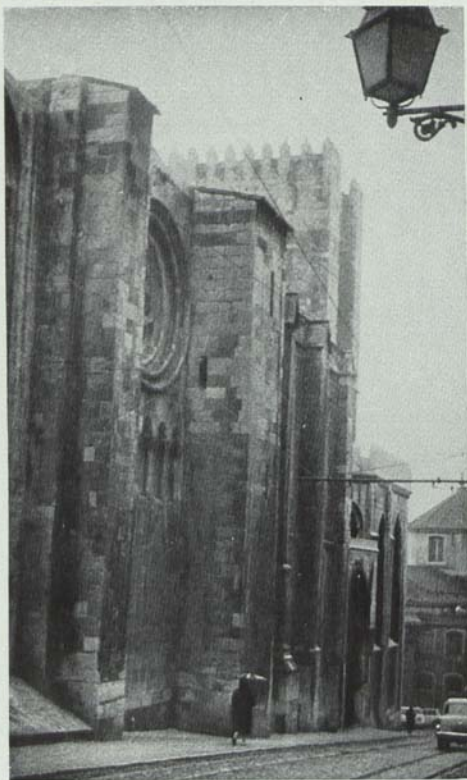
Yusuf Amir-al-Mumenin, imperador Almoado, tendo reunido tropas em Ceuta, atravessou o estreito e dirigindo-se a Sevilha, seguiu para ocidente, atravessando o Alentejo, e vindo finalmente pôr cerco a Santarém; a ameaça era grave.

Conseguiu o rei desfazer essa borrasca mas como prova de dedicação a SÃO VICENTE, ordenou que de todo o ouro apreendido no arraial de Yusuf se fizesse uma urna destinada a guardar as relíquias do SANTO.

Entretanto a capela do MÁRTIR continuava sendo objecto da maior dedicação sendo-lhe oferecido azeite, como o fez D. Duarte; oferecido alfaias, como o Infante Santo; mandando pintar por Nuno Gonçalves o retábulo do mesmo altar, como D. Afonso V; mandando construir novo

Um dos Baptistérios da Sé





A Sé vista do lado da Capela de Bartolomen Joannes

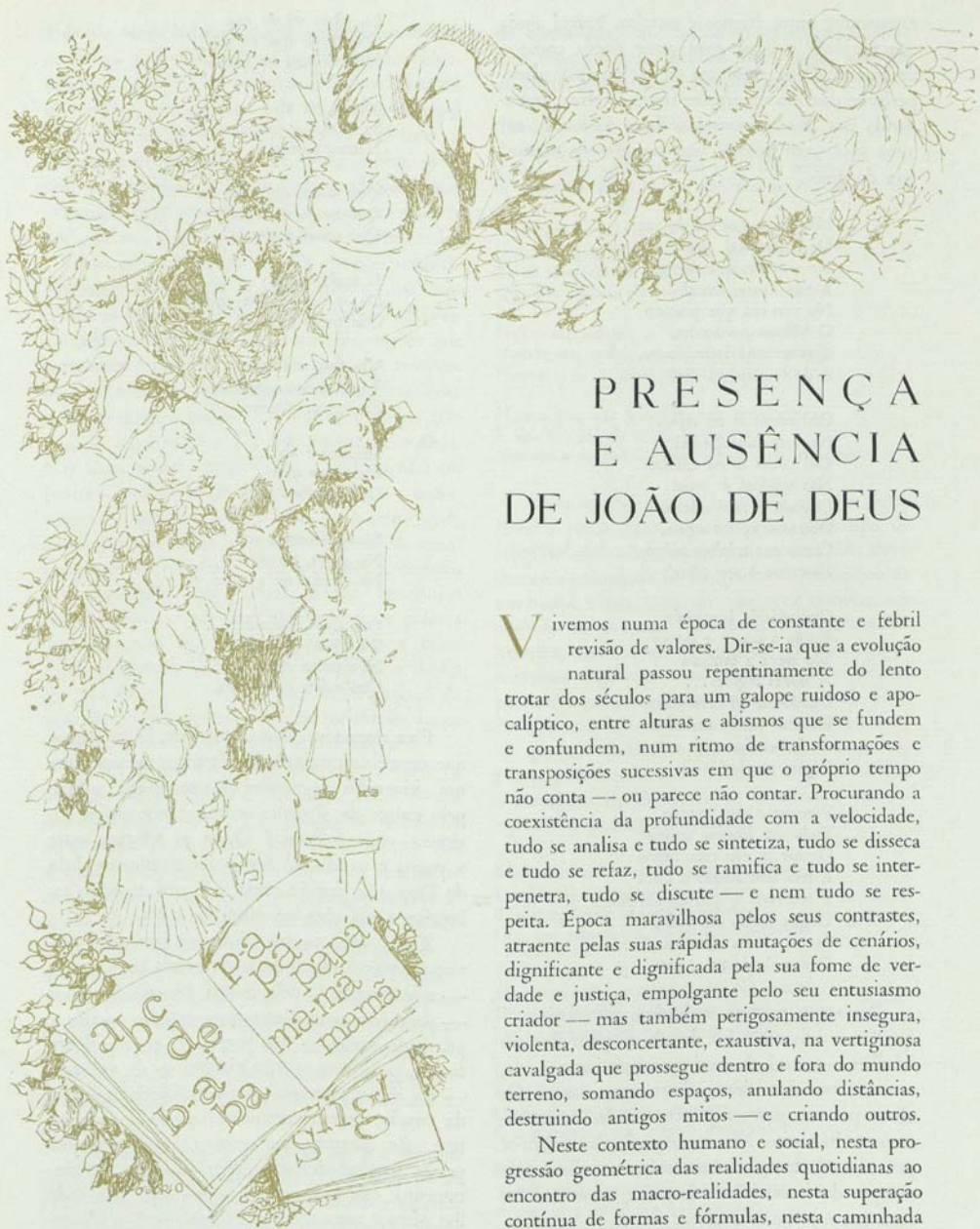
altar na capela-mor (do lado da Epístola) como D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, arcebispo de Lisboa.

Isto, quanto a dádivas. Entre as provas de devoção avulta:

- A) D. Afonso IV mandara reedificar a capela-mor da Sé aluída pelo terramoto de 1344 onde se encontrava o altar do seu querido SÃO VICENTE. Reza o seu documento: — . . . «Porem (por isso) D. Afonso IV, pela Graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, a honra e louvor de Deus e da gloriosa Santa Maria da Madre, e do *Martre* S. VICENTE (ordenei) fosse edificada *por minhas proprias despezas* na Igreja Catedral de Lisboa, û o corpo do Bemaventurado S. VICENTE jaz, a ousia (capela) principal da ditta Igreja, . . . e em esta Cappella escolha-se por davoção minha sepultura».
- B) A despedida de D. João I que conhecendo a morte, ordenou que o levassem à Sé e o colocassem deante do altar de São Vicente, para assistir à Missa cantada, tendo nesse momento mandado entregar a quantia precisa para a conclusão da obra. Passadas algumas horas o Rei entregava a sua alma a Deus.
- C) A bênção do guião do exército que D. Jaime, duque de Bragança levou contra AZAMOR a qual teve lugar, estando o mesmo estandarte sobre o altar de SÃO VICENTE daquele que era reconhecido como padroeiro das hostes de PORTUGAL. Foi isto a 13 de Agosto de 1513 tomando o duque a Praça a 3 de Setembro do mesmo ano ⁽⁶¹⁾.

(Continua)

⁽⁶¹⁾ Lisboa Antiga. Vol. VI, pág. 177.



PRESENÇA E AUSÊNCIA DE JOÃO DE DEUS

Vivemos numa época de constante e febril revisão de valores. Dir-se-ia que a evolução natural passou repentinamente do lento trotar dos séculos para um galope ruidoso e apocalíptico, entre alturas e abismos que se fundem e confundem, num ritmo de transformações e transposições sucessivas em que o próprio tempo não conta — ou parece não contar. Procurando a coexistência da profundidade com a velocidade, tudo se analisa e tudo se sintetiza, tudo se disseca e tudo se refaz, tudo se ramifica e tudo se interpenetra, tudo se discute — e nem tudo se respeita. Época maravilhosa pelos seus contrastes, atraente pelas suas rápidas mutações de cenários, dignificante e dignificada pela sua fome de verdade e justiça, empolgante pelo seu entusiasmo criador — mas também perigosamente insegura, violenta, desconcertante, exaustiva, na vertiginosa cavalgada que prossegue dentro e fora do mundo terreno, somando espaços, anulando distâncias, destruindo antigos mitos — e criando outros.

Neste contexto humano e social, nesta progressão geométrica das realidades quotidianas ao encontro das macro-realidades, nesta superação contínua de formas e fórmulas, nesta caminhada

estonteante entre átomos e estrelas, haverá ainda oportunidade e lugar para ouvir poesia como a de João de Deus, sinónima de ingénua suavidade, perfume discreto de simples flores da alma, ascendendo sim, mas com as asas finas do sonho, em altos voos, sem dúvida, mas sempre na estratosfera do amor?

Não sei o que há de vago,
De incoercível, puro,
No voo em que divago
À tua busca, amor!
No voo em que procuro
O bálsamo, o aroma,
Que se uma forma toma,
É de impalpável flor!

Oh! como te eu aspiro
Na ventania agreste!
Oh! como te eu admiro
Nas solidões de mar!
Quando o azul celeste
Descansa nessas águas,
Como nas minhas mágoas
Descansa o teu olhar!

Que plácida harmonia
Então a pouco e pouco
Me eleva a fantasia
A novas regiões...
Dando-me ao vivo rouco
Do mar nessas cavernas
O timbre das mais ternas
E pias orações!

Parece-me este mundo
Todo um imenso templo!
O mar já não tem fundo
E não tem fundo o Céu!
E em tudo o que contemplo,
O que diviso em tudo,
És tu... esse olhar mudo...
O mundo és tu... e eu!

Poeta que procura o absoluto no relativo — que faz o universo caber dentro do olhar de uma Mulher — estará ele ainda presente junto a nós, setenta anos decorridos sobre a sua morte? Os olhos que o inspiraram por certo se fecharam fisicamente há muito. Mas continuarão eles a abrir-se para além do tempo, continuarão esses olhos, pelo milagre da imortalidade literária, acesos na luz com que o poeta os sonhou?

Eu olhos sei de uns,
Que desde que os vi,
Não vi mais nenhuns!

Vê tu por aí
Se os achas; senão,
Descubro-os a ti,

Que lindos que são!
Que modo de olhar!
Que terna expressão!

Já tenho pesar
De os ver, porque enfim...
Que posso esperar?

Ver fitos em mim
Tais olhos... jamais!
Por certo: e assim,

Suspiros e ais
É quanto tirei
De ver olhos tais!

Só vendo-os se creê
Na graça, na cor,
No fluído, ou não sei.

Que doce esplendor...
Tão doce, que eu
Não posso supor
Que exista outro céu!

Para responder, sem leviandade, às perguntas que enunciei, precisaremos de traçar previamente um itinerário orientador — constituído afinal, pelo enlace de algumas outras interrogações básicas: — que é Poesia? Quais as relações entre a poesia e o tempo? Sendo inevitavelmente João de Deus um grande poeta, sob que aspectos sobrevive a sua obra na nossa época?

Todos sabemos que existe um fenómeno poético anterior à cristalização da poesia em palavras — e independente dela. Sentir a poesia das coisas — para usar uma linguagem comum — não é privilégio exclusivo dos poetas. A poesia identifica-se, pois, com o mistério íntimo da natureza — ou, se me permitem, com o mistério espiritual da criação, permanentemente renovado na natureza. Ao contacto com esse mistério, qualquer pessoa sensível descobre, com alvoroço e encantamento, que tudo em seu redor tem voz, tudo lhe oferece uma mensagem superior à mediocri-

dade da visão habitual, tudo contém um aceno de beleza palpitante sob as aparências da vulgaridade. A poesia é de facto préexistente à expressão poética, está para a carne dos versos como a alma para o corpo: é a vida oculta das formas. Tal como o espírito puro de Deus, porém, assumiu a humanidade dentro de condições reais, materiais, concretas e históricas, quer na palavra dos profetas, quer na encarnação do Verbo, assim a Poesia ao materializar-se, trás consigo simultaneamente um reflexo da eternidade e uma concessão ao tempo, valores permanentes, imutáveis e valores contingentes, circunstanciais, signos que pertencem a todas as épocas e signos que marcam uma determinada época dentro da História. Esta analogia entre a poesia e a revelação divina não é aliás inconsistente ou meramente simbólica. Nas mais antigas civilizações, a palavra oral ou escrita — em assunção de ritos e ritmos — andou antes do mais associada à ideia e ao sentimento da inspiração religiosa; poesia e profecia eram então um só veículo do diálogo entre o homem e a divindade. No famoso poema babilónico *Enuma Elisib*, «quando Marduk ouviu a palavra dos deuses, o seu coração estimulou-o a fazer coisas artísticas». E ninguém ignora ser a Bíblia em grande parte, um manancial inesgotável da mais alta poesia, instrumento da Revelação, fonte imperecível da Verdade que se comunica!

Mas, porque Deus está em toda a parte, a imitação verbal do poder criador de Deus — e a isto chamo eu poesia — a recriação das realidades no domínio das palavras, tem vindo através dos séculos a alargar cada vez mais o seu campo de descobrimento, inserindo-se no terreno equivocadamente chamado *profano*, abusivamente classificado como alheio a Deus, pois em verdade a transcendência divina não pode fazer-nos esquecer a sua amorosa imanência — e se é uma heresia panteísta identificar substancialmente a natureza com o seu Autor, não é erro menor, próprio de uma falta espiritualidade, separar sacrilegamente do Criador qualquer dos aspectos ou consequências da Criação.

O poeta que foi, na graça do seu próprio nome, João, como o profeta e o evangelista — e de Deus, como todas as criaturas, sentiu e exteriorizou maravilhosamente esse multifacetado apelo

da eternidade, esse fundo chamamento divino, essa omnipresença inefável que ainda hoje faz da poesia um caminho complementar da profecia:

Quem me terá trazido a mim suspenso,
Atónito, alheado... ou a quem devo,
Enfim, dizer que em nada mais me enlevo,
A ninguém mais do coração pertença?

Se desço ao vale, ao alcantil me elevo,
Quem é que eu busco, em que será que eu penso?
És tu memória de horizonte imenso
Que me encheu alma de um eterno enlevo? ...

Segue-me sempre... e só por ti suspiro!
Vejo-te em tudo... terra e céu te esconde!
Nunca te vi... cada vez mais te admiro!

Nunca essa voz à minha voz responde...
E eco fiel até do ar que aspiro,
Sinto-te o hálito!... em minha alma, ou onde?

«Vejo-te em tudo sem nunca te ver», confessa o poeta falando com Deus. Este tipo de religiosidade — que nem sempre tem sido devidamente assinalado na sua poesia — está presente em todos e em cada um dos seus poemas, incluindo os de amor idílico mais vincadamente humano, mesmo nos instantes de vivência de sentimentos negativos como a dúvida ou o ciúme, pois até nesses momentos, em que pareceria lícito circunscrever-se aos limites das terrenas paixões, eis que no laboratório prodigioso do coração do poeta, pela alquimia da bondade e da tolerância, a amargura do desespero se transforma em resignada e cristianíssima doçura...

Mal sabes o que sofro num momento
De dúvida ou ciúme; se soubesses,
Tão bem formado coração parece
Que me não davas nunca esse tormento.

Despedi-me de ti, os lábios rindo,
Mas estalando o coração, que em suma
Deus me livrasse a mim por forma alguma,
De te nublar um dia o gesto lindo!

Que eu sofra, muito embora: o meu destino
Qual é senão sofrer a vida inteira?
Causa da tua lágrima primeira
É que nunca serei: não te amofino.

Quis converter a terra em paraíso:
Vendo uma luz no céu, ergui o braço
A ver se a apanhava nesse espaço...
Como faz a criança sem juízo!

Retomando agora o curso da nossa trajectória anterior, aceite como um facto a pré-existência da poesia e os seus compromissos de eternidade e actualidade ao incarnar em palavras, fácil se nos torna compreender como a poesia de João de Deus, tão fiel às essências, às fontes originais, à comunhão permanente com o universo visível e invisível, continua em presença vitoriosa na época em que vivemos, apesar de, num ou noutra dos seus versos, a selecção verbal — ou seja, o critério de escolha de algumas palavras — e a música quase infantil de certas construções métricas, nos darem a sensação de uma ausência, de uma distância temporal que se situa muito mais no campo auditivo do que no reflexivo. Pusemos ao princípio em evidência que as últimas dezenas de anos trouxeram ao mundo — e, nele, ao mundo literário — um processo de aceleração da evolução natural, multiplicando e ultrapassando conceitos, métodos, realidades, progressos, descobrimentos. Esse fenómeno não poderia deixar de exercer influência poderosa na linguagem falada, escrita ou poetizada, tornando os ouvidos humanos — e queira Deus não os próprios corações — pouco afeitos a vocábulos e ritmos em que a super-delicadeza, os requintes de ternura e as inflexões românticas são já incapazes de corresponder às solicitações duramente realistas e vertiginosamente cruéis destas vésperas do século XXI. Mas não confundamos os elementos estilísticos acessórios com aquilo que há de mais permanente — ia a dizer de mais valioso — no estilo característico de João de Deus: a sua incomparável simplicidade. Essa, pelo contrário, constitui, em todas as épocas e em todas as escolas literárias, um sinal inconfundível da autêntica poesia, já que se trata de uma «imitação da Natureza» — como queria Aristóteles — ou imitação da criação e da própria palavra divina — a palavra divina, tão simples nos Evangelhos, tão complicada nas especulações humanas!

*Pai Nosso, de todos nós,
Que todos somos irmãos;
A Ti erguemos as mãos
E levantamos a voz:*

*A Ti, que estás lá no céu,
E nos lanças com clemência,
Do vasto estrelado véu
Os olhos da Providência!*

*Bendito, santificado
Seja o teu nome, Senhor!
Inviolável, sagrado
Na boca do pecador!*

*E venha a nós o teu reino!
Acabe o da vil cubiça!
Reine o amor à justiça
Que prégava o Nazareno;*

*De modo que seja feita
A tua santa vontade,
Sempre a expressão perfeita
Da justiça e da verdade!*

*Seja feita, assim na terra
Como no céu, onde habita
Esse, cuja mão encerra!
A criação infinita!*

*O pão nosso, n'esta vida
De cada dia, nos dá
Hoje, e basta... a luz da vida
Quem sabe o que durará!*

*E perdôa-nos, Senhor
As nossas dívidas; sim!
Grandes são, mas é maior
Essa bondade sem fim!*

*Assim como nós (se é dado
Julgar-nos também credores),
Perdoamos de bom grado
Cá aos nossos devedores.*

*E não nos deixes, bom Pai,
Cair nunca em tentação;
Que o homem, por condição,
Sem o teu auxílio caí!*

*Mas, tu, que não tens segundo
E muito menos igual,
Dá-nos a mão neste mundo,
Senhor! livra-nos do mal!*

Mas algo mais é necessário e justo ponderar, ao equacionarmos o problema da presença e da ausência de João de Deus no nosso tempo. Há poetas cuja actividade interior está em constante divórcio com a sua acção externa. O homem artista não encontra neles qualquer parentesco com o homem social. As suas iluminações, as suas visões, os seus êxtases, os seus testemunhos apresentam o termo único na materialização em palavras. Difícil às vezes pedir ou encontrar concordância entre a arte e a vida. E, entretanto, na sua perseguição obsessiva do ideal das totalidades

que é um dos cunhos dominantes da humanidade de hoje — também o poeta e o homem convergem cada vez mais para um síntese que seja a expressão total da sua missão terrena. Pois bem: João de Deus foi neste particular um precursor, visto ter conjugado, na arquitetura de toda uma vida, o acto da palavra à palavra do acto. Nos seus versos, se os reduzirmos às motivações principais, às linhas constantes, aos temas — chave, disse persistentemente *amor*, disse comovidamente *ternura*, disse enternecidamente *culto pela infância*, disse cristãmente *compreensão* e disse *terra* e disse *céu*, e disse *natureza* e disse *Deus!*

O mesmo disse, para além dos seus versos, na existência inteira. Disse-o quando estudante, disse-o quando deputado, disse-o quando pedagogo. E de modo tão alto e puro o disse que ao ser alvo de uma manifestação de estudantes de Lisboa, Coimbra e Porto, em noite de festa no Teatro D. Maria II, durante homenagem pública a que quis associar-se a família real, a própria boémia coimbrã, pela voz famosa de Hilário, não hesitou em elevar-lhe ao altar as virtudes, numa quadra irreverente que continha, afinal, toda a reverência de uma geração ao consagrar a singular coerência entre o homem-poeta e o poeta-homem, entre o João de Deus das «Flores do Campo» e o autor da Cartilha Maternal, o João de Deus das flores da infância . . .

Se o Padre Santo soubesse
Qual era a opinião minha
Canonizava o João
Mais um santo p'rá folhinha . . .

A quadra faz-nos sorrir; a homenagem faz-nos pensar. E estejamos certos de que, hoje como ontem, nenhum Santo Padre deixaria de ouvir em religioso silêncio e com profundo regosijo, especialmente num dia como este da Ascensão de Cristo aos Céus e em pleno mês luminoso de Maria, Sua e nossa Mãe, versos de uma fé tão viva e de tão rigorosa teologia como aqueles que João de Deus escreveu em louvor da Virgem . . .

Virgem Mãe do mesmo Deus!
Virgem filha de teu Filho!
Não há estrela de mais brilho
Nesses céus!

De olhar fito nesse olhar,
De olhos fitos nesses olhos,
Não há baixos, não há escolhos
Neste mar!

Vem a onda, sobrevém
Nova onda, e nada teme
Quem te vê guiando o leme
Virgem Mãe!

Tu guardaste em gozo e dor
Sempre n'alma a paz de um templo!
Foste em vida o nosso exemplo,
Mãe de Amor!

Navegando, mas de pé
Neste mar cavado embora,
Vou na barca salvadora,
Que é a Fé!

Não me assusta a multidão
De inimigos que me agride!
Contra a Torre de David,
Tudo é vão!

Por feroz que esteja o mar
De repente forma um lago . . .
Basta um só reflexo vago
Desse olhar!

Esse olhar é quem a mim
Me encaminha e me socorre!
O meu norte é só na Torre
De marfim!

Meu farol, refúgio meu!
Sol que dia e noite brilha!
Mãe de Deus, e de Deus filha!
Mãe do Céu!

Presente e ausente João de Deus? Mais presente do que ausente, como vimos. E presente ainda na aliança perfeita entre portuguêsismo e universalismo a que estão fortemente vinculados todos os versos do poeta, o que só prova aliás a sua humana vocação de português. «Herdeiro do melhor ouro de Bernardim e Camões», como sublinhou Camilo, «João de Deus não tem escola. É ele». Mas nele, na sua poesia, a alma de Portugal ressoa com límpida e sonora beleza, dentro da harmonia global do Universo que tanto amou. Sim, Camilo tem razão. A portuguêsíssima sau-

dade e o nosso modo bem peculiar de transferir o amor para além da morte, deram voz idêntica, idênticas florações de poesia, ao lirismo lusíada de Camões e João de Deus!

Foi-se-me pouco a pouco amortecendo
A luz que nesta vida me guiava,
Olhos fitos na qual até contava
Ir os degraus do túmulo descendo.

Em se ela anuveando, em a não vendo,
Já se me a luz de tudo anuveava;
Despontava ela apenas, despontava
Logo em minha alma a luz que ia perdendo.

Alma gémea da minha, e ingénua e pura
Como os anjos do céu (se o não sonharam...)
Quis mostrar-me que o bem, bem pouco dura!

Não sei se me vouu, se m'a levaram;
Nem saiba eu nunca a minha desventura
Contar aos que inda em vida não choraram...

«João de Deus restituiu-nos o soneto como ele é, como ele deve ser...». Isto afirmou um dia Antero de Quental, talvez a propósito do lapidário soneto que ouvimos, acrescentando: — «de Camões até hoje é grande o salto; só alma gémea... poderia assim transpor o abismo de três séculos». Mas a transposição a que se refere Antero foi de um presente para um passado? Devemos acautelar os defeitos de perspectiva. Não há passado, nem presente, nem futuro para as obras de arte que deitam raízes fora do terreno do circunstancial. Quando se fala em presença ou ausência de um poeta, deseja-se precisamente distinguir entre aquilo que na sua obra é mero ornato ao gosto transitório da sua época, ou natural sujeição a modas da inteligência — que também as há — e aquilo que nessa obra representa íntegra fidelidade ao essencial. Daí não ter hesitado um espírito tão lucidamente crítico como Eça de Queirós, falando de João de Deus, em sublinhar «a duração dos seus versos, sobrevivendo a todas as evoluções da arte e do gosto que tanto verso atiram cada ano para o lixo das Literaturas».

Na sequência do grande poema «A Vida» podemos encontrar, observar, respirar, quase saborear, em convívio misterioso dos cinco sentidos,

essa deliciosa mescla de elementos estilísticos temporais e ambientais com a incorruptível, incontaminável corrente do génio lírico português, atravessando luminosamente os séculos!

Ah! quando no seu colo reclinado,
Colo mais puro e cândido que arminho,
Como abelha na flor do rosmaninho
Osculava seu lábio perfumado;

Quando à luz dos seus olhos (que era vê-los
E enfeitar-se a alma em graça tanta!)
Lia na sua boca a Bíblia santa.
Escrita em letra cor dos seus cabelos;

Quando a sua mãozinha pondo um dedo
Em seus lábios de rosa pouco aberta,
Como tímida pomba sempre alerta
Me impunha ora silêncio, ora segredo;

Quando, como a alvéola, delicada
E linda como a flor que haja mais linda,
Passava como o cisne, ou como ainda
Antes do sol raiar nuvem doirada;

Quando em bálsamo de alma piedosa
Ungia as mãos da súplica indigência,
Como a nuvem nas mãos da Providência
Uma lágrima estila em flor sequiosa;

Quando a cruz do colar do seu pescoço
Estendendo-me os braços, como estende
O símbolo de amor que as almas prende,
Me dizia... o que às mais dizer não ouço;

Quando, se negra nuvem me espalhava
Por sobre o coração algum desgosto,
Conchegando-me ao seu cândido rosto
No perfume de um riso a dissipava;

Quando o oiro da trança aos ventos dando
E a neve de seu colo e set. vestido,
Pomba que do seu par se ia perdido,
Já de longe lhe ouvia o peito arfando;

E quando o anel da boca luzidia,
Vermelha como a rosa cheia de água,
Em beijos à saudade abrindo a mágoa,
Mil rosas pela face me esparzia;

Tinha o céu da minha alma as sete cores,
Valia-me este mundo um paraíso,
Destilava-me a alma um doce riso,
Debaixo de meus pés nasciam flores!

Presença e ausência? Sedutora presença, fugaz ausência! Eu quisera, parafraseando Guerra Junqueiro — que devera, aliás, aplicar este remédio à sua própria poesia — seleccionar, para uso e deslumbramento pessoal, os mais belos cânticos de João de Deus». Eliminar as suas traduções, obra da sua natureza secundária e eliminar de entre os seus versos de paixão as sensualidades comuns. O resto — é ainda Guerra Junqueiro quem o diz — já não seria um «Campo de Flores», mas um campo de estrelas. Jardim Sideral. Lírios de luz inocente, a que mil milhões de anos não roubarão uma pétala».

De dia a estrela de alva empalidece;
E a luz do dia eterno te há ferido!
Em teu lânguido olhar adormecido
Nunca me um dia em vida amanhecesse!

Foste a concha da praia: A flor parece
Mais ditosa que tu! Quem te há partido,
Meu cálix de cristal onde hei bebido
Os néctares do céu... se um céu houvesse!

Fonte pura das lágrimas que choro,
Quem tão menina e moça desmanchado
Te há pelas nuvens os cabelos de ouro!

Some-te, vela de baixel quebrado!
Some-te, voa, apaga-te, meteoro!
É só mais neste mundo um desgraçado!

E as desgraças podia prevêê-las
Quem a terra sustenta no ar,
Quem sustenta no ar as estrelas,
Quem levanta às estrelas o mar.

Deus podia prever a desgraça,
Deus podia prever e não quis!
E não quis, não... se a nuvem que passa
Também pode chamar-se infeliz!

A vida é o dia de hoje,
A vida é ai que mal soa
A vida é sombra que foge,
A vida é nuvem que voa;
A vida é sonho tão leve
Que se desfaz como a neve
E como o fumo se esvai:
A vida dura um momento,
Mais leve que o pensamento,
A vida leva-a o vento,
A vida é folha que cai!

A vida é flor na corrente
A vida é sopro suave,
A vida é estrela cadente,
Voa mais leve que a ave:
Nuvem que o vento nos ares,
Onda que o vento nos mares,
Uma após outra lançou,
A vida — pena caída
Da asa de ave ferida —
De vale em vale impelida
A vida o vento a levou!

... Como em sonhos o anjo que me afaga
Leva, na trança, os lírios que lhe pus,
E a luz quando se apaga
Leva aos olhos e luz!

Levou sim, como a folha que desprende
De uma flor delicada o vento sul,
E a estrela que se estende
Nessa abóbada azul;

Como os ávidos olhos de um amante
Levam consigo a luz de um termo olhar,
E o vento do levante
Leva a onda do mar!

Como o tenro filhinho quando expira
Leva o beijo dos lábios maternais,
E à alma que suspira
O vento leva os ais!

Ou como leva ao colo a mãe seu filho,
E as asas leva a pomba que voou,
E o sol leva o seu brilho...
O vento m'a levou!

E Deus, tu és piedoso,
Senhor! És Deus e pai!
E ao filho desditoso
Não ouves pois um ai!
Estrelas deste aos ares,
Dás pérolas aos mares,
Ao campo dás a flor,
Frescura dás às fontes,
O lírio dás aos montes,
E tiras-m'a, Senhor!

Ah! quando numa vista o mundo abranjo,
Estendo os braços e, palpando o mundo,
O céu, a terra e o mar vejo a meus pés,
Buscando em vão a imagem do meu anjo,
Soletro à froixa luz de um moribundo
Em tudo só: Talvez!...

Talvez! — é hoje a Bíblia, o livro aberto
Que eu só ponho ante mim nas rochas quando
Vou pelo mundo ver se a posso ver;
E onde, como a palmeira do deserto,
Apenas vejo aos pés inquieta ondeando
A sombra do meu ser!

Meu ser... voou na asa da águia negra
Que, levando-a, só não levou consigo
Desta alma aquele amor:
E quando a luz do sol o mundo alegre,
Crisálida nocturna a sós comigo,
Abraço a minha dor!

Dor inútil! Se a flor que ao céu envia
Seus bálsamos se esfolha, e tu no espaço
Achas depois seus átomos subteis,
Inda hás-de ouvir a voz que ouviste um dia...
Como a sua Leonor inda ouve o Tasso...
Dante, a sua Beatriz!

— Nunca! responde a folha que o Outono,
Da haste que a sustinha a mão abrindo,
Ao vento confiou;

— Nunca: responde a campa onde do sono
E quem talvez sonhava um sonho lindo,
Um dia despertou!

— Nunca! responde o ai que o lábio vibra;

— Nunca! responde a rosa que na face
Um dia emurcheceu:

E a onda que um momento se equilibra
Enquanto diz às mais: Deixai que eu passe!
E passou e... morreu!

Sempre, respondem afinal os ecos da imortalidade ao doce pessimismo ocasional do poeta. *Sempre*, sempre ressurgirá, para além do tempo e do espaço, tudo quanto for tocado pelo milagre do Amor! Porque é chegada a hora de compreendermos que — na poesia como na vida — as nossas diversidades são aspectos e caminhos da unidade, que o Espírito é só Um como a Poesia é só Uma, e que no mundo dos homens, onde a poesia misteriosamente assume um corpo de palavras, o destino mais sublime é o de colaborar com Deus na recriação permanente do Amor, o amor que se exprime por mil vozes diferentes, em mil anseios, em mil sonhos e em mil pesadelos, em dores de via-sacra e em aleluias de ressurreição, no sagrado e no profano, que são afinal duas faces da mesma Realidade sublime — e assim caminhando no tempo ao encontro da Eternidade!

JOÃO DE DEUS
ENSINA O SEU MÉTODO
A GENTE DO CAMPO

Comendador Rodrigo Soares



WILLIAM WITHERING

E AS
CALDAS DA RAINHA

A PROPÓSITO DE UMA INTERESSANTE GRAVURA



DEVER DE AMIZADE

O DOUTOR NICOLAU JOSE MARTINS DE BETTENCOURT ERA UM LISBOETA, APAIXONADO PELA SUA TERRA.

ELEITO VEREADOR DO MUNICIPIO DE LISBOA, SERVIU, INTELIGENTE, DESINTERESSADA E DESASSOMBRADAMENTE A CIDADE, BATENDO-SE COM PERTINAZ ENTUSIASMO POR TUDO QUANTO LHE PARECIA SER JUSTO, ÚTIL E DIGNO PARA OS SEUS CONTERRANEOS.

ATRAIU ASSIM, POR SUAS VIRTUDES, INÚMERAS AMIZADES, DESDE A DO PRESIDENTE AO VEREADOR MAIS NOVO OU AO FUNCIONARIO MAIS MODESTO QUE O CONHECIA.

★

AUTOR DE NUMEROSOS TRABALHOS FOCANDO ASSUNTOS MEDICOS OU MÉDICO-MILITARES, DEIXOU CONCLUÍDO E PRONTO A PUBLICAR UM TRABALHO PLENO DE INTERESSE, TENDO COMO FONTO DE PARTIDA UMA GRAVURA INGLESA DE VALOR ESPECIAL PARA A HISTORIA DA ESTREMENHA CIDADE DE CALDAS DA RAINHA.

★

AO PUBLICAR TAL TRABALHO NA «REVISTA MUNICIPAL» PRETENDEMOS APENAS HOMENAGEAR UMA VEZ MAIS O AMIGO, O CAMARADA, O MEDICO, O LISBOETA E O VEREADOR QUE NÃO ESQUECEMOS.

ANTÓNIO VITORINO FRANÇA BORGES

Nicolau José Martins de Bettencourt nasceu em Lisboa, em 1 de Agosto de 1900.

Membro de uma família ilustre, que seu pai Aníbal Bettencourt e seu tio Nicolau Bettencourt, ambos Professores distintíssimos da Faculdade de Medicina de Lisboa e prestigiosos Directores do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, mais notabilizaram nas Ciências Médicas e na cátedra, pelo seu elevado saber, alto valor dos trabalhos realizados e por todo o impulso que souberam dar à investigação científica médica nacional, não admira que Nicolau José Martins de Bettencourt tivesse sido atraído pelos esplendores que a Medicina promete, a par de tantas preocupações, àqueles que resolvem dedicar-se de alma e coração a tão bela, meritória e humana profissão. Assim o encontramos, jovem e alegre, cheio de vida e de entusiasmo naquele ano de 1918 em que se matriculou nos preparatórios de Medicina e, depois, por toda a vida, sempre com o prazer inefável de uma sólida amizade e franca camaradagem, que os tempos firmaram progressivamente com laços que a morte não pode desfazer, e que hoje recordamos com pungente saudade.

Cursou a Medicina com altas classificações e obteve Accessit em Anatomia Patológica, Prémio na cadeira de Bacteriologia e Accessit em Psiquiatria. Defendeu tese em 17 de Novembro de 1924 com um trabalho sobre a Reacção de Meinicke no diagnóstico da Sifilis, acto que mereceu a elevada classificação de 20 valores. Os Mestres apreciaram assim, no seu justo merecimento, as altas qualidades de inteligência e de trabalho do jovem médico.

Os colegas e condiscipulos poderiam testemunhar também a simpatia irradiante da sua personalidade viva, alegre, por vezes esufiante, a lealdade da sua camaradagem, e a coragem, correcção e firmeza das suas convicções. Vão já longe os anos dessa juventude que se recorda sempre com um sorriso nos lábios porque a temos sempre presente, embora os anos teimem em

afastá-la cada vez mais. Eram o convívio diário nas aulas, as horas e noites de estudo, os apontamentos que se coligiam em comum, as preocupações mais vivas em épocas de exame, e toda a vida do estudante que não sonha ainda com as duras realidades da vida profissional que se aproxima. E esta chegou, para Nicolau José Martins de Bettencourt, com o peso de todas as responsabilidades. Não seguiu a carreira académica que lhe abria as portas depois de curso tão brilhante. A possibilidade do exercício imediato de uma função médica segura levou-o a abraçar a carreira militar. O sentimento do dever, profundamente enraizado na sua personalidade, o sentido de disciplina que se revelou nas suas atitudes, um patriotismo nunca desmentido e as grandes qualidades de organizador que progressivamente se foram afirmando, coadunavam-se perfeitamente com a carreira de médico militar que tão brilhantemente seguiu. Ocupou nela todos os postos até ao de Brigadeiro-Médico e Director dos Serviços de Saúde do Exército, cumprindo com a mais elevada competência e dedicação todas as missões que lhe foram confiadas, quer nos Açores durante a última guerra, quer como Professor de Higiene e dos Altos Estudos, tornando-se merecedor de todas as condecorações e louvores que lhe foram conferidos.

Paralelamente à carreira militar exerceu clínica privada ou em Instituições como Companhias de Seguros, ou nos Serviços Médico-Sociais, onde a sua actividade foi também particularmente notada pela alta competência, decisão e qualidades de organização reveladas.

A vida de médico é sempre trabalhosa, cheia de preocupações e absorvente. Mais ainda quando a alta responsabilidade dos cargos exercidos e a multiplicidade dos mesmos, a que as necessidades da vida obrigam, nos tomam todo o tempo disponível que o espirito, desejaría, por vezes, libertando-se das preocupações constantes, utilizar no estudo, na meditação ou até na simples contem-

plação da natureza. Esta necessidade de evasão da vida quotidiana, para repouso bem merecido do corpo e do espirito, levava Nicolau de Bettencourt sempre que podia, mas seguramente durante as férias, para a sua casa de S. Pedro de Muel, que o pai lhe deixara, para as ondas alterosas e areia grossa da praia, para o pinhal sem fim, para a varanda repousante e para o jardim, povoado de pelargónios, que cuidadosamente tratava com o carinho que lhe vinha da sua ascendência açoriana. Esta mesma casa que em vésperas de falecer não se dispensou de visitar, mais uma vez, talvez com o sentimento angustioso, mas também gratamente saudoso, de quem se despede de um ambiente familiar que tantas alegrias lhe dera, a ele e aos seus, em dias da maior felicidade.

Era esta mesma tendência espiritual para o estudo que o levou, no exercício das suas funções, a preparar e proferir as sábias lições que deixou publicadas sobre «A Guerra Bacteriológica» ou no «Manual da Guerra Biológica», sobre «Algumas considerações a propósito da Guerra ABC», ou nos «Apontamentos para a História do Serviço de Saúde Militar» ou na exposição que fez, como Director do Hospital Militar Principal, acerca do seu novo pavilhão de cirurgia, ou ainda no memorável discurso que pronunciou ao ser nomeado Brigadeiro-Médico e investido nas funções de Director do Serviço de Saúde e que intitulou «Plano de Acção», como convinha ao seu espirito criador e organizador, em plena maturidade de experiência e de conhecimentos.

Julgamos, no entanto, dever salientar, pela índole diferente do seu conteúdo, o trabalho que agora se publica sobre «William Withering e as Caldas da Rainha — a propósito de uma interessante gravura».

Nicolau de Bettencourt redigiu-o com extremo cuidado, nos momentos que a vida quotidiana lhe deixava para a leitura e para a medi-

tação. Era, ao tempo, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, uma função que exercera como todas as outras, com especial interesse, e que lhe deu, como nos contava ao ser eleito, especial satisfação, porque era realmente amigo da nobre cidade onde nascera.

O trabalho foi-lhe sugerido por uma gravura rara e valiosa que o acaso lhe deparou no espólio de um antigo coleccionador. A beleza da gravura, a figura tão interessante do médico inglês, célebre nos Anais da Medicina pelo estudo que fez da dedaleira e dos seus usos medicinais, a circunstância particular da sua vinda a Portugal e o interesse que lhe mereceu a água das Caldas da Rainha, cuja análise efectuou, foram aspectos muito importantes da vida de Withering que levaram Nicolau de Bettencourt a redigir o trabalho que agora se publica e no qual o Autor não se limita a descrever, com minuciosa atenção, a curiosa gravura que documenta a visita do cientista britânico, salientando o valor iconográfico, mas aproveita a oportunidade para nos falar também da vida de Withering, da dedaleira que o celebrou e das Caldas da Rainha que tão justamente o impressionaram.

O trabalho constitui, no seu conjunto, uma contribuição muito interessante para a biografia de Withering e para a história das Caldas da Rainha.

Nicolau de Bettencourt, ao escrever este trabalho, não pensava certamente ter de recorrer, anos depois, à dedaleira que Withering estudara, para dela colher os possíveis benefícios no decurso de uma doença que a todos entristecia e preocupava, mas que ele suportou com estoicismo e também com resignação cristã.

É com profunda e saudosa emoção, que ao apresentarmos, neste momento, o seu último trabalho, evocamos, em respeitosa homenagem, a sua Memória, e lhe dirigimos, com amizade eterna, um derradeiro e grato adeus.

J. TOSCANO RICO



WILLIAM WITHERING, M.D. F.R.S.
FELLOW OF THE LINNÆAN SOCIETY



A PROPÓSITO DE UMA INTERESSANTE GRAVURA

Há cerca de 30 anos, por volta de 1930, tive oportunidade de adquirir um lote de interessantes gravuras, algumas pouco vulgares, provenientes do espólio de um antigo colecionador. De entre elas uma merecia especial atenção, não só pelo interesse histórico e iconográfico como também pela sua raridade entre nós, visto ser desconhecida dos colecionadores e conhecedores de gravuras a quem tive ocasião de a mostrar. Posteriormente a sua existência foi divulgada por ter sido incluída, com minha autorização, no «Dicionário de Gravuras» dos eruditos conhecedores Ernesto Soares e Coronel Ferreira Lima (vol. III, pág. 470, e nome errado do possuidor).

A GRAVURA

A referida gravura, de origem inglesa, representa o Dr. William Withering, figura grada da medicina britânica do Século XVIII, cujo nome entrou na história da medicina por ter posto em evidência o valor terapêutico da dedaleira, que de modesta planta campesina e ornamental passou desde então a ser considerada uma das mais valiosas plantas medicinais que as farmacopeias incluem.

O interesse da gravura é especialmente aumentado para os portugueses por associar o retrato do ilustre médico a um episódio curioso da sua vida de cientista — a análise química das águas das Caldas da Rainha —, a que Withering procedeu, quando, em 1793, veio a Portugal em busca de clima mais favorável para cura da grave afecção pulmonar de que sofria.

A gravura, sem data nem indicação do gravador, faz certamente parte de uma série de retratos de botânicos notáveis da época, possivelmente destinados a ilustrar algum livro da especialidade. Esta suposição fundamenta-se na existência de outra gravura semelhante, provinda do mesmo lote, que representa Sir John Hill, médico e botânico de nomeada, confrade de Withering na Sociedade Lineana e superintendente dos jardins do Palácio Real de Kew (Kew-Gardens), ainda hoje afamados pela beleza e variedade das suas espécies vegetais (*).

A raridade e o interesse histórico da gravura merecem que sobre ela se façam alguns comentários, visando a personalidade do retratado e a aprazível terra estremenha que, certamente pela sua importância hidrográfica teve a honra de ser escolhida, entre tantas onde Withering exerceu a sua actividade, para figurar numa gravura destinada a homenagear tão destacada figura da medicina inglesa.

★

A gravura, que mede na totalidade 24 por 35 centímetros, está dividida em dois andares. O andar superior é ocupado por um magnífico retrato de Withering, incluso em medalhão oval. Está sentado, com meio corpo de frente, cabeça e olhar mais de 3/4 à direita, cara rapada e cabeleira branca de rolo. Veste casaca desabotoada, colete escuro e gravata branca de volta, como de uso na época. Por baixo do medalhão destaca-se a identificação do retrato:

WILLIAM WITHERING, M. D. F. R. S. (2)
FELLOW OF THE LINNAEAN SOCIETY.

O andar inferior da gravura, muito curioso pela fantasia da composição, representa uma fonte monumental, de estilo e traçado religioso a que não falta a cúpula nem a cruz, como para dar a sugestão das virtudes miraculosas da chamada «Água Santa». Na fachada do belo fonte-nário, em letra bem destacada, está gravado o nome de CALDAS DA RAINHA. A água jorra abundantemente por uma carranca de leão e é recebida numa elegante concha de pedra lavrada, de onde transborda.

A cena em volta da fonte pretende figurar alguns aspectos pitorescos da vida local. No primeiro plano vê-se um grupo de três indivíduos, em que se destaca a figura elegante de Withering analisando a água. Na sua frente dois aquistas, de volta do banho, envoltos em compridos lençóis, observam interessados a marcha das investigações hidrográficas.

No lado oposto da concha duas raparigas colhem água, uma delas em geito de a beber. Mais longe, em perfeito enquadramento com o

bucolismo local, um tocador de guitarra executa uma dança popular, certamente um «fandango», que dois camponeses alegremente bailam⁽¹⁾. Para completar o ambiente termal que se pretende esboçar, uma enferma ainda não liberta do reumatismo contempla a dança melancolicamente apoiada no seu bordão.

A fonte está rodeada de vegetação frondosa, que, além de finalidade decorativa, pretende fixar alguns aspectos da flora regional. O fundo da paisagem é formado por espécies arbóreas variadas em que se destaca, dominando o conjunto, a clássica palmeira com que é de uso ilustrar a paisagem portuguesa. À esquerda da gravura, em primeiro plano, vê-se uma magnífica piteira florida, tão vulgar na região. À direita, num canteiro rústico, figuram várias plantas medicinais onde se podem reconhecer o ruibarbo, a figueira da Índia, o estramónio e a dedaleira florida, simbólica homenagem do autor da gravura ao ilustre retratado.

Na parte inferior da gravura, debruando sinuosamente o seu limite, corre a seguinte legenda:

Dr. Withering analyzing the Queen's Bath at the request of the Court of Portugal

WILLIAM WITHERING
— MEDICO E BOTÂNICO (1741/1799)

Apresentada a gravura resta dizer alguma coisa sobre o retratado, médico distinto cuja nomeada motivou a sua inclusão numa galeria de botânicos em destaque, que os seus trabalhos amplamente justificam.

William Withering nasceu em Wellington, pequena cidade inglesa do Condado de Shrop (Shropshire), no ano de 1741. Filho de médico rural que exercia a sua actividade no Shropshire, estudou primeiramente na sua terra natal e completou os estudos médicos em Edimburgo, onde se graduou em 1766. Exerceu clínica em Stafford e posteriormente em Birmingham, onde firmou seus créditos não só na medicina como também nas outras ciências a que se dedicou e que cultivou com inegável talento. Withering além de clínico foi professor, botânico, químico, mineralogista e possuía qualidades especiais de observador criterioso. Durante a sua estadia em

Birmingham publicou vários trabalhos sobre medicina e botânica, de que se deve destacar uma *Flora Britânica* que gozou de muita popularidade.

No dizer do Professor Silva Carvalho, como consta do «Dicionário Inédito» que o autor gentilmente me facultou para consulta, Withering veio a Portugal por duas vezes, em 1793 e 1795, em busca de clima mais favorável para a grave afecção pulmonar de que sofria, na esperança de a melhorar.

Foi durante a sua permanência em Portugal, em 1793, que procedeu à análise química da água das Caldas da Rainha, ainda que o livro com o resultado das suas investigações fosse publicado mais tarde, em 1795. Por este motivo só nessa data foi nomeado sócio estrangeiro da Academia Real das Ciências de Lisboa, elevada distinção que já anteriormente lhe fora conferida pelas congéneres inglesas — a Sociedade Real de Londres e a Sociedade Lineana.

Em 1785, oito anos antes da sua vinda a Portugal, publicou em livro o notável trabalho «*Account of the Fox-glove and some of its medicinal uses, with practical remarks on dropsy and other diseases*», Birmingham, 1785. Este livro tornou Withering homem célebre na medicina e conhecido em todo o mundo culto de então, bem como a droga que o inspirou — a dedaleira. No livro descreve os maravilhosos efeitos da planta sobre a hidropisia dos cardíacos, revolucionando a terapêutica com as suas observações que iniciaram nova era no tratamento das doenças do coração. Por este motivo Vaquez coloca-o na categoria dos «maiores benfeitores da humanidade».

Em 1799 morreu em Stafford da tuberculose pulmonar que há anos se arrastava e que a vinda a Portugal não conseguiu sustentar. Foi enterrado na igreja de Egboston e no seu túmulo, de grande simplicidade, esculpiu-se um ramo de dedaleira purpúrea. Esta tocante homenagem mereceu a

(¹) Esta gravura pertence actualmente ao distinto bibliófilo e coleccionador Dr. Centeno Fragoço.

(²) M. D., Medicine Doctor F. R. S., Fellow of the Royal Society.

(³) No livro «Danças e Dançarinos em Lisboa», de Mário Costa, a pág. 124 vem reproduzida uma gravura de E. Boivinot, extraída do Livro de J. Murphy, *Travelers in Portugal*, «O fandango», que certamente inspirou o autor da nossa gravura.

Vaquez — o grande cardiologista que tão bem soube aproveitar o efeito terapêutico da droga legada por Withering — o seguinte comentário: «O ramo de dedaleira purpúrea esculpido no seu túmulo da velha igreja de Egboston é a mais bela distinção que pode honrar a sua memória».

★

No seu livro, que Meyer e Gottlieb classificam de «monografia exemplar», conta Withering como dez anos antes começou a usar a dedaleira, facto a que se refere nos seguintes termos: «No ano de 1771 foi pedida a minha opinião acerca de uma receita familiar usada para a cura da hidropisia. Contava-se que há muito tempo esta receita era guardada em segredo por uma velha mulher do Shropshire, que por vezes tinha obtido resultados famosos e mesmo curas onde os mais experimentados médicos tinham falhado».

O misterioso remédio era composto por mais de 20 plantas variadas, mas não foi muito difícil para um conhecedor do assunto como Withering, por ter dedicado à botânica especial interesse, reconhecer que a planta activa não podia deixar de ser a dedaleira, aquela dedaleira a que o Dr. Cerqueira Gomes se refere quando a seu propósito diz: «a maravilhosa droga que um dia regalaram empiricamente a Withering, mascarada em tisana confusa, e que ele isolou pela ciência das flores, ganha e reganha quando, enamorado de Elena Crook, saltava campos e vales à procura das mais lindas para ela pintar». Parece, por esta afirmação, que o amor não seria estranho à formação botânica do médico, que mais tarde seria causa da sua celebridade.

Além da acção puramente diurética Withering notou, com o seu apurado sentido de observação, que a droga tinha sobre os movimentos do coração um poder não observado anteriormente com outros medicamentos e que esta acção podia ser aproveitada para «fins salutarés». Da sua experiência sobre a acção da dedaleira, baseada em mais de 200 casos, conclui o seguinte:

- 1 — É um diurético poderoso.
- 2 — Tem sobre a contracção cardíaca uma influência que nenhuma outra droga possui no mesmo grau.

- 3 — É necessário interromper a sua ministração desde que apareçam os seus efeitos sobre o estômago, pulso e intestino.

DEDALEIRA — A PLANTA MARAVILHOSA

Se o emprego terapêutico da dedaleira como diurético e tonicardiaco se ficou a dever às observações de Withering, o seu conhecimento como planta medicinal datava de há muitos anos, mas com indicações muito diversas.

A dedaleira foi pela primeira vez descrita e empregada, em 1542, por Leonardo Fuchs, de Tübingen, que a aconselha como emenagogo. Foi ele que sugeriu o nome ainda hoje usado — finger hut (dedal), cujo correspondente latino, usado na linguagem científica da época, é *digitalis*. E é possível que o nome inglês da planta — *Fox-glove*, tenha sido inspirado no nome do seu divulgador.

O livro sobre plantas medicinais da autoria de Leonardo Fuchs, em que incluiu a dedaleira, data de 1542. É um grande volume «in-folio» com 896 páginas e 512 gravuras abertas em madeira e que tem por título: «*De historia stirpium commentarii insignis, maximis impensis et vigiliis elaborati, adiectis earunden vivis plusquam quingluti imaginibus, nunquam autem ad naturæ imitationem artificiosius effectis & expressis*». Na Imprensa de Miguel Isingrin, Basileia. Esta obra, cujo tamanho está em relação com o título, teve enorme sucesso e numerosas edições na língua original, o latim, e foi traduzida para alemão, francês e espanhol. Neste livro descreve-se a planta a que é dado o nome com que ficou a ser conhecida e figuram as primeiras gravuras desenhadas do natural. Estas gravuras serviram posteriormente para ilustrar muitas outras obras de vários autores, entre os quais se pode mencionar o médico português Amato Lusitano, de seu nome original João Rodrigues, natural de Castelo Branco, que no capítulo referente à dedaleira do livro «*In Dioscorides Anazarbei de Medica Materia*», Lugduni, 1558, reproduz as gravuras do livro de Fuchs.

O livro de matéria médica de Dioscorides, apesar da sua veterania — Dioscorides era contemporâneo de Nero — foi durante muitos anos o chavão da terapêutica que os comentadores adoptaram como guia. A ele se refere o erudito Professor Maximiano de Lemos da forma seguinte: «É um verdadeiro e grande tratado de farmacologia no qual os gregos, os latinos e os árabes forragearam exclusivamente até à Renascença. Os progressos da terapêutica fizeram-se em grande parte através dos comentários sobre a sua obra». E entre os numerosos comentadores do livro de Dioscorides, além do já referido Amato Lusitano, figura também Fuchs, como médico ilustre que era e não podia dispensar os costumes da época.

A dedaleira figurou nas Farmacopeias antigas de Wurtemberg e de Londres nos Séculos XVII e XVIII, mas como eméto-catártico. Foi retirada da Farmacopeia inglesa em 1721 por causa de supostos mas talvez justificados perigos, onde só voltou a ser incluída depois de reabilitada por Withering.

Entre nós a dedaleira figura na Farmacopeia Geral do Reino, de 1794, com as designações de abeloura e digital, além da designação vulgar. Na Farmacopeia Portuguesa de 1876 chama-se também erva dedal.



Como habitualmente acontece com as inovações terapêuticas, a importância da descoberta da actividade da dedaleira não foi imediatamente compreendida por todos os médicos daquela época e do princípio do Século XIX. Cabe no entanto a John Ferriar, em 1799, a primazia na afirmação de que a acção principal da dedaleira incidia sobre o coração e que a acção diurética era secundária. Cullen, médico inglês contemporâneo de Withering e professor em Edimburgo, foi o primeiro a notar que a dedaleira ralenta os movimentos cardíacos, razão por que se lhe atribui a conhecida frase de que «a dedaleira é o ópio do coração», frase que, em boa verdade, deve ser restituída ao seu legítimo autor — o grande cardiologista Bouillaud, cujo nome está intimamente ligado à história das doenças do coração.

De Inglaterra a dedaleira passou a França, onde Bidault de Villiers a introduziu e lhe dedicou um livro a que deu o título de «*Essais sur les propriétés medicinales de la digitale*». Apesar dos sucessos iniciais houve seguidamente uma época de descrença, em que os grandes clínicos a esqueceram: nem Corvisart, nem Bertin, nem Laennec lhe deram a importância devida. Usou-a mais tarde Bouillaud, por volta de 1840, mas pela sua acção bradicardisante chamou-lhe, como acima se disse, «o verdadeiro ópio do coração».

É curioso apontar que foi um empírico, Debreyne, que retomou a campanha em favor da dedaleira, cujo sucesso não acompanhou a expectativa. Pierre Debreyne era um simples médico sem a cultura dos grandes mestres, mas curioso observador, misto de filósofo e de doutrinador. Exerceu clínica em Paris e em 1840 fez-se monge trapista, ingressando no célebre mosteiro da Trappe de Soligny, onde foi também médico. Consagrou-se ao estudo da vida genital nas suas relações com o dogma católico. Da sua obra destacam-se, pelo maior interesse, um tratado sobre os pecados contra os 6.º e 9.º mandamentos e um volume de terapêutica onde recomenda contra as hidropisias de origem cardíaca as famosas pílulas, erradamente chamadas de Lancereaux, onde Debreyne associou a dedaleira, a cila e a escamoneia.

Começou então para a dedaleira a sua *grande época*, que culminou com o aparecimento do vinho de dedaleira composto, fórmula lançada por Trousseau, o grande clínico do Hotel-Dieu de Paris, em 1863. O vinho diurético de Trousseau, ou do Hotel-Dieu, como ficou a ser conhecido, teve grande fama e largo emprego. Durante muitos anos foi a droga cimeira no tratamento das insuficiências cardíacas, mas que, pouco a pouco, foi sendo substituída pelos glucosidos digitais. O aparecimento de novas drogas, que constantemente se renovam e aperfeiçoam pela acção conjunta da química e do laboratório, tem feito perder à dedaleira muito da sua antiga importância. Mas a sua história ficará como símbolo do poder observador e da visão dos médicos dessa época, que tão bem sabiam aproveitar

os recursos que a natureza pròdigamente lhes facultava. E a luva de Nossa Senhora, como em França chamam à dedaleira, virá um dia a ter a sua biografia romanceada a que se poderá dar o título — *Grandeza e decadência de uma planta maravilhosa*.

AS CALDAS DA RAINHA

Os banhos medicinais mais afamados do país, na época a que nos estamos reportando (2.^a metade do Século XVIII), eram sem dúvida os das Caldas da Rainha, não só pela antiguidade da sua utilização como pelos magníficos resultados obtidos pelos seus numerosos e distintos frequentadores. A sua fama vinha de longe, desde que a Rainha D. Leonor, mulher de El-Rei D. João II e fundadora de uma das mais nobres instituições portuguesas — as Misericórdias, melhorou dos seus padecimentos com os banhos de que fez uso numa das suas passagens pelas Caldas. Tão grata se mostrou a grande Rainha pelos benefícios tirados que em 1484 mandou construir um hospital para os pobres, cujo compromisso, outorgado pela fundadora, data de 1512. A obra ficou digna da Rainha, porque era, no dizer de Frei Jorge de S. Paulo, «o primeiro hospital perfeito e acabado neste Reino de Portugal».

O hospital ardeu em 1644. As obras de reconstrução começaram em 1747 e prolongaram-se até 1751. Portanto o hospital a que Withering se refere e que existia em 1793 era de construção relativamente recente, decerto melhorado em relação ao anterior.

Em 1775 foi nomeado o primeiro médico para o estabelecimento termal, o Dr. Joaquim Inácio de Seixas Brandão, que em 1775 e 1780 procedeu ao exame analítico das águas das Caldas. É curioso notar que o Dr. Seixas Brandão no livro que publicou em 1781 — «Memória das Agoas Thermais da Villa das Caldas da Rainha», ao catalogar as plantas que na primavera de 1780 «observou no sítio dos banhos das Caldas da Rainha e sua imediação», incluiu a *Digitalis Purpurea* sem a considerar planta medicinal. Certamente que a presença de Withering

nas Caldas, em 1793, deve ter contribuído para melhor conhecimento desta planta em Portugal e dos seus usos terapêuticos.

Pela importância e pela fama as águas das Caldas foram as primeiras entre as águas medicinais portuguesas de que se fez análise química. Além da análise do Dr. Seixas Brandão, já referida, e antes de Withering, procederam a investigações hidrológicas o médico Jacob de Castro Sarmento (Londres, 1743), o Dr. Cunha Pessoa, da Universidade de Coimbra (1778), o Dr. João Nunes Gago, médico que muito illustrou o Hospital Militar de Tavira (1772/1776) e o notável químico e botânico Domenico Vandelli, no Laboratório da Universidade de Coimbra (1778). No parecer do Dr. Alfredo Luís Lopes a análise de Withering é a primeira que realmente tem valor científico.

A ANÁLISE QUÍMICA DA ÁGUA DAS CALDAS DA RAINHA

A passagem de Withering por Portugal ficou assinalada pela análise química da água das Caldas da Rainha, a que procedeu em 1793 e de que os resultados foram publicados em livro editado pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1795. A publicação deste livro ficou a cargo da referida Academia, nos termos que constam da acta da sessão de 11 de Dezembro de 1793, em que também foi nomeado sócio estrangeiro:

«A Academia Real das Sciencias julgando mui digna da luz publica a Analyse Chimica da Agoa das Caldas, que lhe apresentou Guilherme Withering, e que fica nomeado Socio Estrangeiro da Academia, manda que se imprima à sua custa e debaixo do seu Previlégio.»

José Corrêa da Serra
Secretário da Academia

O livro de Withering foi publicado simultaneamente em português e inglês, numa edição conjunta, impresso na Oficina da Academia com a data de 1795, em Lisboa e com licença de Sua Majestade.

A CHEMICAL ANALYSIS
OF THE WATER

AT
CALDAS DA RAINHA

BY
WILLIAM WITHERING,

M. D., MEMBER OF THE R. ACADEMY OF
SCIENCES OF LISBON, AND OF THE
R. SOCIETY OF LONDON.



L I S B O N

PRINTED BY THE ACADEMY.

1795.

By Royal permission.

ANALYSE CHIMICA
DA AGOA

DAS
CALDAS DA RAINHA

POR
GUILHERME WITHERING

DOUTOR EM MEDICINA, SOCIO DA ACADEMIA
R. DAS SCIENCIAS DE LISBOA, E DA
SOCIIDADE R. DE LONDRES.



L I S B O A

NA OFFICINA DA ACADEMIA.

1795.

Com licença de S. Magestade.

FRONTISPICIO DO LIVRO DE WITHERING

A *Introdução* que abre o livro serve para apresentar, de forma clogiosa, a Vila das Caldas e as suas famosas águas, tal como Withering as viu em 1793:

«As Caldas é uma agradável pequena Villa quasi doze legoas ao Norte de Lisboa, e a estrada entre ellas he boa. Goza esta Villa de bons ares e de alegres arredores, mas a sua celebridade he devida principalmente às fontes medicinais quentes, que ha muito tempo são grandemente estimadas, pela cura de várias queixas chronicas. Encerrão-se estas fontes em um famoso edificio de pedra, junto a hum nobre Hospital de fundação Regia, aonde annualmente durante o verão são recebidos e tratados os doentes pobres, que de Lisboa para lá se envião.»

Seguem-se alguns comentários sobre as fontes e instalações balneares, de evidente interesse para

a história local: «Alem de hum poço que fornece as agoas para se beberem, ha quatro banhos cada hum apartado sobre si, em tres dos quais a agoa nasce, mas de todos os que tem maior nascente he o banho dos homens, sendo quanto ao resto iguais em grandeza».

Sobre o caudal da água que Withering encontrou na fonte principal, foi avaliado em «60 pés cubicos de agoa em cada minuto ou 3.600 pés cubicos em cada hora», isto é, 1700 litros por minuto e 102 000 litros por hora.

O estudo analítico da água, a que o químico português Oliveira Pimentel (que mais tarde, em 1849 e 1858, por sua vez também realizou) se refere elogiosamente dizendo que a análise do Dr. Withering feita em 1793 e publicada pela nossa Academia em 1795, «é o trabalho mais completo que sobre esta matéria se fez».

De facto a análise da água foi minuciosamente executada e consta dos vários capítulos em que o livro se divide: temperatura, cheiro, cor, gosto, deposição, gravidade específica, reagentes, evaporações, termos que traduzem a curiosa nomenclatura da época.

A determinação da temperatura da água, feita com todo o rigor, foi apreciada «com termometro muito sensível construido por Mr. Ramsden». Os resultados obtidos foram os seguintes:

Poço de beber — 91 graus de Fahrenheit
 Banho dos homens — 92 a 93 graus de Fahrenheit.

temperatura que corresponde a 33-34 graus centígrados, e que se tem mantido sensivelmente constante através dos tempos.

Tem sem dúvida certo interesse transcrever as conclusões da análise de Withering, com a nomenclatura própria e as dosagens no sistema ponderal inglês em uso, visto que o sistema métrico só foi adoptado entre nós depois da Convenção de Paris, em 1875, se bem que anteriormente a esta data já fosse usado, desde 1852, por disposição legal.

Oliveira Pimentel reduziu ao sistema métrico e transpôs para a linguagem química da época

(1858) as análises de Withering. Estas incluíam a determinação dos gases e das matérias fixas e neste capítulo levantaram-se dúvidas, porque a salinidade da água, segundo Withering, era de 340 grãos (4,6340 gr), obtida por evaporação de 8 libras métricas de 16 onças Troy cada uma. Como este número é sensivelmente o dobro da mineralização existente, O. Pimentel admite a hipótese de que os cálculos tenham sido erradamente feitos para 16 libras e não para 8. Quanto ao resto, os números de Withering têm sido sucessivamente confirmados. A determinação dos gases existentes na água deu o seguinte resultado:

— 20 arrateis de agoa contem um volume de fluidos elasticos igual ao volume de de 1 arratel de agoa

Sobre a qualidade e quantidade dos gases encontrados diz:

— 1 parte de ar fixo para 24 partes de ar hepatico

No quadro seguinte transcrevem-se os resultados da análise de Withering e sua adaptação ao sistema métrico feita por O. Pimentel:

Nomenclatura Withering — 1793	Medidas Inglesas	Nomenclatura O. Pimentel — 1858	Sistema Métrico
Ar fixo (volume)	1/4 de onça	Acido carbonico	—
Ar hepático (volume)	6 1/4 onças	Gás sulfídrico	—
Cal aerada	12 grãos	Carbonato de cal	0,1634 gr.
Magnesia aerada	3 1/2 grãos	Carbonato de magnesia	0,0476 gr.
Ferro hepaticizado	2 1/2 grãos	Sulfureto de ferro	0,0340 gr.
Terra argillacea	1 1/4 grãos	Alumina	0,0170 gr.
Terra silicea	3/4 grão	Silica	0,0102 gr.
Magnesia salita	64 grãos	Sulfato de magnesia	0,8716 gr.
Sal selenitico	44 grãos	Sulfato de cal	0,5592 gr.
Sal de Glauber	64 grãos	Sulfato de soda	0,8716 gr.
Sal commum	140 grãos	Chlorureto de sodio	2,0157 gr.
	340 grãos		4,6303 gr.

Withering termina o livro dando por conselho que a água seja tomada na nascente, exactamente como ainda hoje se deve fazer, não só pela perda de qualidades de ordem química como também pela alteração de outras propriedades naturais — e entre elas a radioactividade — que nessa época estava bem longe de se prever. Eis o que ele escreve: «Deve mais observar-se, que a agoa das Caldas não pode usar-se com proveito em distancia das fontes, porque o ar hepatico he prontissimo a decompor-se, formando segundo as circunstancias enxofre ou acido vitriolico. A agoa perde quando menos hum dos seus mais uteis ingredientes, e novos compostos se formarão, que nella não existião quando recém-tirada da fonte».

A este final se refere o Professor Silva Carvalho, nas *Memórias das Caldas da Rainha*, apontando que «Withering só diz digno de nota relativamente às applicações terapêuticas da água, que entende não poder ser usada internamente com vantagem, longe da origem». Mas se Withering não se refere com detalhe à acção terapêutica da água das Caldas, cujo estudo não estava nas suas atribuições e para tanto lhe faltava tempo e experiência, é certo que a análise química tem incontestável valor atendendo à época em que foi feita e representa notável contribuição para a história hidrológica das Caldas da Rainha.

Com a visita de Withering a Portugal ficaram ligados dois aspectos importantes da vida científica da época, dignos de figurar nos arquivos da «pequena história», local: a elevada categoria do analista a quem se deve o exame feito e o valor real da água examinada. É isso que a nossa interessante gravura, de forma tão expressiva, pretende documentar.

Lisboa, Novembro de 1961.

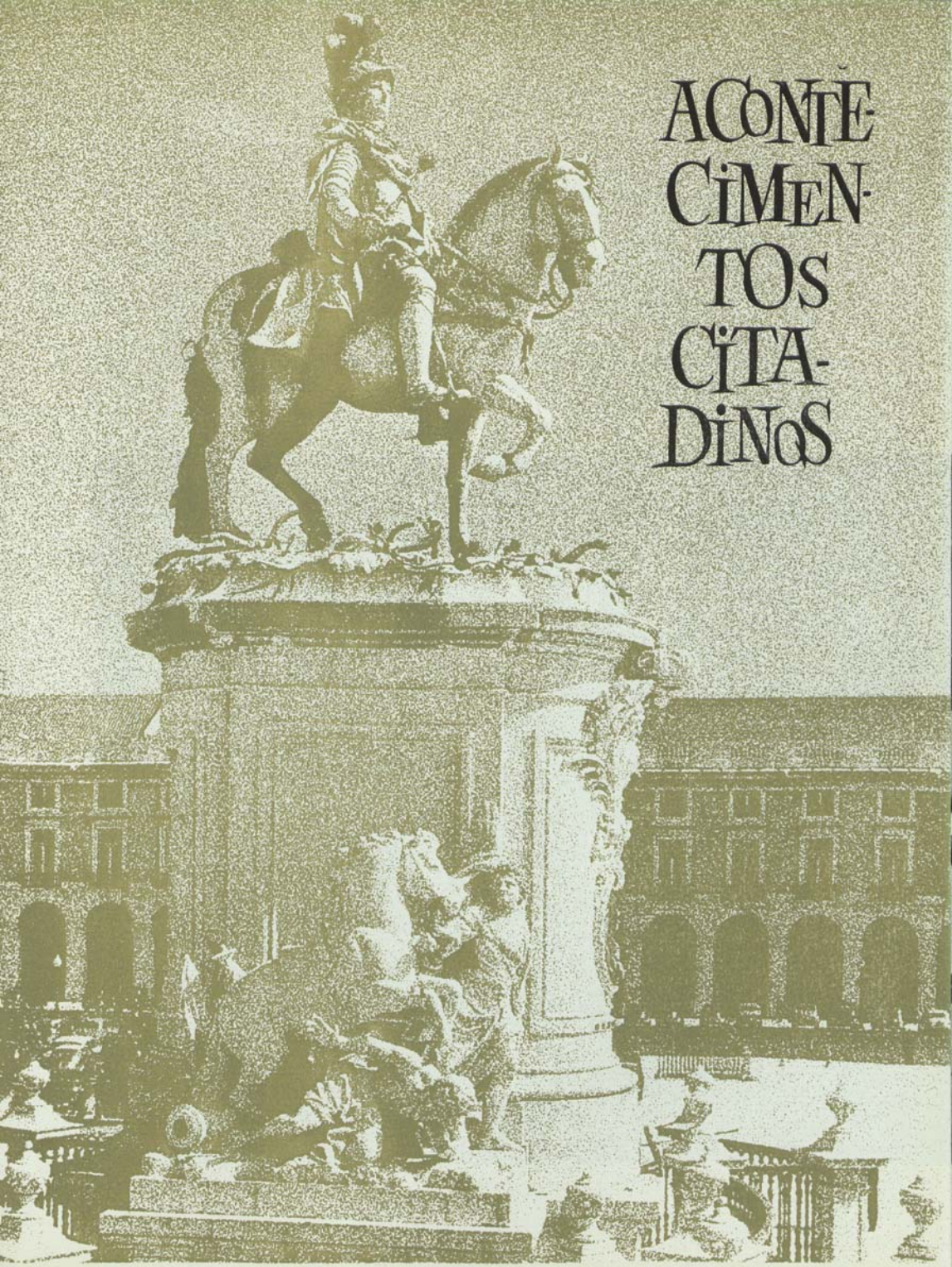
BIBLIOGRAFIA — OBRAS CONSULTADAS

- 1 — Acciaiuoli, Luiz de Menezes Correia — Hidrologia Portuguesa. Lisboa, 1943-1947.
- 2 — Brandão, Joaquim Inácio de Seixas — Memórias dos anos de 1775 a 1780 para servirem de historia à analyse das virtudes das aguas thermais das Caldas da Rainha. Lisboa, 1781.
- 3 — Cerqueira Gomes, M. — Terapêutica da insuficiência cardíaca. *Jornal do Médico*, Vol. XII, 1948.

- 4 — Conde de Sabugosa — A Rainha D. Leonor. Lisboa, s/data.
- 5 — Correia, Fernando da Silva — Um balneário português do fim do Século xv (Caldas da Rainha) *O Instituto*, Vol. 75, 1928, pág. 498.
- 6 — Correia, Fernando da Silva — Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Rainha D. Leonor sua fundadora em 1512. *O Instituto*, Vol. 80, 1930, pág. 107.
- 7 — Cullen, William — *Éléments de Médecine Pratique*. Trad. de Bosquillon. Paris, 1795.
- 8 — Gaglio, G. — *Farmacologia Generale*.
- 9 — Goodman, Louis e Gilman, Alfred — *The Pharmacological basis of Therapeutics*. Trad. Brasileira. Rio de Janeiro, 1945.
- 10 — Guthrie, Douglas — *Historia de la Medicina*, Trad. espanhola. Barcelona, 1947.
- 11 — Laënnec, R. — *Traité de l'Auscultation Médiata*. 4.^a Edição. Bruxelles, 1837.
- 12 — Lemos, Maximiano — Amato Luzitano. Porto, 1907.
- 13 — Lopes, Alfredo Luiz — *Águas Minerero-Medicinais de Portugal*. Lisboa, 1892.
- 14 — Machado, Diogo Barbosa — *Bibliotheca Lusitana*, 2.^a Edição. Lisboa, 1930.
- 15 — Meunier — *Histoire de la Médecine*. Paris, 1924.
- 16 — Meyer, H. & Gottlieb, R. — *Farmacologia Experimentale*. Milano, 1915.
- 17 — Mira, M. Ferreira de — *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa, 1948.
- 18 — Oliveira Pimentel, J. M. de — *Analyse das aguas minerais das Caldas da Rainha*, feita em Julho de 1849. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo II, parte II, 2.^a série, 1850, pág. 177.
- 19 — Oliveira Pimentel, J. M. de — *As Aguas Sulfuradas das Caldas da Rainha*. *Annales de Sciencias e Lettras da Academia Real das Sciencias*, Vol. II, 1859, pág. 129.
- 20 — Oliveira, José Osório de — *O Romance de Garrett*. Porto, 1935.
- 21 — Ortigão, Ramalho — *Banhos de Caldas e Águas Minerais*. Lisboa, 1944.
- 22 — *Pharmacopœa Geral do Reino*. Lisboa, 1794.
- 23 — *Pharmacopœa Portuguesa*. Lisboa, 1876.
- 24 — Fina, Luiz de — *Histoire de la Médecine Portugaise*. Porto, 1934.
- 25 — Redomet, T. Alday — *Contribucion al estudio de la historia de la digital*. *Revista Clínica Española*, Vol. XVI, 1945.
- 26 — S. Paulo, Jorge de — *História da Rainha D. Leonor e da Fundação do Hospital das Caldas*. Edição organizada pelo Dr. Fernando Correia. Lisboa, 1928.

- 27—Savy, Paul—*Traité de Therapeutique Clinique*. 3.^a Ed., Paris, 1940.
- 28—Silva Carvalho, Augusto da—*Memórias das Caldas da Rainha*. Lisboa, 1932.
- 29—Silva Carvalho, Augusto da—*Dicionário Inédito*. Artigo William Withering.
- 30—Soares, Ernesto e Ferreira Lima, coronel H.—*Dicionário de Gravuras*, Vol. III, Lisboa, 19...
- 31—Stroud, William—*Diagnóstico e tratamento das enfermidades cardiovasculares*. 1943.
- 32—Tavares, Francisco — *Pharmacologia*. Coimbra, 1809.
- 33—Vaquez, H.—*Maladies du Coeur*. Paris, 1921.
- 34—Villiers, Bidault de—*Essais sur les propriétés medicinales de la digitale*.
- 35—Withering, Guilherme (William)—*Analyse Chimica da Agoa das Caldas da Rainha*. Lisboa, 1795.
- 36—Withering, William—*Account of the Fox-glove and some of its medical uses*. Birmingham, 1785.

ACONTE
CIMEN-
TOS
CITA-
DINOS



A INAUGURAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DO AREIRO, COM A PRESENÇA DO CHEFE DO ESTADO

O dia 17 de Abril ficou a marcar nova etapa no esforço desenvolvido pelo Município, no sentido de dotar a cidade com uma rede eficiente de piscinas, para serem utilizadas, com conforto e economia, pela população.

A Piscina Municipal do Areiro, naquela data inaugurada, é a primeira de uma série de empreendimentos do género, que a cidade fica a dever à visão, ampla e segura, do presidente da Câmara, general França Borges.

Iniciativa de grande utilidade para a vida de Lisboa — não é demais acentuá-lo — a piscina constitui mais um benefício, que o lisboeta logo começou a utilizar na prática de um desporto que, até agora, tem sido, entre nós, pouco acarinhado e, ainda menos, divulgado, por falta de recintos apropriados.

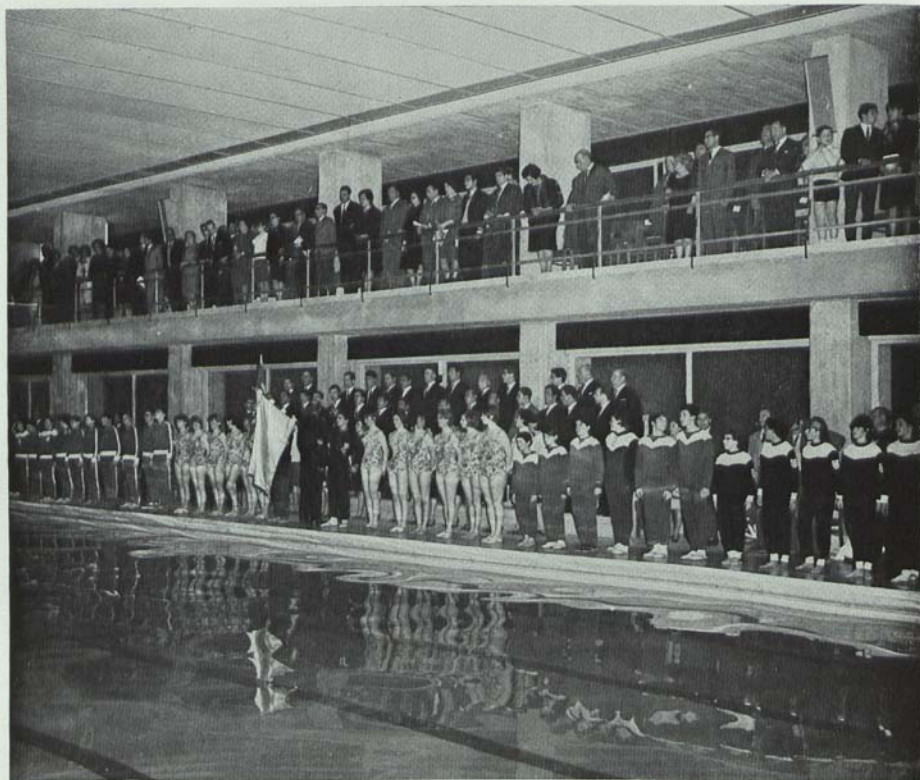




Assistiu ao acto inaugural da piscina o Chefe do Estado, que chegou acompanhado de sua esposa e filha. Aguardavam-no o general França Borges, o subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, vereadores e directores de serviços do Município, o director-geral dos Desportos, o governador militar de Lisboa, o director do INEF, os directores dos estabelecimentos de ensino daquela zona da cidade, o director da FNAT, e componentes da Federação e Associação de Natação, Círculo dos Antigos Nadadores e muitas outras individualidades.

No átrio do edifício, o almirante Américo Tomaz descerrou uma lápida de homenagem ao Município, oferecida pelo Círculo dos Antigos Nadadores.

O recinto da piscina estava repleto de público, que saudou, calorosamente, o Chefe do Estado. Ao longo do parapeito formavam as na-





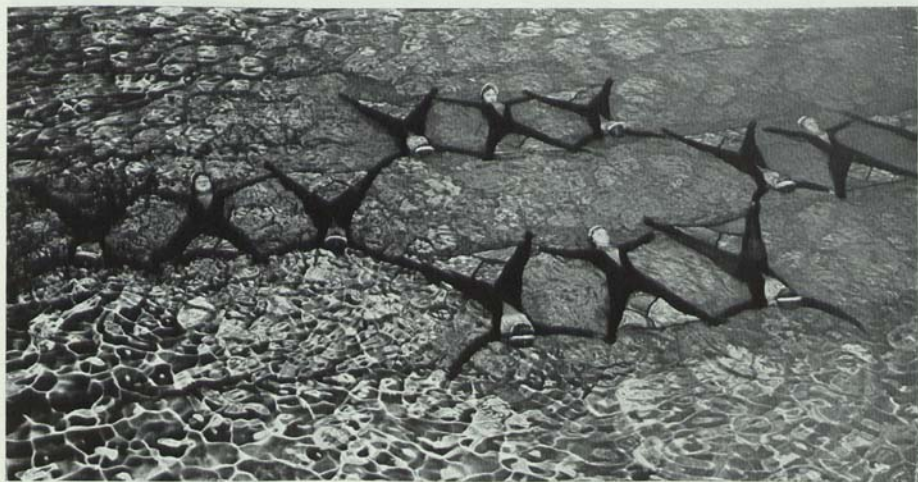
dadoras e nadadores do Sport Algés e Dafundo, do Clube Nacional de Natação, do Clube Sportivo de Pedrouços, do Belenenses, do Sporting, do Alhandra e do CDUL, com os seus estandartes, estando também alinhadas as nadadoras do «ballet» aquático de Munique.

A abrir a cerimónia, o Orfeão do Pessoal do Município entoou o Hino Nacional, enquanto a água da piscina tomava tons verde-rubros.

Seguidamente, o antigo nadador internacional, participante nos Jogos Olímpicos de 1924, Mário Silva Marques, fez o percurso inaugural da piscina. Começou, depois, o programa, que incluiu, além das provas de natação, a exibição do «ballet» aquático do Schwin Damen, de Munique, e saltos humorísticos por nadadores do Pedrouços e do Algés e Dafundo. De realce, a exibição das nadadoras alemãs, primorosas de ritmo e com excelente composição de figuras.

Intercalando os números aquáticos, o Orfeão do Pessoal do Município, dirigido pelo maestro Jaime Silva (Barcarena), apresentou canções populares portuguesas.

No intervalo, os dirigentes do Círculo dos Antigos Nadadores, Gustavo Pereira da Costa, Francisco Ricardo Domingues, Baptista Machado, Eduardo Manaças e Luís Alves Miguel, ofereceram ao general França Borges uma placa comemorativa da inauguração.



O mês de Junho é o mês de Santo António, o mais alfacinha de todo o Agiológio.

Mas, apesar de ser nosso, de ter nascido ali, à Sé, de se ter criado e crescido entre as vestustas paredes da Catedral lisboeta e a quietude dos claustros de São Vicente, Santo António não morreu em Lisboa. A sua ânsia de missionário, um dos primeiros dos muitos que daqui saíram, para levar a palavra de Cristo até aos confins do Mundo, fê-lo abalar um dia, envergando já o burel pobre dos franciscanos, a caminho do desconhecido. Ele o Mestre, o teólogo dos teólogos, o Doutor da Igreja, trocou honras e benesses, por um rumo novo e talvez hostil, em busca de quem precisasse da sua palavra reconfortante, para se converter à Fé, para achar o caminho que ele sabia o único que levava a Deus.

Circunstâncias várias impediram-no de seguir a sua rota. A Europa aborveu-o, porque, no fundo, a Europa também precisava de ser missionada.

Quis Deus que morresse quando se dirigia para Pádua. A cidade italiana guarda, hoje, avaramente, o que resta do corpo de Santo António, o Santo tão lisboeta que nasceu, já lá vão sete séculos, à beira da Catedral de Santa Maria, a dois passos do Tejo.

Foram essas relíquias que, graças a diligências coroadas, finalmente, de êxito, estiveram, entre nós, alguns dias, acompanhadas por uma peregrinação paduana de 150 individualidades daquela cidade italiana.

Presidia à peregrinação monsenhor Primo Principe, arcebispo de Tiana e legado pontifício para a Basílica de Santo António de Pádua, dela fazendo parte, entre outros, monsenhor Girolano Bortignon, bispo de Pádua, o dr. César Crescente, presidente do Município paduano, vereadores, o presidente dell'Ente Provinciale per il Turismo de Pádua e o director do «Carnet di Pádua».

★

ESTIVERAM EM LISBOA

AS RELÍQUIAS DE SANTO ANTÓNIO

As relíquias de Santo António chegaram a Lisboa a bordo do paquete italiano «Giúlio Cézare», sendo, depois, transportadas para a capela de São Roque, no velho Arsenal de Marinha, de onde, à noite, saíram, em longo cortejo a caminho da Sé Catedral.





As ruas da cidade apinharam-se de povo, para ver passar o préstito e para venerar as relíquias do Santo querido, que a imaginação da boa gente de Lisboa identificou, de há muito, consigo mesma, criando um misto de santo milagreiro e folgazão, assás diferente do retratado pelos biógrafos.

Cortejo imponente, maravilha para os olhos de quem o presenciou, nele se incorporando delegações de todas as Forças Armadas — é que, Santo António assentou praça no Exército; correndo entre a tropa a fama dos seus milagres, operados nas grandes batalhas, em que os nossos soldados se cobriram de glória — organizações católicas e muitas outras instituições.

De salientar, a presença no cortejo dos pendões pertencentes ao Museu Antoniano, executados, há anos, para figurarem noutra manifestação do género, com a qual se comemorou o sétimo centenário do Santo.

Sob o pálio, D. António de Castro, arcebispo de Mitilene, conduzia as relíquias.

Incorporaram-se, também, no préstito, o general França Borges, presidente do Município da capital e Aníbal David vice-presidente, bem como os vereadores.



Outro acto em que estiveram presentes o presidente e o vice-presidente do Município da capital foi a missa celebrada na igreja de Santo António, na manhã do dia seguinte à trasladação das relíquias, vindas da Sé.

Depois dessa cerimónia, os peregrinos italianos estiveram no Museu Antoniano, sendo recebidos pelo general França Borges e Aníbal David, seguindo, dali, para a igreja de São Vicente, onde Santo António viveu, como cônego regente, antes de tomar o hábito dos franciscanos.

Da igreja de São Vicente, os peregrinos foram aos Paços do Concelho, onde lhes foi oferecida uma recepção.

Durante a permanência dos visitantes no edifício municipal, o general França Borges ofereceu-lhes diversas publicações sobre Lisboa, assim como a medalha comemorativa do oitavo centenário da tomada da cidade aos mouros.

O presidente da edilidade da capital aproveitou, ainda, o ensejo para proferir palavras de saudação, agradecendo os cumprimentos o arcebispo de Tiana e o presidente da Câmara Municipal de Pádua.

Depois, no Castelo de São Jorge, efectuou-se um almoço, em que estiveram presentes inúmeros convidados.





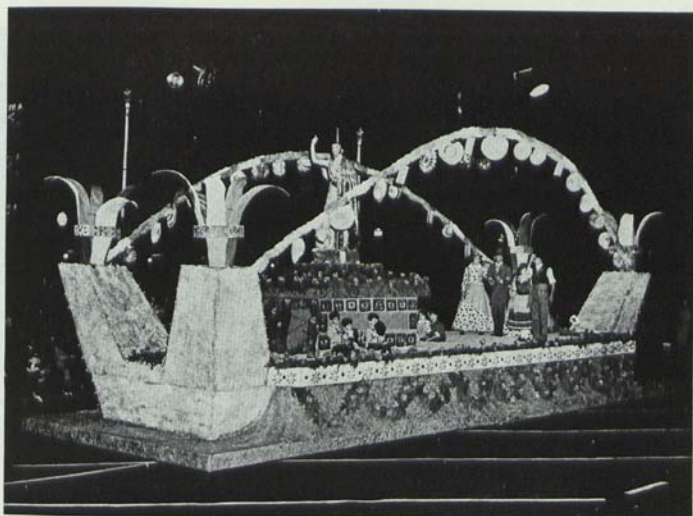
Marchas populares na noite de Santo António

A noite de Santo António, por certo a mais animada de todas no correr do ano, teve a animá-la, em espectáculo repetido, transformado em sempre novo pela simpatia da população, o desfile das Marchas Populares. Primeiro número do programa Festival de Verão, organizado pela Zona de Turismo da Câmara Municipal, trouxe à Baixa, desde o Marquês de Pombal até ao Rossio, mais de duzentas mil pessoas. Por assim dizer, para admirar o cortejo das representações bairristas, para ver Lisboa a cantar e bailar, para comprazer o sentimento cidadão feito de amor e veneração que vive dentro de cada lisboeta pelo seu burgo, — para tudo isto aquela gente encheu ruas e passeios, viu e gostou do desfile, participou na animação, insuflou com os seus aplausos mais alegria à já muita alegria dos conjuntos populares.

Carros de alegorias aos taumaturgos e à Cidade, a música do ano como que a encher a Avenida, os grupos de catorze bairros, cada indumentado de acordo com tradição histórica local, colorido sobre colorido, arcos e balões ondulado no deslizar caprichoso e cadenciado dos grupos — assim aparecia e se movia o quadro aliciante da Lisboa festiva, afinal glorificada nos versos, na marcha premiada e escolhida, executada pelos «cavalinhos» e cantada pelos rapazes e raparigas.

E Lisboa exibiu-se para Lisboa, aqui tafal, ali aperaltada, acolá histórica, mais além marinheira ou operosa, sempre gentil e sempre linda.

Assim foi a noite de Santo António — a mais lisboeta de Lisboa, no prosseguimento de tradição que não mais findará.





*DIA DE SÃO VICENTE — SOLENE «TE DEUM» NA SÉ CATEDRAL,
CELEBRADO PELO SENHOR CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA*



SESSOES DE CINEMA DEDICADAS AS
CRIANÇAS DE LISBOA—BAIRRO DA
QUINTA DA CALÇADA
E BAIRRO DAS FURNAS



COMEMORAÇÕES DO 30.º ANIVERSÁRIO DA MORTE DE AFONSO LOPES VIEIRA—CERIMÓNIA REALIZADA JUNTO AO MONUMENTO DO POETA, EM LISBOA



ESTUFA FRIA—«AS DUAS MASCARAS», PELO TEATRO POPULAR DE LISBOA





O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ APRESENTA CUMPRIMENTOS AO MUNICÍPIO DE LISBOA. O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES OFERECE AO ILUSTRE VISITANTE ALGUMAS RECORDAÇÕES DE LISBOA

O CHEFE DO ESTADO INAUGURA O CONGRESSO INTERNACIONAL CATOLICO QUE TEVE LUGAR NOS SALÕES DO PALÁCIO GALVEIAS



INAUGURAÇÃO DE MELHORAMENTOS
NA CENTRAL PASTEURIZADORA
DE LEITE





HOMENAGEM AO PRESIDENTE
DO MUNICIPIO POR OCASIAO
DO 7.º ANIVERSARIO DA SUA POSSE

*OS DELEGADOS AO CONGRESSO
DA MADEUROP APRESENTAM
CUMPRIMENTOS À CÂMARA
MUNICIPAL DE LISBOA*



*OS COMPONENTES DO SEMINÁRIO
INTERNACIONAL SOBRE MEIOS
AUDIOVISUAIS DE ENSINO,
APRESENTAM CUMPRIMENTOS
AO MUNICÍPIO DE LISBOA*





*ESTUFA FRIA—DESENCONTRO, PELA
COMPANHIA DE TEATRO POPULAR
DE LISBOA*



*A CONVITE DA LUFTHANSA,
O SENHOR GENERAL FRANÇA
BORGES PARTE PARA
FRANKFURT (ALEMANHA)*



RECEPÇÃO OFERECIDA PELA C. M. L. NA
ESTUFA FRIA, AOS PORTUGUESES
E BRASILEIROS DOS ESTADOS DO PARÁ,
AMAZONAS E MARANHÃO

«MISS TURISMO DA RODESIA»
ENTREGA AO PRESIDENTE
DA C. M. L. UMA MENSAGEM
DO «MAYOR» DE SALISBURY



UMA REPRESENTAÇÃO
DA CÂMARA DE COMÉRCIO
DE BALTIMORE E DAS AUTO-
RIDADES PORTUÁRIAS DE
MARYLAND ENTREGA AO
SENHOR GENERAL FRANÇA
BORGES, EM NOME DO
GOVERNADOR DAQUELE
ESTADO, UM PERGAMINHO
QUE O NOMEIA PRESIDENTE
HONORÁRIO DE MARYLAND



RECEPÇÃO, NA ESTUFA FRLA, AOS
PARTICIPANTES DO X TORNEIO DE
TIRO DAS NAÇÕES LATINAS E GRÉCIA





TARDE CULTURAL NO PALÁCIO GALVEIAS — CONFERENCIA DE LUIS FORJAZ TRIGUEIROS. CARMEM DOLORES RECITA ALGUNS VERSOS DO POETA JOÃO DE DEUS. O ORFEÃO DO PESSOAL DA C. M. L. COLABORA NA SESSÃO





ESTUFA FRIA — «DOIS MARIDOS
EM APUROS», PELA COMPANHIA
DE TEATRO POPULAR DE LISBOA

RECEPÇÃO, NA ESTUFA FRIA, AOS
PARTICIPANTES DO XX CONGRESSO
DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS
ASSOCIAÇÕES TURÍSTICAS
DE FERROVIÁRIOS





AS CONSELHEIRAS DO MUNICIPIO DE BRUXELAS, ACOMPANHADAS DO EMBaixADOR DA BELGICA EM PORTUGAL, APRESENTAM CUMPRIMENTOS AO MUNICIPIO DE LISBOA

O SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA INAUGURA, NO ALTO DO PARQUE EDUARDO VII, UMA EXPOSIÇÃO DE FLORES COM ESPECIES DOS VIVÉRIOS MUNICIPAIS DE LISBOA



NO QUARTEL DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS, NA AVENIDA D. CARLOS I, A FILHA DO CORONEL RIBEIRO VIANA DESCERRA UM RETRATO DE SEU PAI QUE FOI COMANDANTE DAQUELA CORPORAÇÃO



TRADICIONAL ENTREGA DOS MACHADOS AOS NOVOS SAPADORES BOMBEIROS



O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES
DISCURSA NO ACTO DE POSSE DO CHEFE
DA REPARTIÇÃO DE HIGIENE URBANA



DIA DA RAÇA — HOMENAGEM DO MUNICIPIO
DE LISBOA A CAMOES





CASAMENTOS DA MANHÃ DE SANTO
ANTÓNIO — O DIRECTOR DO «DIÁRIO
POPULAR» DISCURSA DURANTE
O «COPO-D'ÁGUA»



ENTREGA DE BIBLIOTECAS A COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO E A FUNDAÇÃO CARDEAL CEREJEIRA

RECEPÇÃO, NA ESTUFA FRIA, AOS COM-
PONENTES DO CURSO DA FACULDADE
INTERNACIONAL PARA O ENSINO DO
DIREITO COMPARADO



ESTUFA FRIA — «O AUSENTE», PELA COM-
PANHIA DE TEATRO POPULAR DE LISBOA





ACTO DE POSSE DO NOVO COMANDANTE
DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS



O PRESIDENTE DO MUNICÍPIO RECEBE «MISS-
HARVE WILLIAMS, DE PIETRI-MARIZEGURG
(ÁFRICA DO SUL), QUE LHE OFERECE UMA
AZALEIA DAQUELA REGIÃO



RECEPÇÃO, EM MONTES CLAROS, AS
COMPONENTES DO I CONGRESSO DO
MOVIMENTO NACIONAL FEMININO

EDIÇÕES MUNICIPAIS

INVENTÁRIO DE LISBOA
NORBERTO DE ARACJO

LISBOA ANTIGA—BAIRROS ORIENTAIS
JCLIO DE CASTILHO

LISBOA ANTIGA—O BAIRRO ALTO
JCLIO DE CASTILHO

LISBOA DE LES-A-LES
LUIS PASTOR DE MACEDO

LISBOA E OS CURIOSOS FASTOS DO SEU PORTO
RAUL RIBEIRO DA FONSECA MENDES

LISBOA E OS SEUS CRONISTAS
LUIS TEIXEIRA

LISBOA SEISCENTISTA
FERNANDO CASTELO BRANCO

AS MURALHAS DA RIBEIRA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A RIBEIRA DE LISBOA
JCLIO DE CASTILHO

*DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE
DE LISBOA*

LISBOA—OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA
OBRA EM COLABORAÇÃO, DIRIGIDA POR
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO
JANINE QUINTIN E JOÃO PINA VIDAL

MONUMENTOS DE LISBOA
MAIA ATHAYDE

ESTUFA FRIA
JEAN CHABLOZ

ARREDORES DE LISBOA
ESTER DE LEMOS E MAIA ATHAYDE

MIRADOUROS DE LISBOA
JOÃO PINA VIDAL

JARDINS DE LISBOA
NATERCIA FREIRE



COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRAFICAS DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Crupe «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telefone 36 29 51

